



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Processo nº: 7.927/10

Apensos nºs: 111.000.155/10 (14 volumes), 111.000.892/09, 111.001.413/2009, 111.002.305/2009 e 111.001.082/2010 (2 volumes)

Jurisdicionada: Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP

Assunto: Prestação de Contas Anual

MP: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Órgão Técnico: Secretaria de Contas

Advogada: Dr^a. Lise Reis (OAB/DF nº 28998)

Sessão: Pauta nº 0, S.O. nº 0000, de 00.0.2018

Publicação: DODF nº 00, de 00.0.2018, pág. 00

Ementa: Prestação de Contas Anual da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, referente ao exercício de 2009.

O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas.

NO TRIBUNAL, os responsáveis foram chamados em audiência (Decisão nº 3.812/16-CPM). Apresentação de razões de justificativas.

PARECERES CONVERGENTES, com adendo quanto às irregularidades.

A Instrução sugere a improcedência das respostas oferecidas, a irregularidade de algumas contas e a regularidade plena das demais.

O Sr. Diretor da 3ª Divisão de Contas propõe ajustes ao rol de irregularidades.

O Ministério Público aquiesce parcialmente os encaminhamentos anteriores e opina por outras correções no rol de irregularidades.

Pedido de sustentação oral formulado pela representante legal do Sr. Luis Antônio Almeida Reis.

Deferimento para a data de hoje (13.3.2018).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap referente ao exercício financeiro de 2009.

2. Os responsáveis pelas contas em exame estão listados no quadro abaixo:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Antônio Raimundo Gomes Silva Filho	Presidente Presidente do Conselho de Administração	1º.1 a 31.12 1º.1 a 31.12
Elme Terezinha Ribeiro Tanus	Diretora de Recursos Humanos, Administração e Finanças	1º.1 a 31.12
Anselmo Rodrigues Ferreira Leite	Diretor de Desenvolvimento e Comercialização	1º.1 a 30.01
Dalmo Alexandre Costa	Diretor de Desenvolvimento e Comercialização	6.3 a 31.12
Luís Antônio Almeida Reis	Diretor Técnico e de Fiscalização	29.9 a 31.12
Marcus Vinícius Souza Viana	Diretor de Prospeção e Formatação de Novos Empreendimentos	12.2 a 31.12
Marcelo Xavier	Membro do Conselho de Administração	10.4 a 31.12
Roberto João Pereira Freire	Membro do Conselho de Administração	1º.1 a 31.12
José Luiz Diaz Fernandez	Membro do Conselho de Administração	25.5 a 31.12
José Roberto Bassul Campos	Membro do Conselho de Administração	1º.1 a 31.12
Giles Carriconde Azevedo	Membro do Conselho de Administração	1º.1 a 31.12
José Messias de Souza	Membro do Conselho de Administração	11.8 a 31.12
Amaro Carlos da Rocha Senna	Membro do Conselho de Administração	1º.1 a 31.12
Alexandra Reschke	Membro do Conselho de Administração	1º.1 a 31.12

3. Os recursos orçamentários movimentados no exercício são da ordem de R\$ 3.458.183.200,61, conforme valor total do Ativo registrado no Balancete Sintético Mensal (fl. 57 do Processo apenso nº 111.000.155/10).

4. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 7/2012 – DIROH/CONIE/CONT/STC (fl. 3380 do Processo apenso nº 111.000.155/10).

5. O Tribunal, na Sessão de 26.7.2016, acolhendo VOTO deste Relator, exarou a Decisão nº 3.812/16 (fls. 222/223), **in verbis**:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

DECISÃO Nº 3.812/16 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da prestação de contas anual dos dirigentes da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, relativa ao exercício de 2009; II – autorizar a audiência dos gestores à época dos fatos, Srs. Antônio Raimundo Gomes Silva Filho (Presidente), Dalmo Alexandre Costa (Diretor de Desenvolvimento e Comercialização), Luís Antônio Almeida Reis (Diretor Técnico e de Fiscalização), Marcus Vinícius Souza Viana (Diretor de Prospecção e Formação de Novos Empreendimentos) e Sra. Elme Terezinha Ribeiro Tanus (Diretora de Recursos Humanos, Administração e Finanças), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em face das seguintes falhas, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares: a) identificadas pelo Conselho Fiscal: 1) segregação de funções e nos controles internos; 2) deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade; 3) expressiva quantidade de processos desaparecidos; 4) créditos de vendas de imóveis sem provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD e/ou ajuste a valor presente; 5) valores a receber mantidos a custo histórico; b) apontadas no Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC: 1) subitem 1.2.2.1 - contratação da empresa Link Data Informática e Serviços Ltda. por inexigibilidade de licitação, cuja carta de exclusividade não foi homologada pela Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES; continuidade dos pagamentos à empresa contratada, apesar das disposições do Decreto distrital nº 31.355/10; ausência de projeto básico; pagamentos de valores fixos mensais, cujos serviços de manutenção efetivamente realizados não foram comprovados; 2) subitem 1.2.2.2 - contratação de serviços de fiscalização de áreas urbanas e rurais, cujas atribuições constam do plano de cargos da empresa, configurando terceirização da atividade fim da Terracap, contrariando a exigência de concurso público, previsto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal; contabilização da despesa no elemento 339037 (locação de mão de obra), contrariando a princípio o disposto no § 1º do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados; inclusão de reserva técnica sobre valor da mão de obra, configurando pagamento por serviços não prestados, contrariando jurisprudência do TCU e TCDF, e fixação de encargos sociais substancialmente superiores ao delimitado pelo TCDF na Decisão nº 544/10; falta de comprovação detalhada dos serviços realizados; 3) subitem 1.2.2.3 - não realização de licitação pública motivada pela adesão irregular à ata de registro de preços, com a indicação de marca e sem a comprovação da vantagem econômica; celebração de contrato e de termo aditivo após a vigência da ata de registro de preços; aditivo firmado com acréscimo quantitativo, por item, superior a 25% permitido pela lei de licitações e contratos; 4) subitem 1.2.2.7 - irregularidades na contratação de serviços de tecnologia da informação com a empresa CTIS Tecnologia S.A.,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

relacionadas a projeto básico insuficientemente detalhado, não baseado em estudos preliminares adequados, com falta de delimitação de sistemas a serem desenvolvidos e implantados, de parte dos serviços, quantidades e níveis de serviços; fixação de preços mínimos, implicando em desclassificação irregular de proposta de preços de licitante; exigência de quesitos técnicos que restringiram o caráter competitivo da licitação; aditivo não baseado em acréscimos de serviços; prorrogação do contrato sem a comprovação da vantajosidade econômica; prejuízos na ordem de R\$ 1.582.000,00, correspondente a 35% dos valores pagos em 2009, decorrentes de faturamento por serviços não prestados ou por excesso de horas em relação aos níveis de serviços esperados; falta de detalhamento de serviços de maior complexidade por meio de ordens de serviços e realização de serviços simples por categorias profissionais superiores, cujo valor da hora de mão de obra era maior; 5) subitem 1.2.2.8 - irregularidades na execução do Contrato nº NUTRA/PROJU 185/2005, firmado com Sublime Serviços Gerais Ltda., relativas à projeto básico não baseado em estudo técnicos preliminares e que não pautou na mensuração da quantidade de serviços a serem prestados, e aditivos irregulares; 6) subitem 1.2.2.9 - contratação de serviços de publicidade e propaganda com vícios insanáveis, sujeitando-se a anulação do processo por ilegalidade, cujas irregularidades estão relacionadas a não consideração de planilha de quantidades e custos unitários como anexo do edital, como exigiu o TCDF, ao subjetivismo dos quesitos técnicos exigidos no certame e a incompatibilidade com o plano de comunicação anual; planos de comunicação anuais superficiais; aditivo firmado sem a correspondente comprovação em planilha de custos unitários e quantidades; falta de comprovação da vantajosidade econômica para prorrogar o contrato; enquadramento inadequado da contratação como sendo de natureza contínua, o que permitiu a prorrogação irregular do contrato; divergências dos preços faturados em relação às tabelas de preços dos veículos de comunicação; prejuízos decorrentes da execução contratual com evidências de inserções em veículos de comunicação desnecessárias, no exercício de 2009, no valor de R\$ 191.798,76, e veiculações sem efetividade em jornais locais, no valor de R\$ 1.061.474,22, bem como inserções em rádios religiosas com motivação insuficiente, totalizando em R\$ 316.324,39; Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, autuada no Processo nº 2008.01.169374-9, promovida pelo MPDFT por questões semelhantes às apontadas pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle; 7) subitem 1.2.3.1 – percentual elevado de imóveis não vendidos inclusive nos editais, principalmente em decorrência da obstrução/ocupação dos terrenos; falta de detalhamento do tipo de obstrução, prejudicando a venda dos imóveis obstruídos/ocupados; exclusão de terrenos do edital, visando atender interesses pessoais dos ocupantes irregulares dos imóveis; fixação de direito de preferência não previsto na lei de licitações; aceitação de documentos ilegais no exercício do direito de preferência, especialmente a cessão ilegal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

de direitos sobre terrenos cedidos por meio do PRÓ-DF; falta de devolução dos depósitos de cauções; falta de limitação ao poder econômico na venda de terrenos não considerados unifamiliares, possibilitando à especulação imobiliária; 8) subitem 1.2.5.2 - reconhecimento de dívida irregular, no valor de R\$ 994.173,43, decorrente de despesa que ultrapassou o montante do contrato emergencial firmado com a empresa DQV – Publicidade Ltda.; 9) subitem 1.4.1.1 - inexistência de controles para acompanhamento e registro, para fins gerenciais, do valor de mercado dos imóveis; 10) subitem 1.4.2.1 – existência de imóveis com algum tipo de ocupação/obstrução sem que tenha sido promovida a respectiva ação de recuperação de propriedade do imóvel; imóveis com financiamento em atraso, sem a propositura de ações judiciais para a recuperação dos imóveis; 11) subitem 1.6.2.1 - decisões estratégicas adotadas pela empresa sem análise pelo Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (CONFI); estabelecimento pela TERRACAP de convênios, de acentuado valor, sem o exame do Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (CONFI); ausência de manifestação quanto ao cumprimento das metas da Participação nos Lucros e Resultados – PPR; 12) subitem 1.7.5.1 – carteira de créditos com acentuada inadimplência; indícios de morosidade na execução dos procedimentos administrativos e judiciais, com indicativo de prejuízos em decorrência da prescrição do direito de cobrança de créditos vencidos, inclusive em relação aos créditos relativos à desapropriação da reserva biológica de águas emendadas; 13) subitem 1.9.1.1 – celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/2009, cujo interesse recíproco não restou comprovado; inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; o convênio foi utilizado com mero instrumento de transferência de recursos para licitações realizadas e/ou contratos firmados anteriormente à assinatura do termo de convênio, ressaltando que a aprovação do plano de trabalho não foi embasada em pré-projeto ou projeto básico, conforme determina a legislação, desprovido dos elementos essenciais exigidos na IN nº 01/2005, da STC, e no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos, sendo que as obras não estavam definidas no plano de trabalho e inexistiam projetos que dessem sustentação ao convênio; irregularidades nos aditivos firmados, relacionadas à inclusão de obras não compatíveis com a finalidade da TERRACAP, falta de previsão de recursos adicionais no convênio, que ultrapassaram 25% previsto na lei de licitações, inexistência de projeto básico, detalhamento das obras e de quantidades e custos unitários; 14) subitem 1.9.1.2 – celebração do Convênio nº 280/2008-SO, cujo interesse recíproco não restou comprovado, sendo utilizado como mero instrumento de transferência de recursos; inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal para 2008; desvio da finalidade do orçamento de investimento aprovado para a empresa, com prejuízos a projetos programados no orçamento para 2008 e 2009; o plano de trabalho foi aprovado, porém sem contemplar elementos essenciais, especificamente o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

cronograma físico-financeiro, as metas, as fases e etapas; aprovação do convênio sem a devida licença ambiental prévia, cujos repasses ocorreram sem a licença de instalação determinada pelo TCDF; não houve emissão de parecer jurídico específico sobre o convênio, conforme determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN emitiu parecer contrário ao projeto da torre digital, porém mesmo assim o convênio foi executado; a licitação foi realizada com base nos projetos preliminares da empresa do arquiteto Oscar Niemeyer, que só foram aprovados pela administração do Lago Norte em agosto de 2010; preço da contratação da obra substancialmente superior àquele utilizado como parâmetro para cobrança de honorários dos serviços relacionados aos projetos elaborados pela firma arquitetura urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., que arbitrou seus honorários, delimitando o valor de obra em aproximadamente 27 milhões de reais, contudo o convênio, com valor atualizado, importa em mais de 81 milhões de reais; termo aditivo acresceu objeto não previsto inicialmente no convênio, relativo à acompanhamento e fiscalização das obras, cuja necessidade e efetividade não restaram comprovadas; os aditivos assinados acresceram o valor do convênio em 31,7%, contrariando as disposições do art. 65 da Lei de Licitações; 15) subitem 1.9.1.3 – o exame dos Convênios nºs 183/07, 278/09 e 13/08 constatou a inobservância das regras definidas na IN nº 01/05, da STC, tanto na elaboração quanto na execução e prestação de contas, relativas à inexistência das razões que justifiquem a celebração do convênio, cujo interesse recíproco não restou comprovado, deficiência da função gerencial fiscalizadora exercida pela TERRACAP, ausências do relatório de execução físico-financeiro e do demonstrativo da execução da receita e despesa, falta de conciliação dos rendimentos auferidos da aplicação dos recursos liberados, falta de apresentação das cópia do termo aceitação definitiva da obra e dos despachos adjudicatório e de homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade; 16) subitem 1.9.1.4 – celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/09, desobedecendo as formalidades básicas da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 01/2005, observando-se ausência de: interesse mútuo, contrapartida, plano de trabalho, cronograma de execução, projeto básico, entre outros; inexigência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; não submissão do convênio à sanção do conselho de administração da TERRACAP; 17) subitem 1.9.2.1 – a fiscalização do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/09 foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios, não apontado irregularidades graves relativas a obras licitadas e/ou contratadas sem recursos orçamentários anteriormente a celebração do convênio; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas, bem como quaisquer medidas corretivas determinadas pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

concedente em relação à execução do convênio; 18) subitem 1.9.2.2 – a fiscalização do Convênio nº 280/2008-SO foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas; 19) subitem 1.10.6.1 - registros na situação 997 – alienação encerrada com dívida, referente à valores não pagos da taxa de ocupação dos imóveis cedidos pelo PRÓ-DF, no valor de R\$ 20.051.877,51; inexistência de nova alienação para 206 imóveis com contratos encerrados, os quais permanecem ocupados, obstruídos ou cercados pelo beneficiário, que continuam na posse dos imóveis; do exame dos imóveis, cujos contratos foram rescindidos, registrados na situação 997, constatou 196 imóveis vagos, sendo que, desse total, 129 não tiveram nova destinação no programa e quatro imóveis foram objeto de nova contratação com o mesmo beneficiário; a análise dos registros da modalidade 59 - venda direta PROIN/PRODECON com juros 12% a.a, demonstrou que as dívidas de 1191 do total de 1953 imóveis não foram cobrados integralmente, tendo em vista a prescrição pelo decurso do prazo legal de cobrança, representando 61% dos imóveis registrados na modalidade, evidenciando a ineficiência na propositura de ações judiciais para cobrança das dívidas e prejuízos aos cofres da empresa; as ações de retomada dos imóveis se mostram ineficientes ou até inexistentes; o direito de preferência ao ocupante do imóvel, previsto nas licitações da Terracap, possibilita a aceitação de contratos particulares de promessa de compra e venda, inclusive no que tange a imóveis cedidos pelo PRO-DF, objeto de venda do imóvel a terceiro pelo beneficiário do programa; 20) subitem 1.10.9.1 – ganhos pouco relevantes dos investimentos realizados pela Terracap (0,18%); perda significativa em vista do retorno do investimento ter sido muito inferior ao da inflação, bem como em comparação com o retorno do investimento com outras opções no mercado financeiro (custo de oportunidade); 21) subitem 1.12.1.1 – pagamento aos empregados de benefícios decorrentes da distribuição de lucros e participação nos resultados, apesar da ineficiência na aplicação das metas nºs 1, 2 e 7, constantes no PPR-exercício de 2009 e ainda a inobservância das determinações contidas no inciso IV da Decisão nº 3.424/2010 do TCDF; 22) subitem 1.12.3.1 - o formato de geração de receitas da TERRACAP é prejudicial ao ente federativo do Distrito Federal, podendo impactar na sua autonomia, tendo em vista a participação da união sobre o resultado líquido das vendas de terrenos vinculados ao distrito federal, sendo que a remuneração da Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; os imóveis incorporados aos estoques da empresa, para efetivação de alienação e outras modalidades, não vêm se submetendo a autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a forma de contabilização das receitas gera cobrança de tributos federais, o que não ocorreria

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

caso as alienações fossem feitas pela secretaria de estado competente, pessoa jurídica de direito público interno; inexistência de estudo ou proposição quanto ao reconhecimento da possível imunidade tributária da Terracap; a forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF se processa por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, que boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências de estilo.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram a Conselheira ANILCÉIA MACHADO e os Conselheiros PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCD/Procuradora Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausentes o Senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA, e o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.”

6. Em atenção ao decidido, foram acostadas as seguintes razões de justificativa:

Nome	Razões de justificativa
Antônio Raimundo Gomes Silva Filho (Presidente)	fls. 261/300 e Anexos V a X
Elme Terezinha Ribeiro Tanus (Diretora de Recursos Humanos, Administração e Finanças)	
Dalmo Alexandre Costa (Diretor de Desenvolvimento e Comercialização)	
Marcus Vinícius Souza Viana (Diretor de Prospecção e Formação de Novos Empreendimentos)	
Luís Antônio Almeida Reis (Diretor Técnico e de Fiscalização)	fls. 303/409

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 70/2017-SECONT/3ªDICONTE (fls. 411/505), de 19.5.2017, analisa as presentes contas nos termos seguintes:

“4. DA ANÁLISE DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

4.1 Preliminarmente, vamos analisar a alegação de economia processual invocada pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS (fl. 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 278, 280, 283 e 284/285), onde os justificantes deixaram de apresentar a documentação comprobatória.

4.1.1. Análise: A economia processual não pode ser alegada pelos justificantes para deixar de apresentar os argumentos que acharem cabíveis em sua defesa. Conforme previsto no artigo 336 do novo Código de Processo Civil, incumbe ao réu, no caso aos justificantes, alegar toda a matéria de defesa expondo as razões de fato e/ou de direito que o exima da responsabilidade do fato arguido ou desconstitua o próprio fato. Cabe, ainda, aos justificantes indicarem a(s) folha(s)/página(s) onde foram acostadas as documentações comprobatórias.

4.1.2. Como exemplo, os justificantes alegaram que os motivos que afastariam as irregularidades apontadas pelo Controle Interno estariam contidos nos documentos a seguir relacionados: Ofício nº 334/2012 – PRESI (pg. 56*** e fl. 1310 do Processo nº 480.000.077/2012 – Anexo X), sendo que este apenas indica que os questionamentos foram respondidos pelos Despachos nº 0506/2012 – GEFIS, 03467/2012 – DITEC e 524/2012 – NUDEN; ou no Ofício nº 165/2012 – PRESI (fls. 184/185 do Processo nº 480.000.077/2012 – Anexo V), onde este, por sua vez, repassa para os Despachos nº 087/2012 – CODIN, 105/2012 – DIPLA/CPLAM, 662/2012 – GEFIN, 16/2012 – DIMOQ, 116/2012 – GEREH, 197/2012 – NUREH, 0076/2012 – NUBEN, 348/2012 – GETRI e 35/2012 – DIRET; ou no Ofício nº 254/2012 – PRESI (Processo nº 480.000.077/2012 - Anexo IV, Volume 3), onde, novamente, repassa para os Despachos nº 242/2012 – GEFIS, 838/2012 – GEREN, 119/2012 – GERAC, 1262/2012 – GEDES, 501/2012 – GECOM, 86/2012 – CODIN, 1759/2012 – PROJU, 116/2012 – GEREH e 197/2012 – NUREH e Memorando nº 43/2012- ASCOM; sem transcrevê-los informando suas relevâncias para as contas anuais em análise.

4.1.3. Se houvesse o entendimento de que a análise dos argumentos não incluídos, explicitamente, nas razões de justificativas tivessem que ser obrigatoriamente analisados, nada obstaría que um justificante alegasse que as justificativas estariam contidas no livro *Princípios de Macroeconomia*, de N. Gregory Mankiw (1994), e, seguindo este entendimento, teríamos que buscar quais as razões que se aplicariam ao caso.

4.1.4. Considerando que as argumentações que os justificantes entenderem capazes de afastar a(s) irregularidade(s) poderão ser incluídas no Recurso de Reconsideração, que possui efeito devolutivo, iremos nos ater somente às alegações que constarem das razões de justificativas.

4.2 Iremos listar as irregularidades identificadas pelo Controle Interno, transcrever/resumir as razões de justificativa apresentadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

pelos gestores e fazer a análise de mérito em seguida.

4.3 Item 1 do Parecer do Conselho Fiscal (fls. 687-688*) - segregação de funções e nos controles internos.

4.3.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 262/263) que a regularização da ocorrência identificada pela Auditoria Independente requereria alteração do regimento visando a criação de setor específico de contas a receber responsável pela gestão dos créditos dos prestamistas, sendo que o assunto foi encaminhado à Coordenação de Planejamento com o intuito de procederem à alteração. Informaram que a Diretoria adotou providências, quanto à delegação de competências, sendo registrada na Ata nº 906 do Conselho Fiscal (fls. 296/300), demonstrando que a falta de segregação não compromete o balanço e não acarretou nenhum prejuízo à empresa, segundo opinião da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e da Chefia da Contabilidade.

4.3.2. Análise: A justificativa apresentada apenas ratifica a ocorrência identificada pela Auditoria Independente e anotada pelo Conselho Fiscal. A Ata não indica as providências adotadas, mas apenas demonstra que, na opinião da Auditoria Independente, da Auditoria Interna e do contador, a situação não comprometia o balanço e nem trouxera prejuízo. Cabe acrescentar que a reunião ocorreu no exercício seguinte (30/06/2010 – data da 906ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal) com outros gestores.

4.3.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 310/311) alegou que o assunto foi encaminhado à Coordenação de Planejamento para dar curso à alteração administrativa adequada e que a Diretoria tomou providências quanto à delegação das responsabilidades até que ocorresse a formalização regimental.

4.3.4. Análise: Não houve demonstração de que as providências foram adotadas tempestivamente.

4.3.5. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.4 Item 2 do Parecer do Conselho Fiscal (fls. 687-688*) - deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade.

4.4.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS informaram (fls. 263/264) que, no ano de 2002, houve decisão governamental determinando que os sistemas de informática da TERRACAP fossem transferidos para a CODEPLAN. Em 2006, o Tribunal considerou ilegal a contratação direta da CODEPLAN (Decisão nº 5.411/2006). Somente em 2008 os sistemas de informação foram restabelecidos de forma global às necessidades da TERRACAP. Desta forma, em 2009, ainda existiam problemas na geração de informação que necessitaram de contratações emergenciais visando evitar a paralisação das operações.

4.4.2. Análise: A justificativa apresentada não detalhou a complexidade do sistema de informática que necessitou de mais de 3 anos para ser resolvido.

4.4.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 311/312) alegou que a TERRACAP suspendeu em janeiro de 2007 o contrato firmado com a CODEPLAN e que, apenas em 2008, a TERRACAP conseguiu restabelecer o atendimento de suas necessidades, remanescendo alguns ajustes que vieram se consolidando ao longo do tempo.

4.4.4. Análise: As deficiências identificadas pelo Conselho Fiscal são referentes ao exercício de 2009. Não houve comprovação de que os ajustes necessários foram, pelo menos, solicitados em 2009.

4.5.5. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.5 Item 3 do Parecer do Conselho Fiscal (fls. 687-688*) - expressiva quantidade de processos desaparecidos.

4.5.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 264) que houve perda de informação na transferência do banco de dados para a CODEPLAN em 2002 e que o fato ocorreu antes da gestão dos justificantes.

4.5.2. Análise: Diante da ausência de informação detalhada sobre a quantidade de processos desaparecidos por período, somos pela procedência da alegação.

4.5.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 312) apresentou alegações similares às do Sr.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, do Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, do Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e da Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS.

4.5.4. Análise: Considerando a análise efetuada no § 4.5.2, somos pela procedência da alegação.

4.5.5. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.6 Item 4 do Parecer do Conselho Fiscal (fls. 687-688*) - créditos de vendas de imóveis sem provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD e/ou ajuste a valor presente.

4.6.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 265) que, no ano de 2009, houve mudança na legislação onde a aplicabilidade dos procedimentos só foi aparecer em exercícios posteriores com a efetividade das normas.

4.6.2. Análise: Os justificantes deixaram de indicar as mudanças na legislação de explicariam a ausência da provisão citada.

4.6.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 312) alegou que a irregularidade se refere à fato contábil, alheio às competência da Diretoria Técnica e de Fiscalização.

4.6.4. Análise: Considerando que o justificante compunha a Diretoria da TERRACAP, a irregularidade verificada é de responsabilidade do mesmo.

4.6.5. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.7 Item 5 do Parecer do Conselho Fiscal (fls. 687-688*) - valores a receber mantidos a custo histórico.

4.7.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 265) que os valores a receber dos prestamistas são apresentados no balanço devidamente atualizados pelos índices estabelecidos nos respectivos contratos de vendas e demonstrados no relatório específico.

4.7.2. Análise: Não houve a inclusão de documentação capaz de suportar a alegação apresentada.

4.7.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 312/313) alegou que, nos termos do Regimento Interno da TERRACAP, todas as atividades relacionadas à cobranças são diretamente subordinadas à Diretoria de Recursos Humanos, Administração e Finanças.

4.7.4. Análise: Considerando que o justificante compunha a Diretoria da TERRACAP, a irregularidade verificada é de responsabilidade do mesmo.

4.7.5. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.8 Subitem 1.2.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - contratação da empresa Link Data Informática e Serviços Ltda. por inexigibilidade de licitação, cuja carta de exclusividade não foi homologada pela Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES; continuidade dos pagamentos à empresa contratada, apesar das disposições do Decreto distrital nº 31.355/10; ausência de projeto básico; pagamentos de valores fixos mensais, cujos serviços de manutenção efetivamente realizados não foram comprovados (fls. 3212/3214*).

4.8.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 266) que entendem não haver óbice legal à contratação em tela, com base no Parecer nº 313/2008 – NUTEN, da Procuradoria Jurídica da TERRACAP.

4.8.2. Análise: O citado parecer (fls. 41/43***) se manifesta somente sobre a possibilidade de prorrogação do contrato, não adentrando no mérito sobre as irregularidades verificadas pelo Controle Interno.

4.8.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 313/317) alegou que não houve a necessária individualização da conduta e que os atos praticados não eram de competência da diretoria que o justificante ocupava.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.8.4. Alegaram, ainda, que o Núcleo Jurídico da TERRACAP não apontou qualquer necessidade de homologação da ABES.

4.8.5. **Análise:** A conduta se refere às atuações da Diretoria Colegiada e não da Diretoria Técnica e de Fiscalização.

4.8.6. Considerando que a ASSESPRO/DF² possui 59 empresas associadas e a ASSESPRO³ nacional possui representatividade em apenas 4 Estados (Sergipe, Bahia, Ceará e Distrito Federal), atualmente, entendemos que a certificação de exclusividade emitida por esta entidade não serve para comprovar a exigência contida no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

4.8.7. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.9 **Subitem 1.2.2.2** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - contratação de serviços de fiscalização de áreas urbanas e rurais, cujas atribuições constam do plano de cargos da empresa, configurando terceirização da atividade fim da Terracap, contrariando a exigência de concurso público, previsto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal; contabilização da despesa no elemento 339037 (locação de mão de obra), contrariando a princípio o disposto no § 1º do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados; inclusão de reserva técnica sobre valor da mão de obra, configurando pagamento por serviços não prestados, contrariando jurisprudência do TCU e TCDF, e fixação de encargos sociais substancialmente superiores ao delimitado pelo TCDF na Decisão nº 544/10; falta de comprovação detalhada dos serviços realizados (fls. 3214.v/3218*).

4.9.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 267) que a terceirização se refere à contratação de ajudantes para serviços braçais de operações de demolição.

4.9.2. **Análise:** Os justificantes não demonstraram que os serviços terceirizados, identificados pelo Controle Interno, se referiam a ajudantes e não à contratação de serviços de fiscalização, conforme Edital de Concorrência nº 28/2005 – COPEL/SUCOM/SEF transcrito a seguir.

² <http://www.assesprodf.org.br/institucional/associados>

³ <http://assespro.org.br/institucional/associados/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

“Contração de empresa especializada em fornecimento de mão-de-obra para prestação de serviços de fiscalização, com intuito de manter fiscalização preventiva, efetuar vistorias e apoiar a erradicações de invasões em áreas de domínio e/ou interesse da TERRACAP, inseridas no Território do Distrito Federal, bem como a execução de outras atividades necessárias ao bom desempenho da empresa.”

4.9.3. Apesar da licitação ter ocorrido em período diverso do em análise, a continuação de sua execução configura irregularidade que deveria ter sido corrigida na contratação ou nos exercícios seguintes.

4.9.4. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 318/323) alegou que deixaram de indicar qual ação ou omissão fora praticada pelo justificante.

4.9.5. Argumentou que o serviço licitado não corresponde aos mesmos serviços prestados pelos Técnicos de Fiscalização, tratando de contratação de “ajudantes gerais” para serviços braçais e que o registro da despesa é responsabilidade da área contábil.

4.9.6. Alegou, ainda, que a inclusão de reserva técnica ocorreu antes da orientação do c. TCU e o pagamento de encargos sociais acima do valor foram desembolsados antes da Decisão nº 544/2010.

4.9.7. Por fim, opôs que a fiscalização da execução não era competência do Diretor Técnico.

4.9.8. **Análise:** A conduta se refere às atuações da Diretoria que permitiu a continuidade da prestação de serviço flagrantemente ilegal.

4.9.9. Sobre a argumentação de que foram contratados ajudantes, efetuamos a análise no § 4.9.2, onde concluímos pela improcedência da alegação.

4.9.10. Imputar responsabilidade à área contábil não deve prevalecer, tendo em vista que a Diretoria tem a competência para administrar a TERRACAP e que o justificante integrava a Diretoria.

4.9.11. Sobre a inclusão de reserva técnica, cabe razão ao justificante, tendo em vista que a IN/Mare nº 18/1997, que regia à época a contratação de serviços de natureza continuada, previa a inclusão de reserva técnica, o que foi questionado posteriormente.

4.9.12. Assiste razão ao defendente quando alega a aplicação retroativa da Decisão nº 544/2010 no caso de contas anuais. A aplicação do percentual calculado por este Tribunal, referente a rubrica encargos sociais, somente poderia ser utilizado, mesmo retroativo, como parâmetro em caso de identificação de prejuízo ao erário em sede de TCE, quando a empresa responsável por incluí-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

la em seu orçamento teria a oportunidade para justifica-la. Em caso de contas anuais, somente os responsáveis são chamados, ferindo a ampla defesa.

4.9.13. Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria Colegiada e não pelo Diretor Técnico.

*4.9.14. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pela procedência parcial das alegações apresentadas pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, o que poderá ser aproveitada pelos demais, com relação a este item.*

*4.10 **Subitem 1.2.2.3** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - não realização de licitação pública motivada pela adesão irregular à ata de registro de preços, com a indicação de marca e sem a comprovação da vantagem econômica; celebração de contrato e de termo aditivo após a vigência da ata de registro de preços; aditivo firmado com acréscimo quantitativo, por item, superior a 25% permitido pela lei de licitações e contratos (fls. 3218/3220*).*

*4.10.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 268) que a escolha da marca 3COM é justificada no fato dela ser detentora da tecnologia XRN empregada na TERRACAP.*

*4.10.2. **Análise:** Considerando que o assunto exigiria conhecimento técnico afeto ao Núcleo de Fiscalização de Tecnologia de Informática – NFTI, poderíamos, preliminarmente, encaminhar estes autos ao referido núcleo antes de concluirmos a análise das razões de justificativas apresentadas. Entretanto, as várias irregularidades identificadas, por si só, ensejarão a proposição de julgamento irregular destas contas anuais, dispensando a necessidade de uma análise mais apurada, podendo ser considerada a alegação, sobre a escolha da marca, procedente.*

*4.10.3. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 323/324) que as irregularidades estão relacionadas à fase preparatória de adesão à ARP relativa à área de tecnologia da informação não afeta à Diretoria Técnica e de Fiscalização.*

*4.10.4. **Análise:** Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Colegiada e não pelo Diretor Técnico.

4.10.5. Comentários adicionais:

4.10.6. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela procedência parcial das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS, com relação ao tópico em questão, sendo aproveitada pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS.

4.11. Subitem 1.2.2.7 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - irregularidades na contratação de serviços de tecnologia da informação com a empresa CTIS Tecnologia S.A., relacionadas a projeto básico insuficientemente detalhado, não baseado em estudos preliminares adequados, com falta de delimitação de sistemas a serem desenvolvidos e implantados, de parte dos serviços, quantidades e níveis de serviços; fixação de preços mínimos, implicando em desclassificação irregular de proposta de preços de licitante; exigência de quesitos técnicos que restringiram o caráter competitivo da licitação; aditivo não baseado em acréscimos de serviços; prorrogação do contrato sem a comprovação da vantajosidade econômica; prejuízos na ordem de R\$ 1.582.000,00, correspondente a 35% dos valores pagos em 2009, decorrentes de faturamento por serviços não prestados ou por excesso de horas em relação aos níveis de serviços esperados; falta de detalhamento de serviços de maior complexidade por meio de ordens de serviços e realização de serviços simples por categorias profissionais superiores, cujo valor da hora de mão de obra era maior (fls. 3224/3237*).

4.11.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 269) que somente após aprovação do TCDF que a licitação foi realizada e o contrato firmado com a vencedora, que a TERRACAP apresentou esclarecimentos por meio do Ofício nº 254/2012 – PRESI e o caráter técnico está detalhado nas folhas 753/1273 do Processo nº 480.000.077/2012 (Anexo VIII).

4.11.2. Análise: O Processo que o Tribunal autuou para analisar a licitação foi o de nº 3.149/2008. Por meio da Decisão nº 2.018/2008, o TCDF tomou conhecimento do projeto básico com as alterações propostas pela TERRACAP e autorizou a retomada do processo licitatório. Desta forma, somos pela procedência da alegação quanto às irregularidades no projeto básico e no quesito técnico anotadas pelo Controle Interno.

4.11.3. Não houve manifestação dos justificantes com relação à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

irregularidade verificada no aditivo, na prorrogação do contrato e nos pagamentos de valores sem a contraprestação devida.

4.11.4. Sobre as folhas 753/1273 do Processo nº 480.000.077/2012, indicadas pelos justificantes, considerando que são mais de 500 páginas, deixaremos de analisá-las, tendo em vista as argumentações inseridas nos parágrafos 4.1.1 ao 4.1.4, cabendo a quem as indicou apresentar as alegações pertinentes indicando a documentação comprobatória.

4.11.5. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 325/327) alegou que todas as falhas decorreram de atos praticados em 2007 e 2008 e que são afetadas à área de tecnologia da informação, não abrangidas pela Diretoria Técnica.

4.11.6. **Análise:** Apesar da licitação ter ocorrido em período diverso do em análise, a continuação de sua execução configura irregularidade que deveria ter sido corrigida na contratação ou nos exercícios seguintes.

4.11.7. Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria e não pelo Diretor Técnico.

4.11.8. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela procedência parcial das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS, com relação ao tópico em questão, podendo ser aproveitada pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS.

4.12 **Subitem 1.2.2.8** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - irregularidades na execução do Contrato nº NUTRA/PROJU 185/2005, firmado com Sublime Serviços Gerais Ltda., relativas ao projeto básico não baseado em estudo técnicos preliminares e que não se pautou na mensuração da quantidade de serviços a serem prestados, e aditivos irregulares (fls. 3237.v/3244*).

4.12.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 270) que, no exercício de 2009, não houve alteração na metragem dimensionada, mantendo-se a originalmente prevista no projeto básico.

4.12.2. **Análise:** O Controle Interno verificou que a TERRACAP contratou 44 serventes para limpeza de 8.645,50 m², indicando a produtividade de 196,49 m² por servente, quando a produtividade prevista na Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI do Ministério do Planejamento era de 600 m² para áreas internas. De acordo com o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

cálculo de produtividade da referida IN, a TERRACAP necessitaria de 14 serventes de limpeza, gerando um custo mensal a maior de R\$ 53.831,70. Cabe acrescentar que o contrato previa, ainda, o percentual de 7% para custear a reserva técnica, configurando cobrança por serviço não prestado. Os justificantes, ao manterem a quantidade de serventes licitada, sem qualquer tipo de questionamento, perpetuaram a irregularidade identificada.

4.12.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 328/331) alegou que a prorrogação de prazo, realizada por meio do Termo Nutra/Proju nº 172/2009, não deve macular as contas, tendo em vista que o serviço vinha sendo executado sem qualquer ressalva nos exercícios anteriores e que as demais irregularidades são relativas a outros exercícios.

4.12.4. Argumentou que o serviço de limpeza e conservação era afeto ao Núcleo de Serviços Gerais subordinado à Diretoria de Recursos Humanos, Administração e Finanças.

4.12.5. Análise: Sobre as alegações de que não houve ressalvas ou de que se referem a outros exercícios, o comentário efetuado no § 4.12.2 discorda das alegações, onde se concluiu pela permanência da irregularidade verificada e sua repercussão nas presentes contas.

4.12.6. Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria Colegiada e não pelo Diretor Técnico.

4.12.7. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.13 Subitem 1.2.2.9 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - contratação de serviços de publicidade e propaganda com vícios insanáveis, sujeitando-se a anulação do processo por ilegalidade, cujas irregularidades estão relacionadas a não consideração de planilha de quantidades e custos unitários como anexo do edital, como exigiu o TCDF, ao subjetivismo dos quesitos técnicos exigidos no certame e a incompatibilidade com o plano de comunicação anual; planos de comunicação anuais superficiais; aditivo firmado sem a correspondente comprovação em planilha de custos unitários e quantidades; falta de comprovação da vantajosidade econômica para prorrogar o contrato; enquadramento inadequado da contratação como sendo de natureza contínua, o que permitiu a prorrogação irregular do contrato; divergências dos preços faturados em relação às tabelas de preços dos veículos de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

comunicação; prejuízos decorrentes da execução contratual com evidências de inserções em veículos de comunicação desnecessárias, no exercício de 2009, no valor de R\$ 191.798,76, e veiculações sem efetividade em jornais locais, no valor de R\$ 1.061.474,22, bem como inserções em rádios religiosas com motivação insuficiente, totalizando em R\$ 316.324,39; Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, autuada no Processo nº 2008.01.169374-9, promovida pelo MPDFT por questões semelhantes às apontadas pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle (fls. 3244/3260*).

4.13.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 271) que a produção de materiais para publicidade acima do valor do contrato encontra justificativa no fato novo, lançamento do Bairro JARDIM BOTÂNICO, o que, comercialmente, exigiria a realização de campanha de publicidade mais agressiva e que houve redução do montante inicialmente fixado. Por fim, esclarecem que adotaram as providências visando apurar a responsabilidade pela extrapolação do valor orçamentário.

4.13.2. Análise: A justificativa apresentada não enfrenta a questão tratada neste tópico.

4.13.3. Sobre a Ação Civil Pública nº 2008.01.169374-9, o e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios julgou, em 14/09/2011, procedente o pedido de declarar nula a Concorrência nº 01/2007, cuja vencedora foi a Empresa PLÁ DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA.

4.13.4. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 331/338) alegou que a grande maioria das irregularidades apontadas referem-se a falhas relacionadas ao planejamento e elaboração do instrumento convocatório que teve início em 2007, sendo que o contrato foi assinado em 2008.

4.13.5. Argumentaram que não foi apontado qualquer ato praticado pelo justificante com relação ao 1º Termo Aditivo e que a procuradoria jurídica da TERRACAP emitiu parecer favorável à assinatura do 2º Termo Aditivo.

4.13.6. Análise: Apesar da licitação ter ocorrido em período diverso do em análise, a continuação de sua execução configura irregularidade que deveria ter sido corrigida na contratação ou nos exercícios seguintes, o que, segundo o Controle Interno, gerou um prejuízo da ordem de R\$ 1.569.597,37.

4.13.7. Não houve, por parte do Controle Interno, qualquer indicação de irregularidade na assinatura do 1º Termo Aditivo, dispensando o justificante de apresentar razões de justificativas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.13.8. Verificada a existência de irregularidade, era responsabilidade da Diretoria Colegiada, diante do posicionamento desfavorável do primeiro parecer, questionar o segundo parecer, considerando que os fatores que motivaram a negativa do setor jurídico no primeiro permaneceram.

4.13.9. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.14 **Subitem 1.2.3.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – percentual elevado de imóveis não vendidos inclusos nos editais, principalmente em decorrência da obstrução/ocupação dos terrenos; falta de detalhamento do tipo de obstrução, prejudicando a venda dos imóveis obstruídos/ocupados; exclusão de terrenos do edital, visando atender interesses pessoais dos ocupantes irregulares dos imóveis; fixação de direito de preferência não previsto na lei de licitações; aceitação de documentos ilegais no exercício do direito de preferência, especialmente a cessão ilegal de direitos sobre terrenos cedidos por meio do PRO-DF; falta de devolução dos depósitos de cauções; falta de limitação ao poder econômico na venda de terrenos não considerados unifamiliares, possibilitando à especulação imobiliária (fls. 3266/3272*).

4.14.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 272/273) que os imóveis obstruídos/ocupados constam dos editais de licitação e a condição física dos imóveis que serão levados ao certame licitatório se encontram explicitados nos editais para que os interessados façam sua vistoria in loco e que o valor do imóvel é formulado com base no valor de mercado, que a desobstrução é responsabilidade do licitante vencedor.

4.14.2. **Análise:** Sobre os imóveis obstruídos, o Controle Interno inferiu que, talvez, o motivo da baixa taxa de sucesso na venda de imóveis ocorreu pela falta de detalhamento da situação real dos mesmos. Não houve questionamento sobre quem deveria arcar com a desobstrução.

4.14.3. Cabe acrescentar que os justificantes não esclareceram o motivo do não cumprimento do Termo de compromisso de Ajustamento de Conduta nº 001/2009, firmado pela TERRACAP e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que visava garantir o direito à devolução das cauções aos respectivos depositantes, assim como:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

1. a exclusão dos itens nº 137, solicitado pela Sra. Alzira Saraiva da Silva e 46, solicitado pelo Sr. Luiz Martins Sampaio, atendendo a interesses individuais em detrimento do público e nº 53, manifestação de interesse pela Empresa LINEA G. EMPREENDIMENTOS DE ENGENHARIA LTDA., contrário à norma, em especial o artigo 3º, § 3º, da Lei nº 1.823/98, referentes ao Edital nº 03/2009 – Processo nº 111.000.235/2009. Além disso, o direito de preferência não coaduna com as disposições da Lei nº 8.666/93, sendo baseado em norma interna, favorecendo ocupações irregulares (fls. 3.267.v/3.268*);

2. a não extensão da condição restritiva imposta aos imóveis unifamiliares, qual seja, a impossibilidade de aquisição de dois imóveis pelo mesmo licitante, permitindo a especulação imobiliária, apesar da Companhia ter como finalidade o fomento ao desenvolvimento urbano e o deferimento da solicitação de exercício do direito de preferência requerido pelo Sr. Jefferson Sampaio Soares, contrariando o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 155/2001 (PRÓ-DF), firmado com o Sr. Geraldo Naves Rodrigues (Proprietário da empresa BRATEL BRASÍLIA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.), o qual poderia exercer o citado direito se não houvesse descumprido a Cláusula 8ª, a qual veda a sublocação e que o referido contrato possuía vigência até 23/01/2006, data limite para o exercício da opção, verificações ocorridas na análise do Edital de Licitação nº 10/2009, por fim cabe acrescentar que a empresa BRATEL BRASÍLIA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. teve seu incentivo econômico cancelado, por meio da Portaria nº 60, de 18/03/2009 (fls. 3.268.v/3.270*); e

3. exclusão do item nº 140, solicitado pela empresa MILTON PINTO DE MESQUITA – ME, sem comprovação da situação alegada, nº 2, solicitado pela LOJA MAÇÔNICA ABARIGO DO CEDRO nº 8, cuja alegação não possui cabimento, nº 51, solicitado pela Sra. MARIA ALVES GUIMARÃES, sem fundamentação legal, tendo em vista que o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra havia expirado em 20/02/2005 (PRÓ-DF), nº 100 sem que houvesse a comprovação do cumprimento de todas as cláusulas do termo de Concessão de Direito Real de Uso e nº 52, sendo que o laudo de vistoria informava o encerramento da alienação em 13/10/2009 e o retorno do imóvel ao estoque da TERRACAP, referentes ao Edital de Licitação nº 14/2009 (fls. 3.270.v/3.271.v*).

4.14.4. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 338/340) alegou que a comercialização de imóveis da TERRACAP não é competência da Diretoria Técnica e Fiscalização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.14.5. Análise: Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria Colegiada e não pelo Diretor Técnico.

4.14.6. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.15 Subitem 1.2.5.2 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - reconhecimento de dívida irregular, no valor de R\$ 994.173,43, decorrente de despesa que ultrapassou o montante do contrato emergencial firmado com a empresa DQV – Publicidade Ltda.

4.15.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 273) que foi instaurado processo administrativo visando apurar a responsabilidade pelo reconhecimento de dívida beneficiando a empresa DQV PUBLICIDADE LTDA.

4.15.2. Análise: A alegação apresentada apenas ratifica a ocorrência verificada pelo Controle Interno.

4.15.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 340/341) alegou que a única irregularidade relacionada ao exercício de 2009 foi a Decisão da Diretoria Colegiada reconhecendo a despesa e determinando seu pagamento. O reconhecimento visou evitar o enriquecimento ilícito da Administração Pública.

4.15.4. Argumentou que o Chefe da ASCOM informou que os preços praticados eram compatíveis com os de mercado e que foi instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade acompanhado pela Auditoria da TERRACAP.

4.15.5. Análise: Assiste razão ao justificante sobre a obrigatoriedade de realizar os pagamentos de despesas realizadas pela TERRACAP. Apesar das ilegalidades verificadas pelo Controle Interno, as Notas Fiscais que comprovam a despesa no montante de R\$ 994.173,43 foram acostadas ao Processo nº 111.002.680/2008.

4.15.6. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela procedência das alegações ofertadas, com relação ao tópico em questão, pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, podendo ser aproveitada pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS.

4.16 Subitem 1.4.1.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - inexistência de controles para acompanhamento e registro, para fins gerenciais, do valor de mercado dos imóveis (fls. 3295/3296).*

4.16.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 273/275) que a manutenção de uma pauta contendo os valores atualizados de todos os imóveis, para fins gerenciais, apresenta-se impossível, tendo em vista a expressiva quantidade de imóveis que compõem o patrimônio da TERRACAP, as peculiaridades do mercado imobiliário e as oscilações que ocorrem na economia do País que impactam diretamente no comportamento dos valores praticados no mercado imobiliário.

4.16.2. Por fim, alegaram que o procedimento correto é realizar a avaliação técnica no momento em que a operação comercial ocorrer utilizando o método comparativo direto, mediante análise estatística inferencial utilizando dois fatores indispensáveis usados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e a CÂMARA DE VALORES IMOBILIÁRIOS – CVI, obedecendo os critérios específicos estabelecidos pela NBR 14653-2-2011 (Norma Brasileira de Engenharia de Avaliação).

4.16.3. Análise: Os justificantes não apresentaram documentos comprobatórios da quantidade, considerada expressiva pelos mesmos, de imóveis em estoque que inviabilizaria a avaliação real do valor da empresa, assim como não detalharam quais são as peculiaridades do mercado que influenciariam o valor de mercado dos imóveis e como as oscilações na economia impactariam na referida avaliação dos imóveis.

4.16.4. Os justificantes deixaram de mencionar quais seriam os dois fatores indispensáveis para se efetuar a avaliação do preço de mercado dos imóveis postos à disposição da população para aquisição.

4.16.5. A norma da ABNT número NBR 14653-2-2011 somente foi editada em 03.02.2011, sendo válida a partir de 03.03.2011. Desta forma, a TERRACAP não poderia utilizar, em 2009, os parâmetros estipulados naquele normativo.

4.16.6. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 342/343) alegou que a irregularidade não pode ser atribuída ao Titular da Diretoria Técnica e de Fiscalização.

4.16.7. Análise: Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria Colegiada e não pelo Diretor Técnico.

4.16.8. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.17 Subitem 1.4.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – existência de imóveis com algum tipo de ocupação/obstrução sem que tenha sido promovida a respectiva ação de recuperação de propriedade do imóvel; imóveis com financiamento em atraso, sem a propositura de ações judiciais para a recuperação dos imóveis (fls. 3296/3296.v*).

4.17.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 275/276) que os imóveis com algum tipo de ocupação/obstrução mereciam antecipadamente análise de custo-benefício para a empresa e que, em sua maioria, eram imóveis do PRÓ-DF que sofreram acompanhamento técnico-específico visando identificar as irregularidades e, caso necessário, eram adotadas as providências para sua reintegração ao patrimônio da empresa.

4.17.2. Os imóveis, cujo financiamento se encontrava em atraso, passavam por um período de negociação de parcelamento da dívida acompanhado pela Procuradoria Jurídica da empresa antes da propositura de ação judicial.

4.17.3. Análise: Os justificantes não demonstraram como eram feitas as avaliações e quais as providências adotadas pela empresa, assim como não comprovaram que a empresa efetuou os parcelamentos das dívidas sem a propositura de ação judicial.

4.17.4. O Controle Interno verificou que os ocupantes irregulares exerciam o direito de preferência na aquisição de imóveis a comercializar, ao invés de sofrerem ação administrativa ou judicial de retomada do bem, em detrimento dos demais licitantes. O CI verificou, também, a existência de créditos prescritos sem a devida adoção das medidas necessárias para resguardar os cofres da TERRACAP.

4.17.5. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 343/344) alegou que as atividades questionadas são relacionadas à Diretoria de Recursos Humanos, Atividades e Finanças e pelo Núcleo de Contratos.

4.17.6. Análise: Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria Colegiada e não pelo Diretor Técnico.

4.17.7. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.18 Subitem 1.6.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - decisões estratégicas adotadas pela empresa sem análise pelo Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (CONFI); estabelecimento pela TERRACAP de convênios, de acentuado valor, sem o exame do Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (CONFI); ausência de manifestação quanto ao cumprimento das metas da Participação nos Lucros e Resultados – PPR (fls. 3308/3309*).

4.18.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 276/277) que as decisões são tomadas de forma colegiada pela Diretoria Executiva com estreita observância dos comandos contidos no Estatuto Social, no Regimento Interno e nos instrumentos normativos que regem o comportamento de seus dirigentes.

4.18.2. Os justificantes anotaram que o artigo 25, inciso V, do Estatuto Social dispunha que uma das atribuições da Diretoria Colegiada era “autorizar, dentro das normas aprovadas pelo Conselho de Administração, contratos de obras ou os que envolvam obrigações para a Empresa”.

4.18.3. Por fim, entendem que não ocorreram falhas de sua parte no desempenho de suas funções por não terem submetido à apreciação e aprovação do CONAD e do CONFI operações que foram implementadas visando cumprir os objetivos da TERRACAP, sendo esta uma prerrogativa da Diretoria.

4.18.4. Análise: Cabe razão ao justificante quando alega que não há a obrigatoriedade de autorização do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal para se firmar contrato ou convênio.

4.18.5. O Controle Interno verificou que o cumprimento/avaliação do Planejamento Estratégico (Projeto Órion) e das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados da companhia não teve apreciação por parte do Conselho de Administração, descumprindo o artigo 21, inciso VIII,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

do Estatuto Social⁴ e o artigo 142, inciso VI⁵, da Lei nº 6.404/76.

4.18.6. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 344/347) alegou que o Conselho de Administração não possuía competência para deliberar, aprovar ou autorizar a assinatura de contratos ou convênios.

4.18.7. Análise: Cabe razão ao justificante quando alega que não há a obrigatoriedade de autorização do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal para se firmar contrato ou convênio.

4.18.8. Conforme análise efetuada no § 4.18.4, houve descumprimento do artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e do artigo 142, inciso VI⁶, da Lei nº 6.404/76.

4.18.9. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela procedência parcial das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão, mantendo-se somente a irregularidade verificada na ausência de apreciação do cumprimento/avaliação do Planejamento Estratégico (Projeto Órion) e das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados por parte do Conselho de Administração, descumprindo o artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e o artigo 142, inciso VI⁷, da Lei nº 6.404/76.

4.19. Subitem 1.7.5.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – carteira de créditos com acentuada inadimplência; indícios de morosidade na execução dos procedimentos administrativos e judiciais, com indicativo de prejuízos em decorrência da prescrição do direito de cobrança de créditos vencidos, inclusive em relação aos créditos relativos à desapropriação da reserva biológica de águas emendadas (fls. 3313/3317*).

4.19.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 278/279) que a carteira de crédito com acentuada inadimplência estava sob gerenciamento da administração demonstrando que a maioria dos prestamistas em atraso eram do PRÓ-DF e estavam em fase de negociações para

⁴ Vide Anexo V (antes do Relatório de Auditoria)

⁵ Art. 142. Compete ao conselho de administração: ... VI - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;

⁶ Art. 142. Compete ao conselho de administração: ... VI - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;

⁷ Art. 142. Compete ao conselho de administração: ... VI - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

parcelamento de débitos e/ou cancelamento dos contratos que não envolviam somente a TERRACAP mas também a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Assim, os procedimentos administrativos seguiam um ritual que poderia ter uma conotação de morosidade. Entretanto, os procedimentos estavam em andamento contínuo, não ocorrendo prescrição, pois, na maioria, a inadimplência estava concentrada nas concessões de direito real de uso e não da escritura de compra e venda, não gerando qualquer prejuízo.

4.19.2. Os justificantes alegaram que negataram os devedores no SERASA buscando garantir a não prescrição dos débitos.

4.19.3. Sobre a desapropriação da reserva biológica de Águas Emendadas, o assunto encontra-se pendente de solução porque não depende de decisão da TERRACAP, sendo que o devedor é o Distrito Federal, o qual não saldou o compromisso firmado com a companhia.

*4.19.4. **Análise:** O Controle Interno transcreveu o Despacho nº 1706/2009 – NUTEN, os Memorandos nº 400/2009 – NUTEN e nº 565/2009 – NUTEN, o Relatório nº 01/2010 – PROJU e o Despacho nº 205/2010 – NUTEN/PROJU avisando à direção da empresa sobre a ocorrência de prescrição no direito de exigir a quitação das parcelas não pagas em decorrência da falta de setor específico para realizar o acompanhamento dos pagamentos oriundos de vendas de terrenos ou imóveis.*

4.19.5. Diante da constatação efetuada pelo Controle Interno, a justificativa de que havia negociações sendo realizadas encontra-se esvaziada. Ainda mais, quando o Despacho nº 1706/2009 – NUTEN informou que os processos autuados, visando acompanhar o não pagamento das parcelas, eram arquivados no NUDOC esperando o resultado das ações judiciais, operando, muitas vezes, a prescrição do direito de cobrança.

4.19.6. Não há demonstração de que a TERRACAP utilizava os serviços do SERASA e que esta possível prática impediria a prescrição que vinha ocorrendo.

4.19.7. A alegação de que há tratativas no sentido de buscar o ressarcimento dos valores dispendidos na desapropriação de terrenos localizados na Reserva Biológica de Águas Emendadas não encontra respaldo diante do Parecer nº 1.010/2010 – PROCAD/PGDF, o qual concluiu que a ação de cobrança da dívida encontrava-se prescrita.

*4.19.8. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 348) alegou que as atividades questionadas são relacionadas à Diretoria de Recursos Humanos, Atividades e Finanças.*

*4.19.9. **Análise:** Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria Colegiada e não pelo Diretor Técnico.

4.19.10. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.20 **Subitem 1.9.1.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/2009, cujo interesse recíproco não restou comprovado; inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; o convênio foi utilizado como mero instrumento de transferência de recursos para licitações realizadas e/ou contratos firmados anteriormente à assinatura do termo de convênio, ressaltando que a aprovação do plano de trabalho não foi embasada em pré-projeto ou projeto básico, conforme determina a legislação, desprovido dos elementos essenciais exigidos na IN nº 01/2005, da STC, e no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos, sendo que as obras não estavam definidas no plano de trabalho e inexistiam projetos que dessem sustentação ao convênio; irregularidades nos aditivos firmados, relacionadas à inclusão de obras não compatíveis com a finalidade da TERRACAP, falta de previsão de recursos adicionais no convênio, que ultrapassaram 25% previsto na lei de licitações, inexistência de projeto básico, detalhamento das obras e de quantidades e custos unitários (fls. 3221.v/3226.v*).

4.20.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 280/281) que a condição para a realização do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/2009 está na previsão estipulada no artigo 4º do Estatuto Social da TERRACAP, qual seja: a realização “direta ou indiretamente obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, vinculadas às suas finalidades essenciais”. Acrescentaram que o parágrafo único desse artigo dispunha que a TERRACAP exerceria a função de agência de desenvolvimento do DF na operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao desenvolvimento econômico e social do crescimento do DF, nos termos do Decreto nº 18.061/1997.

4.20.2. Alegaram que as condições estão respaldadas em parecer jurídico contido no Despacho nº 1257/2009 – PROJU, acostado às fls. 31/34 do Processo nº 111.000.397/2009.

4.20.3. Informaram que a contrapartida da cooperação refletia-se no bem estar da população do DF e que o citado ajuste contemplou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

obras já licitadas, sendo que todos os repasses foram realizados para quitação de despesas dentro de sua vigência, obedecendo o artigo 8º, inciso V, da Instrução nº 01/2005 – GDF.

4.20.4. Argumentaram que todos os projetos, orçamentos e programas foram devidamente aprovados antes da expedição das competentes ordens de serviço, sendo as obras as previstas na Cláusula 2ª do acordo em tela e a inclusão de novas obras no § 1º da referida cláusula e embasadas no Despacho nº 2805/2009 – PROJU, acostado às folhas 139/142 e 145 do Processo nº 111.000.397/2009.

*4.20.5. **Análise:** O Controle Interno verificou que diversas obras, objeto do referido convênio, não guardam relação com a função principal da empresa, ou seja, com a administração e venda dos imóveis incorporados aos estoques da TERRACAP.*

4.20.6. No que tange às finalidades da Agência de Desenvolvimento, não houve comprovação de que o convênio foi assinado sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF ou que executava projeto ou programa de fomento.

4.20.7. A aprovação dos projetos, orçamentos e programas ocorreu após a assinatura dos convênios, demonstrando a ausência verificada pelo Controle Interno.

4.20.8. Consultamos a documentação apresentada em anexo às razões de justificativa e verificamos, além da desorganização, a ausência de cópia do Despacho 1257/2009 – PROJU. Cabe ressaltar que o Controle Interno verificou que o ajuste foi objeto de análise pela área jurídica da empresa, sendo que o Parecer Jurídico nº 098/2009 – PROJU concluiu pela utilização de contrato ao invés de convênio. Por sua vez, o Chefe da Procuradoria Jurídica divergiu daquele trabalho concluindo, no Despacho nº 1.457/2009 – PROJU, pelo cabimento da assinatura de convênio, com a ressalva de que não haveria óbice na aplicação de contrato, demonstrando dubiedade na interpretação. Considerando que não há contrapartida no convênio, somos por ratificar o entendimento do Controle Interno.

4.20.9. O Controle Interno verificou que não há cláusula de contrapartida gerando obrigações para a NOVACAP, ocorrendo apenas o repasse de recursos, contrariando o artigo 15º da Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2009.

4.20.10. O Controle Interno identificou o descumprimento dos termos da Instrução Normativa nº 01/2005 – STC na ausência de pré-projeto ou projeto básico na formulação do Programa de

⁸ Art. 15 – É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de convênios, contratos de repasse, empréstimos internos e externos e para pagamento de amortizações, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Trabalho, ressaltando que o PT não possui os elementos essenciais, objeto amplo não consubstanciado em projeto básico com previsão de repasses mensais, indicando ausência de cronograma físico-financeiro, as obras seriam definidas pela Secretaria de Obras, comprovando a ausência de definição das obras a serem contempladas, e utilização de recursos para suportar obras iniciadas antes da assinatura do convênio. Pontos não abordados pela razão de justificativa.

4.20.11. Apesar da existência das autorizações alegadas, os justificantes deixaram de enfrentar a constatação do Controle Interno, o qual verificou que os aditivos incluíram obras não compatíveis com a finalidade da TERRACAP e que estes ultrapassaram o limite de 25% previsto na Lei de Licitações.

4.20.12. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS apresentou as alegações relativas aos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2 de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens serão analisadas a seguir e as que forem específicas serão analisadas nos respectivos subitens.

4.20.13. O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 352) alegou que a TERRACAP poderia celebrar contratos e convênios com a administração direta e indireta, conforme autorizado pelo artigo 2º, § 1º, da Lei nº 5.861/72⁹ e pelo artigo 54 do Estatuto Social da TERRACAP¹⁰.

4.20.14. Argumentou (fls. 352/353) que constitui-se como finalidade da TERRACAP a operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal, desde que os projetos e programas sejam de interesse do Distrito Federal.

4.20.15. Opôs (fl. 354) que a contrapartida do Convênio nº 124/2009 foi a melhora da qualidade de vida da população do DF, que todos os repasses ocorreram dentro da vigência do convênio, que cada obra deveria ter seu plano de trabalho complementar incorporado ao principal e que as ordens de serviço somente eram expedidas após apresentação dos projetos, orçamentos e programas devidamente aprovados.

⁹ § 1º A TERRACAP poderá celebrar contratos e convênios com a administração direta e com entidades compreendidas na administração indireta do Distrito Federal. Quando no exercício dessa faculdade, suas atividades específicas forem processadas através de empresa pública ou sociedade de economia mista, resultando do suprimento de recursos o retorno correspondente, a TERRACAP poderá, com autorização das respectivas assembleias gerais, recebê-lo em ações, ressalvada a participação de 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, do Distrito Federal, bem como a proporcionalidade do capital social do Distrito Federal e da União na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 6.816, de 1980.)

¹⁰ Art. 54. A TERRACAP aplicará parte de sua receita em obras e serviços de urbanização, de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, vinculadas as suas finalidades essenciais, podendo, para isso, celebrar convênios e contratos, bem como parcerias público-privadas, de acordo com a lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.20.16. **Análise:** Não foi questionado pelo Controle Interno a possibilidade de se firmar contrato ou convênio com a administração direta ou indireta do GDF, mas a ausência de contrapartidas por parte da recebedora dos recursos e a falta de relacionamento do objeto do convênio com a finalidade da empresa.

4.20.17. Conforme comentado no § 4.20.6, não há comprovação de que os convênios foram assinados sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF. Portanto, a TERRACAP somente poderia firmar convênios se houvesse relação com sua função principal, a de gerir seu patrimônio.

4.20.18. A melhora da qualidade de vida da população do DF não consta do rol de finalidades da TERRACAP, tendo em vista que sua missão primordial é gerir o patrimônio da empresa prezando pela eficiência e eficácia de seus atos. No que tange às finalidades da Agência de Desenvolvimento, não houve comprovação de que o convênio foi assinado sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF ou que executava projeto ou programa de fomento.

4.20.19. Não houve questionamento, por parte do Controle Interno, de pagamentos fora da vigência dos Convênios, mas a constatação de utilização de recursos oriundos destes ajustes para cobrir despesas já lícitas ou em execução por parte do órgão beneficiado.

4.20.20. Conforme anotado no § 4.20.10, as obras eram definidas pela Secretaria de Obras indicando que os convênios não possuíam pré-projeto ou projeto básico na formulação do Programa de Trabalho.

4.20.21. A aprovação dos projetos, orçamentos e programas ocorreu após a assinatura dos convênios, demonstrando a ausência verificada pelo Controle Interno.

4.20.22. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.21 **Subitem 1.9.1.2** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – celebração do Convênio nº 280/2008 - SO, cujo interesse recíproco não restou comprovado, sendo utilizado como mero instrumento de transferência de recursos; inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal para 2008; desvio da finalidade do orçamento de investimento aprovado para a empresa, com prejuízos a projetos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

programados no orçamento para 2008 e 2009; o plano de trabalho foi aprovado, porém sem contemplar elementos essenciais, especificamente o cronograma físico-financeiro, as metas, as fases e etapas; aprovação do convênio sem a devida licença ambiental prévia, cujos repasses ocorreram sem a licença de instalação determinada pelo TCDF; não houve emissão de parecer jurídico específico sobre o convênio, conforme determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN emitiu parecer contrário ao projeto da torre digital, porém mesmo assim o convênio foi executado; a licitação foi realizada com base nos projetos preliminares da empresa do arquiteto Oscar Niemeyer, que só foram aprovados pela administração do Lago Norte em agosto de 2010; preço da contratação da obra substancialmente superior àquele utilizado como parâmetro para cobrança de honorários dos serviços relacionados aos projetos elaborados pela firma arquitetura urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., que arbitrou seus honorários, delimitando o valor de obra em aproximadamente 27 milhões de reais, contudo o convênio, com valor atualizado, importa em mais de 81 milhões de reais; termo aditivo acresceu objeto não previsto inicialmente no convênio, relativo a acompanhamento e fiscalização das obras, cuja necessidade e efetividade não restaram comprovadas; os aditivos assinados acresceram o valor do convênio em 31,7%, contrariando as disposições do art. 65 da Lei de Licitações.

4.21.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 282/284) que a Torre Digital fazia parte do projeto nacional de implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital e que sua construção se deu em terreno da TERRACAP, envolvendo um estacionamento para 800 carros, um imóvel destinado a um centro cultural e outro destinado a um shopping center, valorizando a área.

4.21.2. Alegaram, ainda, que a cooperação mútua, objeto do Convênio nº 280/2008, com a NOVACAP obrigava a TERRACAP a cumprir todas as condições referentes à edificação da obra em si, sem contrapartidas.

4.21.3. Afirmaram que não houve formalmente parecer do IPHAN que impedisse a obra, nem a aprovação do objeto, e que a aprovação de projetos e os licenciamentos eram responsabilidade da NOVACAP.

4.21.4. Argumentaram que o valor inicial do Convênio era de R\$ 64.064.395,61, onde foram detalhados os custos unitários e os quantitativos, elaborados pela NOVACAP e que o projeto integrou o edital da Concorrência nº 033/2008 – ASCAL/PRES/NOVACAP.

4.21.5. Por fim, alegaram que assinaram apenas os termos aditivos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

de 25.09.2009 e 27.12.2009 e que a fiscalização ficava a cargo da NOVACAP, impossibilitando aos justificantes aquilatar efetivamente a ocorrência do acréscimo na ordem de 31,7%.

4.21.6. **Análise:** Apesar da alegação de valorização da área, somente poderia ser considerada procedente se os justificantes demonstrassem que o valor aplicado, R\$ 64.064.395,61 (proposta vencedora do certame), foi inferior à valorização esperada.

4.21.7. A TERRACAP não era obrigada a assinar o convênio em tela. Desta forma, alegar que cláusula do ajuste a obrigava a arcar com a edificação não afasta a irregularidade verificada.

4.21.8. O Controle Interno verificou que havia parecer do IPHAN, contrário ao projeto da Torre Digital, incluído no Processo nº 111.000.637/2008, relativo a contratação, por inexigibilidade de licitação, da firma Arquitetura Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda. Desta forma, alegar a inexistência do mesmo não o desconstitui.

4.21.9. Os justificantes deixaram de apresentar esclarecimentos que validassem o dispêndio de R\$ 64.064.395,61 quando o projeto elaborado pela firma Arquitetura Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., aprovado somente em agosto de 2010 pela Administração Regional do Lago Norte, delimitando o custo da obra em torno de R\$ 27.000.000,00.

4.21.10. As solicitações de aditivos, ocorridas em 2009, não deveriam ser acatadas sem que houvesse, por parte da TERRACAP, análise de suas necessidades e relevâncias. Por conseguinte, a fiscalização da aplicação dos recursos repassados não poderia ser transferida para a NOVACAP sem qualquer tipo de controle por parte da TERRACAP, até porque, todos os convênios são passíveis de prestação de contas ao órgão repassador.

4.21.11. Por fim, cabe acrescentar que o Controle Interno anotou que o edital da Concorrência nº 33/2008 – ASCAL/PRESI foi analisado por este Tribunal e autorizada sua continuação, mediante Decisão nº 7.313/2008, com a ressalva de que a assinatura do contrato somente poderia ocorrer após a obtenção da licença de instalação descrita no artigo 8º, inciso II, da Resolução CONAMA nº 237/97(Licença Ambiental). O CI verificou que não houve o cumprimento da determinação emanada por este Tribunal, já que a autorização ocorreu em junho/2009 (fl. 2695/2696*), após a assinatura do contrato, em 2008.

4.21.12. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS apresentou as alegações relativas aos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2 de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens foram analisadas no subitem 1.9.1.1 e as que forem específicas sobre o Convênio nº 280/2008-SO serão analisadas neste tópico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.21.13. O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 354) alegou que o convênio foi firmado em período diverso ao de 2009, assim qualquer eventual irregularidade verificada na sua formalização não deve recair sobre o justificante.

4.21.14. Argumentou (fl. 355) que a Torre de TV Digital faz parte do projeto nacional de implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital e que sua construção se deu em terrenos de propriedade da TERRACAP.

4.21.15. Apresentou alegações similares às apresentadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS sobre valorização do terreno (fl. 355).

4.21.16. **Análise:** A execução das obras, objeto do convênio em tela, adentrou o exercício de 2009. Os gestores deixaram de questionar a necessidade do convênio permitindo sua existência, tendo a TERRACAP assinado aditivos no ano em comento. Portanto, alegar que o convênio foi firmado em período diverso não deve prosperar.

4.21.17. A necessidade da execução da obra não é objeto de irregularidade, mas sua execução com recursos da TERRACAP. Não há indicação de o convênio foi firmado sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF ou que executava projeto ou programa de fomento.

4.21.18. A análise sobre a alegação de valorização foi efetuada no § 4.21.7, onde se concluiu que não houve a demonstração de que o investimento foi inferior à citada valorização.

4.21.19. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.22 **Subitem 1.9.1.3** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – o exame dos Convênios nºs 183/07, 278/09 e 13/08 constatou a inobservância das regras definidas na IN nº 01/05, da STC, tanto na elaboração quanto na execução e prestação de contas, relativas à inexistência das razões que justifiquem a celebração do convênio, cujo interesse recíproco não restou comprovado, deficiência da função gerencial fiscalizadora exercida pela TERRACAP, ausências do relatório de execução físico-financeiro e do demonstrativo da execução da receita e despesa, falta de conciliação dos rendimentos auferidos da aplicação dos recursos liberados, falta de apresentação das cópia



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

do termo aceitação definitiva da obra e dos despachos adjudicatório e de homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade (fls. 3331/3334).*

4.22.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 284/285) que os convênios foram firmados com o DER e que as obras viárias representavam a realização dos objetivos da TERRACAP, na condição de agência de desenvolvimento do DF, conforme discriminado no Decreto nº 18.061/97.

4.22.2. Argumentaram que cabia à TERRACAP somente analisar as medições encaminhadas pelo DER, o qual era responsável pela fiscalização, conforme preceituam as cláusulas dos convênios.

4.22.3. Afirmaram que a prestação de contas foi atuada sob o nº 113.010.024/2009 e que as comprovações da execução físico-financeira e da receita e da despesa estão contidas nas folhas 351/389 e 1155/1160, o comprovante da devolução dos rendimentos foi acostado à folha 223 e cópia dos termos de aceitação definitivo das obras e dos despachos adjudicatórios constam das folhas 1196/1222, 1292/1303 e 1224/1269, todas daquele feito.

4.22.4. Análise: Contrariamente ao alegado, o Controle Interno analisou o Convênio nº 183/2007, firmado com a CAESB, o Convênio nº 278/2009, firmado com o DER, e o Convênio nº 13/2008, firmado com a Secretaria de Obras do DF, nos quais houve pagamentos em 2009.

4.22.5. O Decreto nº 18.061/1997 dispunha, em seu artigo 1º, que a “Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP - exercerá a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal na operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento, especialmente no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal - PADES/DF, instituído pela Lei nº 1.314, de 19 de dezembro de 1996, atuando, no que couber, sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal”. Não há comprovação de que os convênios foram assinados sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF ou se executava projeto ou programa de fomento.

4.22.6. A TERRACAP, segundo se apresenta o convênio, figurava apenas como repassadora de recursos, o que descaracteriza a figura do ajuste. A empresa não possuía competência para abrir mão de sua função de controle para se eximir da responsabilidade pela fiscalização da aplicação dos direitos monetários transferidos ao DER, até porque existiam as prestações de contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.22.7. Apesar da afirmação de que a prestação de contas consta do Processo nº 113.010.024/2009, o qual teve como assunto cadastrado no SICOP “Abertura de Convênio” e como assunto secundário “Convênio nº 278/2009 celebrado entre o DER/DF e a TERRACAP” (o processo encontra-se registrado na unidade TERRACAP/ASPRE desde 17/06/2011), o Controle Interno verificou, na análise dos Processos nº 111.002.636/2009 e 111.002.627/2009, o pagamento de notas fiscais emitidas antes da assinatura do Convênio em tela, assim como de nota fiscal emitida após sua validade, e pagamentos parciais de notas fiscais, indicando que, de fato, não havia cronograma físico-financeiro a ser cumprido.

4.22.8. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS apresentou as alegações relativas aos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2 de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens foram analisadas no subitem 1.9.1.1 e as que forem específicas sobre os Convênios nºs 183/07, 278/09 e 13/08 serão analisadas neste tópico.

4.22.9. O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 355) alegou que os Convênios nº 183/07 e 13/08 foram firmados em exercício diverso do sob análise, qual seja, 2009.

4.22.10. Argumentou (fl. 355) que o objeto do Convênio nº 278/09 está em perfeita consonância com os objetivos da TERRACAP na condição de Agência de Desenvolvimento do DF, conforme discriminado no Decreto no 18.061/97.

4.22.11. Afirmou que a documentação relativa à prestação de contas do Convênio nº 278/09 está no Processo nº 113.010.024/2009.

4.22.12. Alegou (fl. 356) que a fiscalização da obra era competência do DER, por força do convênio.

4.22.13. **Análise:** O Controle Interno identificou problemas na execução e na prestação de contas, não se restringindo somente à assinatura dos convênios.

4.22.14. O justificante não demonstrou que a TERRACAP agiu como Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal na operacionalização e implementação de programas e projeto de fomento ao firmar convênio com o DER/DF que tinha como objetivo, por exemplo, duplicar e restaurar a via DF-150 (2009NE01817 e 2009NE01818), duplicação e restauração da via DF-140 trecho DF-001/DF-463 (2009NE01820 e 2009NE01827), duplicação da via DF-001 – Balão do Gama (2009NE01821 E 2009NE01824), pavimentação das alças de acesso ao Balão do Periquito (2009NE01830), duplicação e recuperação da BR-020 no trecho Planaltina/divisa GO (2009NE01835), construção das vias de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

ligação Samambaia/Ceilândia (2009NE01836) e duplicação da BR-060 (2009NE01852, onde os recursos repassados pela TERRACAP foram utilizados como contrapartida do Convênio DER/DNIT), todas emitidas pelo DER/DF.

4.22.15. O justificante deixou de acostar a documentação comprobatória da correta prestação de contas.

Sobre a delegação da responsabilidade pela fiscalização, efetuamos comentários no § 4.22.6, onde concluiu-se que a TERRACAP não possuía competência para transferir o poder de controle para outro órgão do GDF.

4.22.16. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.23. **Subitem 1.9.1.4** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/09, desobedecendo as formalidades básicas da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 01/2005, observando-se ausência de: interesse mútuo, contrapartida, plano de trabalho, cronograma de execução, projeto básico, entre outros; inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; não submissão do convênio à sanção do conselho de administração da TERRACAP.

4.23.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 286) que o interesse da TERRACAP, na assinatura do Convênio nº 323/2009 – NUTRA/PROJU, estava na previsão contida no Decreto nº 18.061/1997 e na cláusula primeira do referido ajuste e que a ausência de contrapartida era procedimento rotineiro.

4.23.2. Argumentaram, ainda, que o plano de trabalho, o cronograma de execução e o projeto básico fazem parte do Processo nº 111.002.655/2009, acostados às folhas 459/463 e 561/564 e que o CONAD, à época, não tinha competência regimental para apreciar a matéria, conforme Despacho nº 651/2011 – PROJU, de folhas 320/336.

4.23.3. **Análise:** Comentamos sobre a previsão contida no Decreto nº 18.061/1997, onde não houve demonstração de que a TERRACAP seguia orientação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF ou executava projetos ou programas de fomento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.23.4. O Controle Interno analisou o Processo nº 111.002.655/2009, citado pelos justificantes, verificando as irregularidades identificadas neste tópico.

4.23.5. Não foi comprovado pelos justificantes a ausência de competência do Conselho de Administração - CONAD, e o Despacho 651/2011 - PROJU foi emitido dois exercícios após a assinatura do convênio em tela. Cabe acrescentar que o artigo 25, inciso V, do Estatuto Social dispunha que uma das atribuições do Conselho de Administração era "autorizar, dentro das normas aprovadas pelo Conselho de Administração, contratos de obras ou os que envolvam obrigações para a Empresa".

4.23.6. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS apresentou as alegações relativas aos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2 de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens foram analisadas no subitem 1.9.1.1 e as que forem específicas sobre os NUTRA/PROJU nº 323/09 serão analisadas neste tópico.

4.23.7. O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 356/362) apresentou considerações sobre o executor do convênio e suas competências, justificando que a TERRACAP não era responsável pelas contratações das obras, mas apenas pela gerência dos repasses de recursos.

4.23.8. **Análise:** A TERRACAP, ao firmar o convênio, buscou se eximir da responsabilidade pela fiscalização da execução do ajuste. Entretanto, a empresa não possui competência para delegar sua função de controle sobre os recursos repassados.

4.23.9. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.24 **Subitem 1.9.2.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – a fiscalização do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/09 foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios, não apontando irregularidades graves relativas a obras licitadas e/ou contratadas sem recursos orçamentários anteriormente a celebração do convênio; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas, bem como quaisquer medidas corretivas determinadas pela concedente em relação à execução do convênio (fls. 3337.v/3343*).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.24.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 287/288) que os recursos disponibilizados por meio do convênio foram restritos ao pagamento de obras executadas dentro de suas vigências, embora algumas tenham sido licitadas/contratadas antes da assinatura do convênio e que a IN 01/2005 proíbe apenas o pagamento de despesas realizadas em data anterior ou posterior à vigência do convênio.

4.24.2. Argumentaram, ainda, que “todas as prestações de contas parciais desse convênio estão regular com os relatórios técnicos e financeiros nos processos citados e a prestação de contas final do convenio, com relatório conclusivo do cumprimento do objeto, atingimento das metas e a aprovação em DIRET que só será apresentada após o encerramento do convênio que ainda está vigente.”

4.24.3. Análise: O Controle Interno verificou que não constou o demonstrativo de execução física e financeira, contrariando disposição da IN nº 01/05, e não a constatação de pagamentos de prestação de serviços executados em período diverso da vigência do convênio.

4.24.4. O CI verificou que as prestações de contas parciais não estão completas, sentindo a ausência dos relatórios de cumprimento do objeto e pareceres técnicos da TERRACAP sobre o atingimento de metas. O CI constatou que os repasses da TERRACAP eram feitos por fatura apresentada de acordo com a medição, sem vinculação com o plano de trabalho, que foi aprovado sem os devidos projetos básicos. Desta forma, não cabe apenas alegar que a documentação fora acostada ao processo de prestação de contas.

4.24.5. Razões de Justificativa e análise: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS apresentou as alegações relativas aos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2 de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens foram analisadas no subitem 1.9.1.1 e as específicas sobre o Convênio NUTRA/PROJU nº 124/09 foram analisadas no subitem 1.9.1.1, alegações descritas nos § 4.20.5 e análises realizadas nos §§ 4.20.16 ao 4.20.22, e foram consideradas improcedentes

4.24.6. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.25 Subitem 1.9.2.2 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – a fiscalização do Convênio nº 280/2008 - SO foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas (fls. 3343/3343.v*).

4.25.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 288/289) que a fiscalização era competência da NOVACAP, por força do convênio, e que as prestações de contas estão regulares, conforme relatórios técnicos e financeiros acostados ao Processo nº 111.000.890/2009.

4.25.2. Argumentaram que ainda existem pendências de pagamentos, por determinação deste Tribunal e que o primeiro repasse ocorreu em 30.04.2009 e foi acompanhado no Processo nº 111.000.890/2009.

4.25.3. Análise: Sobre a delegação da responsabilidade pela fiscalização, efetuamos comentários no § 4.22.6, onde concluiu-se que a TERRACAP não possuía competência para transferir o poder de controle para outro órgão do GDF.

4.25.4. O Controle Interno verificou que, nas prestações de contas, não constam relatório de cumprimento do objeto e pareceres técnicos da TERRACAP sobre o atingimento de metas, ressaltou que o plano de trabalho não delimitou as metas a serem atingidas. Desta forma, simplesmente alegar a existência desta documentação não afasta a irregularidade.

4.25.5. Sobre a prestação de contas final, os justificantes deixaram de comentar o número do processo, autuado no TCDF, que acompanhou o convênio em tela.

4.25.6. Razões de Justificativa e análise: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS apresentou as alegações relativas aos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2 de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens foram analisadas no subitem 1.9.1.1 e as que forem específicas sobre os NUTRA/PROJU nº 280/2008 - SO foram analisadas no subitem 1.9.1.2, alegações descritas nos §§ 4.21.14 e 4.21.15 e análises realizadas nos §§ 4.21.16 ao 4.21.19, e foram consideradas improcedentes

4.25.7. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

e-DOC
Proc 7927/2010

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.26 **Subitem 1.10.6.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - registros na situação 997 – alienação encerrada com dívida, referente a valores não pagos da taxa de ocupação dos imóveis cedidos pelo PRÓ-DF, no valor de R\$ 20.051.877,51; inexistência de nova alienação para 206 imóveis com contratos encerrados, os quais permanecem ocupados, obstruídos ou cercados pelo beneficiário, que continuam na posse dos imóveis; do exame dos imóveis, cujos contratos foram rescindidos, registrados na situação 997, constatou 196 imóveis vagos, sendo que, desse total, 129 não tiveram nova destinação no programa e quatro imóveis foram objeto de nova contratação com o mesmo beneficiário; a análise dos registros da modalidade 59 - venda direta PROIN/PRODECON com juros 12% a.a, demonstrou que as dívidas de 1191 do total de 1953 imóveis não foram cobradas integralmente, tendo em vista a prescrição pelo decurso do prazo legal de cobrança, representando 61% dos imóveis registrados na modalidade, evidenciando a ineficiência na propositura de ações judiciais para cobrança das dívidas e prejuízos aos cofres da empresa; as ações de retomada dos imóveis se mostram ineficientes ou até inexistentes; o direito de preferência ao ocupante do imóvel, previsto nas licitações da Terracap, possibilita a aceitação de contratos particulares de promessa de compra e venda, inclusive no que tange a imóveis cedidos pelo PRO-DF, objeto de venda do imóvel a terceiro pelo beneficiário do programa (fls. 3351/3354*).

4.26.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 290/291) que o gerenciamento técnico, administrativo e operacional do Programa PRÓ-DF II é de competência da SEDES, permanecendo o imóvel à disposição do referido programa ainda que tenha sido objeto de distrato, desde que não tenham sido feitas benfeitorias, por expressa determinação do artigo 6º da Lei nº 3.266/03.

4.26.2. Argumentaram que os “imóveis ocupados com construções em alvenaria e que tiveram alienações encerradas, lançados na rubrica situação 997, foram objeto de Decisões da Diretoria Colegiada da TERRACAP com determinação de que fossem levados a licitação pública”, que os imóveis que foram objeto de contratação com os mesmos beneficiários, tiveram amparo na Lei nº 4.269/2008 e que os imóveis que foram objeto de encerramento de alienações e que não foram indicados para novos beneficiários, se enquadram no texto do artigo 6º da Lei nº 3.266/03, sendo atribuição da SEDES a sua indicação.

4.26.3. Informaram que o direito de preferência constava dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

contratos PRÓ-DF, sendo vedado à concessionária a locação, doação e/ou empréstimo, no todo ou em parte, bem como a cessão a qualquer título do imóvel.

4.26.4. Alegaram, ainda, que o procedimento judicial é moroso, levando a TERRACAP a optar pela alienação de imóveis ocupados e que a venda a terceiro não autoriza o exercício do direito de preferência, tendo em vista que as resoluções atuais não permitem a aceitação de qualquer documento para justificar a posse e exercer o direito de preferência e que o pretense proprietário deve participar da licitação e comprovar que sua posse deriva de instrumento público firmado por ente estatal.

*4.26.5. **Análise:** O Controle Interno verificou que constavam registrados no sistema da TERRACAP de nome Gestão de Alienação de Imóveis – GAI, na situação 997 – Alienação Encerrada com Dívida, o valor de R\$ 20.051.877,51 referente a 428 imóveis. Não houve verificação de irregularidade sobre a competência de indicação da utilização dos referidos imóveis.*

4.26.6. O CI identificou que, dentre os imóveis cadastrados na situação 997, 206 imóveis não constavam nova alienação e permaneciam ocupados, obstruídos ou cercados pelo beneficiário, evidenciando que estes continuavam na posse dos mesmos, apesar do encerramento do contrato. A alegação de que os imóveis continuavam à disposição do referido programa não isenta a empresa de promover a desocupação do imóvel, que continua sob a responsabilidade da TERRACAP.

4.26.7. O CI verificou que os imóveis, registrados sob os números 240935, 472753, 505251 e 481652, tiveram nova contratação com o mesmo beneficiário. Não houve, por parte dos justificantes, a comprovação de que estes imóveis participavam do Programa de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal – PROIN-DF ou do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRODECON-DF ou do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – PADES-DF ou do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ- DF, o que justificaria a nova contratação.

4.26.8. Sobre a competência para efetuar indicações de utilização de imóveis, a Lei nº 3.266/2003, em seu artigo 19, dispunha que competia ao Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo – COPEP – PRÓ-DF II deliberar sobre a execução das políticas e prioridades para o desenvolvimento econômico do DF, conforme diretrizes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF – CDE-DF, sendo que as Câmaras Setoriais deliberariam, em primeira instância, sobre projetos de viabilidade técnica e econômico-financeira de empreendimentos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.26.9. O CI verificou que 1191 imóveis, dos 1953, registrados como venda direta se encontravam inscritos no sistema GAI na situação 100 – quitado por decurso de prazo, indicando a prescrição de débitos por parte dos beneficiários, alcançando o montante de R\$ 28.499.002,10, evidenciando a ineficiência na propositura de ações judiciais para cobrança das dívidas. Considerando que o artigo 20, § 1º, do Decreto nº 23210/2002 dispunha que o descumprimento de qualquer cláusula contratual implicaria no imediato cancelamento de todos os incentivos e benefícios concedidos, incluído o direito de preferência, a TERRACAP não deveria ter permitido, aos beneficiários que não quitaram todas as parcelas nas datas de competência, o uso da opção de compra.

4.26.10. Os justificantes apenas ratificaram a existência da ocorrência identificada pelo Controle Interno, indicando apenas que a normatização atual impede a repetição da irregularidade identificada.

4.26.11. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 363/365) alegou que, nos termos do Regimento Interno da TERRACAP, todas as atividades relacionadas às irregularidades são diretamente subordinadas à Diretoria de Recursos Humanos, Administração e Finanças e/ou Núcleo de Contratos.

4.26.12. **Análise:** Considerando que o justificante compunha a Diretoria da TERRACAP, a irregularidade verificada é de responsabilidade do mesmo.

4.26.13. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.27 **Subitem 1.10.9.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – ganhos pouco relevantes dos investimentos realizados pela Terracap (0,18%); perda significativa em vista do retorno do investimento ter sido muito inferior ao da inflação, bem como em comparação com o retorno do investimento com outras opções no mercado financeiro (custo de oportunidade) (fls. 3355.v/3356.v*).

4.27.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 292) que o investimento em desenvolvimento urbano e obras viárias deriva de um planejamento governamental e a variação dos ganhos se verifica a médio e longo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

prazos, diferentemente do que se dá na iniciativa privada, por força, mesmo de sua natureza pública.

4.27.2. Análise: Os justificantes não detalharam quais seriam os ganhos a serem verificados a médio e a longo prazo e qual a diferença entre a iniciativa privada e a administração pública que seja relevante para o caso, ao contrário do Controle Interno, que verificou taxas de retorno da ordem de 0,1% e 0,18% ao ano, muito inferior à inflação calculada no período.

4.27.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 366) alegou que a atividade imobiliária, descrita no artigo 2º da Lei nº 5.861/72, no artigo 4º do Estatuto Social da TERRACAP e no artigo 4º da Lei nº 18.061/97, compreende toda e qualquer atividade relacionada ao melhor uso e aproveitamento de imóveis, seja com o desmembramento de terrenos, loteamentos, incorporação de imóveis, construção, reformas, locação de imóveis próprios ou de terceiros ou, ainda, a alienação, sempre atento aos interesses do Distrito Federal. E, que constituía finalidade e da TERRACAP a operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal, desde que os projetos e programas fossem de interesse do Distrito Federal.

4.27.4. Análise: O Controle Interno verificou que não havia interesse direto da TERRACAP nas obras realizadas. Cabe acrescentar que não há comprovação de que a empresa agiu como agência de desenvolvimento sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal ou que executava projetos ou programas de fomento.

4.27.5. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.28. Subitem 1.12.1.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – pagamento aos empregados de benefícios decorrentes da distribuição de lucros e participação nos resultados, apesar da ineficiência na aplicação das metas nºs 1, 2 e 7, constantes no PPR-exercício de 2009 e ainda a inobservância das determinações contidas no inciso IV da Decisão nº 3.424/2010 do TCDF (fl. 3359.v).

4.28.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 292) que o Programa de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Participação nos Resultados – PPR/Exercício 2009 segue as legislações pertinentes e também o disposto no acordo coletivo de trabalho vigente na data de aprovação do regulamento, ou seja, na 13ª edição do programa que estabeleceu as metas para o exercício de 2009.

4.28.2. Os justificantes consideram que o programa consistia a melhor estratégia de gestão de pessoas e que era uma das práticas que mais favoreciam o alcance das metas. Argumentaram que os programas funcionavam em ciclos que envolviam planejamento, execução, controle e avaliação dos resultados. Ressaltaram que a Decisão nº 3.424/2010 foi posterior ao exercício de 2009.

*4.28.3. **Análise:** Apesar da alegação de que houve o cumprimento da legislação pertinente, o Controle Interno, no item 1.3.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, verificou que o acordo coletivo não foi apreciado pelo CPRH/DF, conforme prescrito no artigo 1º do Decreto nº 23.946/2003.*

4.28.4. O Controle Interno constatou, no item 1.6.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, que o cumprimento das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados da TERRACAP em 2009 não foi avaliado pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.

4.28.5. Sobre o cumprimento das metas, o Controle Interno verificou, no item 1.3.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, que:

- a Meta 1 – Manter a Lucratividade da Empresa (Margem Operacional) é baseada na margem operacional da TERRACAP, ou seja, a diferença entre as receitas e as despesas operacionais que representam apenas indicativos de registros contábeis escriturados com base nas atividades desempenhadas pela empresa;

- a Meta 2 – Reduzir a Inadimplência da TERRACAP não foi alcançado, considerando que a carteira de créditos da empresa apresentava um elevado índice de inadimplência, 17,66%, em comparação com outras instituições financeiras, como as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, 5,80%, ou do Sistema Financeiro de Habitação, 7,58%, e que 65,89% dos créditos em atraso possuem prazos superiores a 12 meses;

- a Meta 7 – Construção de Banco de Idéias não houve a demonstração de que foram efetivamente implementadas 700 idéias apresentadas pelos empregados.

4.28.6. Os justificantes não demonstraram que o PPR/Exercício 2009 era a melhor estratégia de gestão de pessoas e que os ciclos foram cumpridos comprovando a eficácia do referido programa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.28.7. Sobre a aplicabilidade da Decisão nº 3.474/2010, o Tribunal deliberou por considerar incompatível com as características próprias da TERRACAP (empresa pública dependente) a percepção, por seus empregados, de benefícios decorrentes de distribuição de lucros e participação nos resultados, dando ciência desse entendimento à jurisdicionada. Desta forma, somente após a data de publicação, 26/07/2010, o entendimento se aplica.

4.28.8. Entretanto, este Tribunal, por meio da Decisão nº 4.122/2009, publicada no DODF em 16/07/2009, deliberou por considerar irregular a concessão dos benefícios e vantagens sem anuência do CPRH e da Assembleia Geral de Acionistas. Desta forma, o pagamento de participação nos resultados é irregular.

4.28.9. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 367) alegou que o PPR/Exercício 2009, na condição de programa de participação nos resultados da TERRACAP, segue estritamente as legislações pertinentes e também o disposto no acordo coletivo do trabalho vigente na data de aprovação do regulamento, não havendo que se falar, portanto, em qualquer violação legal e que as diretrizes e metas do programa foram pactuadas em estrito alinhamento com o planejamento estratégico da empresa, seus objetivos e projetos prioritários.

4.28.10. **Análise:** Sobre a legalidade, o Controle Interno, no item 1.3.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, verificou que o acordo coletivo não foi apreciado pelo CPRH/DF, conforme prescrito no artigo 1º do Decreto nº 23.946/2003.

4.28.11. Sobre as diretrizes e metas, o Controle Interno constatou, no item 1.6.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, que o cumprimento das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados da TERRACAP em 2009 não foi avaliado pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.

4.28.12. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela procedência parcial das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão, subtraindo, no descritivo do subitem, o termo relativo à Decisão nº 3.424/2010.

4.29 **Subitem 1.12.3.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - o formato de geração de receitas da TERRACAP é prejudicial ao ente federativo do Distrito Federal, podendo impactar na sua autonomia, tendo em vista a participação da União sobre o resultado líquido das vendas de terrenos vinculados ao Distrito Federal, sendo que a remuneração da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; os imóveis incorporados aos estoques da empresa, para efetivação de alienação e outras modalidades, não vêm se submetendo a autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a forma de contabilização das receitas gera cobrança de tributos federais, o que não ocorreria caso as alienações fossem feitas pela secretaria de estado competente, pessoa jurídica de direito público interno; inexistência de estudo ou proposição quanto ao reconhecimento da possível imunidade tributária da Terracap; a forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF se processa por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, que boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa (fls. 3362/3376).*

4.29.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 293/294) que o patrimônio da TERRACAP foi integralizado pelo Distrito Federal e pela União, gerando direitos e responsabilidades na medida de sua proporção do capital social.

4.29.2. Alegaram, ainda, que a venda de imóveis não depende de autorização da Câmara Legislativa, uma vez que sua lei de criação já traz a alienação de imóveis e desenvolvimento de atividades imobiliárias de interesse do DF sua principal função.

4.29.3. Por fim, argumentaram que a TERRACAP sofreu diversas alterações legislativas que a elevaram ao patamar de Agência de Desenvolvimento, fato que justifica a sua atuação como ente promotor de desenvolvimento econômico, permitindo a aplicação de recursos financeiros em convênios e contratos voltados ao desenvolvimento econômico do DF.

4.29.4. Análise: A situação acionária da TERRACAP somente poderia ser modificada por meio da Assembleia Geral de Acionistas após avaliação real da situação patrimonial dos imóveis de propriedade da empresa. Desta forma, não se pode imputar aos justificantes a possível irregularidade anotada pelo Controle Interno sobre a composição acionária.

4.29.5. Sobre a autorização legislativa, efetuamos consulta no Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF – SINJ e identificamos as normas a seguir relacionadas, dentre outras:

- a Lei nº 3877/2006 dispunha que a TERRACAP tornaria disponível para o DF as unidades parceladas ou as glebas destinadas a habitações de interesse social;
- a Lei nº 954/1995 dispunha que fica a Companhia



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Imobiliária de Brasília - TERRACAP autorizada a alienar, nos termos da presente Lei, terras públicas no território do Distrito Federal situadas nas zonas urbanas, de expansão urbana e rurais, que estejam ocupadas por parcelamentos passíveis de regularização;

- a Lei nº 1.115/1996 dispunha que a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP realizará licitação qualificada para venda ou para concessão de direito real de uso dos imóveis destinados ao desenvolvimento das atividades institucionais das entidades religiosas, filantrópicas e culturais, da qual participarão exclusivamente as entidades cadastradas (PRODESOC/DF);

- a Lei nº 1.314/1996 dispunha que a Companhia imobiliária de Brasília - TERRACAP, de conformidade com o que dispuser esta Lei e as normas dela decorrentes, e mediante deliberação expressa do CDE/DF, firmaria com o beneficiário financiamento aludido no § 1º do art. 1º instrumento de concessão de direito real de uso dos imóveis urbanos ou rurais, estritamente imprescindíveis ao empreendimento econômico industrial beneficiado (PADES/DF);

- a Lei nº 289/1992 dispunha que os incentivos definidos por esta lei seriam concedidos pelos órgãos que administram os bens ou recursos (PRODECON/DF);

- a Lei nº 1.627/1997 dispunha que os lotes relacionados seriam destinados aos policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e servidores do DETRAN do Distrito Federal, autorizando a TERRACAP a doar ao GDF os lotes relacionados;

- a Lei nº 2.179/1998 instituiu o Programa Habitacional da Classe Média, a ser implementado por meio de processos seletivos com vistas à concessão de direito real de uso com opção de compra, determinando que a TERRACAP que disponibilizasse os imóveis residenciais objeto do programa;

- a Lei nº 4.269/2008 instituiu o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II dispunha que os empreendimentos que possuísem seus Contratos de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra vencidos, poderiam firmar novo instrumento contratual com a TERRACAP;

- a Lei nº 1.656/1997 autoriza a TERRACAP a alienar ou permitir a ocupação pelo instrumento da concessão de direito real de uso ou da concessão de uso os terrenos localizados no Setor Noroeste;

4.29.6. Da constatação acima, verificamos que a TERRACAP possuía autorização legislativa para comercializar os imóveis objeto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

de programas habitacionais, sociais ou econômicos. Contrariamente ao alegado pelos justificantes, a TERRACAP necessitava de autorização da Câmara Legislativa, a qual já possuía à época. Desta forma, a ocorrência identificada na ausência de submissão à Câmara Legislativa deverá ser excluída do rol das irregularidades.

4.29.7. Com relação aos convênios firmados, o Controle Interno verificou diversas irregularidades, objeto dos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4 e 1.9.2.1, onde, após análise das razões de justificativas apresentadas, concluímos pela não procedência.

4.29.8. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 368) alegou que, apesar do DF suportar eventual redução de seus benefícios, a União também faz parte da integralização do capital social e que a lei de criação da TERRACAP autorizou a alienação de imóveis e o desenvolvimento de atividades imobiliárias de interesse do DF.

4.29.9. **Análise:** As alegações apresentadas pelo advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS são similares às apresentadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS. Desta forma, somos pela procedência parcial das alegações apresentadas.

4.29.10. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela procedência parcial das alegações ofertadas, com relação ao tópico em questão, pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, mantendo a irregularidade verificada: no formato de geração de receitas da TERRACAP, sendo que a remuneração da Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; na forma de contabilização das receitas gerando cobrança de tributos federais; e na forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF, sendo processada por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, que boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa.

5. CONCLUSÃO

5.1 A análise deste Corpo Técnico das razões de justificativa apresentadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS concluiu pela procedência parcial destas, conforme planilha a seguir.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

ITEM/SUBITEM - SINOPSE	RESULTADO
Item 1 do Parecer do Conselho Fiscal - Segregação de funções e nos controles internos.	Não procedência
Item 2 do Parecer do Conselho Fiscal - Deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade.	Não procedência
Item 3 do Parecer do Conselho Fiscal - Expressiva quantidade de processos desaparecidos.	Procedência
Item 4 do Parecer do Conselho Fiscal - Créditos de vendas de imóveis sem provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD e/ou ajuste a valor presente.	Não procedência
Item 5 do Parecer do Conselho Fiscal - Valores a receber mantidos a custo histórico.	Não procedência
1.2.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - Contratação da empresa Link Data Informática e Serviços Ltda. por inexigibilidade de licitação, cuja carta de exclusividade não foi homologada pela Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES, continuidade dos pagamentos à empresa contratada, apesar das disposições do Decreto distrital nº 31.355/10; ausência de projeto básico; pagamentos de valores fixos mensais, cujos serviços de manutenção efetivamente realizados não foram comprovados	Não procedência
Subitem 1.2.2.2 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - Contratação de serviços de fiscalização de áreas urbanas e rurais, cujas atribuições constam do plano de cargos da empresa, configurando terceirização da atividade fim da Terracap, contrariando a exigência de concurso público, previsto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal; contabilização da despesa no elemento 339037 (locação de mão de obra), contrariando a princípio o disposto no § 1º do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados; e falta de comprovação detalhada dos serviços realizados	Procedência parcial, mantendo-se a Contratação de serviços de fiscalização de áreas urbanas e rurais, cujas atribuições constam do plano de cargos da empresa, configurando terceirização da atividade fim da Terracap, contrariando a exigência de concurso público, previsto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal; contabilização da despesa no elemento 339037 (locação de mão de obra), contrariando a princípio o disposto no § 1º do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados; e falta de comprovação detalhada dos serviços realizados
Subitem 1.2.2.3 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - Não realização de licitação pública motivada pela adesão irregular à ata de registro de preços, sem a comprovação da vantagem econômica; celebração de contrato e de termo aditivo após a vigência da ata de registro de preços; aditivo firmado com acréscimo quantitativo, por item, superior a 25% permitido pela lei de licitações e contratos	Procedência parcial, mantendo-se as demais irregularidades, com exceção da escolha da marca.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

<p>Subitem 1.2.2.7 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - Irregularidades na contratação de serviços de tecnologia da informação com a empresa CTIS Tecnologia S.A., relacionadas a fixação de preços mínimos, implicando em desclassificação irregular de proposta de preços de licitante; exigência de quesitos técnicos que restringiram o caráter competitivo da licitação; aditivo não baseado em acréscimos de serviços; prorrogação do contrato sem a comprovação da vantajosidade econômica; prejuízos na ordem de R\$ 1.582.000,00, correspondente a 35% dos valores pagos em 2009, decorrentes de faturamento por serviços não prestados ou por excesso de horas em relação aos níveis de serviços esperados; falta de detalhamento de serviços de maior complexidade por meio de ordens de serviços e realização de serviços simples por categorias profissionais superiores, cujo valor da hora de mão de obra era maior.</p>	<p>Procedência parcial, mantendo-se a irregularidades na contratação de serviços de tecnologia da informação com a empresa CTIS Tecnologia S.A., relacionadas a fixação de preços mínimos, implicando em desclassificação irregular de proposta de preços de licitante; aditivo não baseado em acréscimos de serviços; prorrogação do contrato sem a comprovação da vantajosidade econômica; prejuízos na ordem de R\$ 1.582.000,00, correspondente a 35% dos valores pagos em 2009, decorrentes de faturamento por serviços não prestados ou por excesso de horas em relação aos níveis de serviços esperados; falta de detalhamento de serviços de maior complexidade por meio de ordens de serviços e realização de serviços simples por categorias profissionais superiores, cujo valor da hora de mão de obra era maior.</p>
<p>Subitem 1.2.2.8 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - Irregularidades na execução do Contrato nº NUTRA/PROJU 185/2005, firmado com Sublime Serviços Gerais Ltda., relativas ao projeto básico não baseado em estudo técnicos preliminares e que não pautou na mensuração da quantidade de serviços a serem prestados, e aditivos irregulares</p>	<p>Não procedência</p>
<p>Subitem 1.2.2.9 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - Contratação de serviços de publicidade e propaganda com vícios insanáveis, sujeitando-se a anulação do processo por ilegalidade, cujas irregularidades estão relacionadas a não consideração de planilha de quantidades e custos unitários como anexo do edital, como exigiu o TCDF, ao subjetivismo dos quesitos técnicos exigidos no certame e a incompatibilidade com o plano de comunicação anual; planos de comunicação anuais superficiais; aditivo firmado sem a correspondente comprovação em planilha de custos unitários e quantidades; falta de comprovação da vantajosidade econômica para prorrogar o</p>	<p>Não procedência</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

<p>contrato; enquadramento inadequado da contratação como sendo de natureza contínua, o que permitiu a prorrogação irregular do contrato; divergências dos preços faturados em relação às tabelas de preços dos veículos de comunicação; prejuízos decorrentes da execução contratual com evidências de inserções em veículos de comunicação desnecessárias, no exercício de 2009, no valor de R\$ 191.798,76, e veiculações sem efetividade em jornais locais, no valor de R\$ 1.061.474,22, bem como inserções em rádios religiosas com motivação insuficiente, totalizando em R\$ 316.324,39; Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, autuada no Processo nº 2008.01.169374-9, promovida pelo MPDFT por questões semelhantes às apontadas pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle.</p>	
<p>Subitem 1.2.3.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – Percentual elevado de imóveis não vendidos inclusos nos editais, principalmente em decorrência da obstrução/ocupação dos terrenos; falta de detalhamento do tipo de obstrução, prejudicando a venda dos imóveis obstruídos/ocupados; exclusão de terrenos do edital, visando atender interesses pessoais dos ocupantes irregulares dos imóveis; fixação de direito de preferência não previsto na lei de licitações; aceitação de documentos ilegais no exercício do direito de preferência, especialmente a cessão ilegal de direitos sobre terrenos cedidos por meio do PRO-DF; falta de devolução dos depósitos de cauções; falta de limitação ao poder econômico na venda de terrenos não considerados unifamiliares, possibilitando à especulação imobiliária</p>	Não procedência
<p>Subitem 1.2.5.2 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - reconhecimento de dívida irregular, no valor de R\$ 994.173,43, decorrente de despesa que ultrapassou o montante do contrato emergencial firmado com a empresa DQV – Publicidade Ltda</p>	Procedência
<p>Subitem 1.4.1.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - inexistência de controles para acompanhamento e registro, para fins gerenciais, do valor de mercado dos imóveis</p>	Não procedência
<p>Subitem 1.4.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – existência de imóveis com algum tipo de ocupação/obstrução sem que tenha sido promovida a respectiva ação de recuperação de propriedade do imóvel; imóveis com financiamento em atraso, sem a propositura de ações judiciais para a recuperação dos imóveis</p>	Não procedência
<p>Subitem 1.6.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - decisões estratégicas adotadas pela empresa sem análise pelo Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (CONFI); estabelecimento pela TERRACAP de convênios, de acentuado valor, sem o exame do Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (CONFI); ausência de</p>	Procedência parcial, mantendo-se somente a irregularidade verificada na ausência de apreciação do cumprimento/avaliação do Planejamento Estratégico (Projeto Órion) e das metas que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

<i>manifestação quanto ao cumprimento das metas da Participação nos Lucros e Resultados – PPR</i>	<i>culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados por parte do Conselho de Administração, descumprindo o artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e o artigo 142, inciso VI¹¹, da Lei nº 6.404/76.</i>
<i>Subitem 1.7.5.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – carteira de créditos com acentuada inadimplência; indícios de morosidade na execução dos procedimentos administrativos e judiciais, com indicativo de prejuízos em decorrência da prescrição do direito de cobrança de créditos vencidos, inclusive em relação aos créditos relativos à desapropriação da reserva biológica de águas emendadas</i>	<i>Não procedência</i>
<i>Subitem 1.9.1.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/2009, cujo interesse recíproco não restou comprovado; inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; o convênio foi utilizado com o mero instrumento de transferência de recursos para licitações realizadas e/ou contratos firmados anteriormente à assinatura do termo de convênio, ressaltando que a aprovação do plano de trabalho não foi embasada em pré-projeto ou projeto básico, conforme determina a legislação, desprovido dos elementos essenciais exigidos na IN nº 01/2005, da STC, e no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos, sendo que as obras não estavam definidas no plano de trabalho e inexistiam projetos que dessem sustentação ao convênio; irregularidades nos aditivos firmados, relacionadas à inclusão de obras não compatíveis com a finalidade da TERRACAP, falta de previsão de recursos adicionais no convênio, que ultrapassaram 25% previsto na lei de licitações, inexistência de projeto básico, de detalhamento das obras e de quantidades e custos unitários</i>	<i>Não procedência</i>
<i>Subitem 1.9.1.2 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – celebração do Convênio nº 280/2008 - SO, cujo interesse recíproco não restou comprovado, sendo utilizado como mero instrumento de transferência de recursos; inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal para 2008; desvio da finalidade do orçamento de investimento aprovado para a empresa, com prejuízos a projetos programados no orçamento para 2008 e 2009; o plano de trabalho foi aprovado, porém sem contemplar elementos essenciais, especificamente o cronograma físico-financeiro, as metas, as fases e etapas; aprovação do convênio</i>	<i>Não procedência</i>

¹¹ Art. 142. Compete ao conselho de administração: ... VI - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

<p><i>sem a devida licença ambiental prévia, cujos repasses ocorreram sem a licença de instalação determinada pelo TCDF; não houve emissão de parecer jurídico específico sobre o convênio, conforme determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN emitiu parecer contrário ao projeto da torre digital, porém mesmo assim o convênio foi executado; a licitação foi realizada com base nos projetos preliminares da empresa do arquiteto Oscar Niemeyer, que só foram aprovados pela administração do Lago Norte em agosto de 2010; preço da contratação da obra substancialmente superior àquele utilizado como parâmetro para cobrança de honorários dos serviços relacionados aos projetos elaborados pela firma arquitetura urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., que arbitrou seus honorários, delimitando o valor de obra em aproximadamente 27 milhões de reais, contudo o convênio, com valor atualizado, importa em mais de 81 milhões de reais; termo aditivo acresceu objeto não previsto inicialmente no convênio, relativo a acompanhamento e fiscalização das obras, cuja necessidade e efetividade não restaram comprovadas; os aditivos assinados acresceram o valor do convênio em 31,7%, contrariando as disposições do art. 65 da Lei de Licitações</i></p>	
<p><i>Subitem 1.9.1.3 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – o exame dos Convênios nºs 183/07, 278/09 e 13/08 constatou a inobservância das regras definidas na IN nº 01/05, da STC, tanto na elaboração quanto na execução e prestação de contas, relativas à inexistência das razões que justifiquem a celebração do convênio, cujo interesse recíproco não restou comprovado, deficiência da função gerencial fiscalizadora exercida pela TERRACAP, ausências do relatório de execução físico-financeiro e do demonstrativo da execução da receita e despesa, falta de conciliação dos rendimentos auferidos da aplicação dos recursos liberados, falta de apresentação das cópia do termo aceitação definitiva da obra e dos despachos adjudicatório e de homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade</i></p>	Não procedência
<p><i>Subitem 1.9.1.4 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/09, desobedecendo as formalidades básicas da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 01/2005, observando-se ausência de: interesse mútuo, contrapartida, plano de trabalho, cronograma de execução, projeto básico, entre outros; inexigência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; não submissão do convênio à sanção do conselho de administração da TERRACAP</i></p>	Não procedência
<p><i>Subitem 1.9.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – a fiscalização do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/09 foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios, não apontado</i></p>	Não procedência



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

<i>irregularidades graves relativas a obras licitadas e/ou contratadas sem recursos orçamentários anteriormente a celebração do convênio; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas, bem como quaisquer medidas corretivas determinadas pela concedente em relação à execução do convênio</i>	
<i>Subitem 1.9.2.2 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – a fiscalização do Convênio nº 280/2008 - SO foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas</i>	<i>Não procedência</i>
<i>Subitem 1.10.6.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - registros na situação 997 – alienação encerrada com dívida, referente a valores não pagos da taxa de ocupação dos imóveis cedidos pelo PRÓ-DF, no valor de R\$ 20.051.877,51; inexistência de nova alienação para 206 imóveis com contratos encerrados, os quais permanecem ocupados, obstruídos ou cercados pelo beneficiário, que continuam na posse dos imóveis, do exame dos imóveis, cujos contratos foram rescindidos, registrados na situação 997, constatou 196 imóveis vagos, sendo que, desse total, 129 não tiveram nova destinação no programa e quatro imóveis foram objeto de nova contratação com o mesmo beneficiário; a análise dos registros da modalidade 59 - venda direta PROIN/PRODECON com juros 12% a.a, demonstrou que as dívidas de 1191 do total de 1953 imóveis não foram cobradas integralmente, tendo em vista a prescrição pelo decurso do prazo legal de cobrança, representando 61% dos imóveis registrados na modalidade, evidenciando a ineficiência na propositura de ações judiciais para cobrança das dívidas e prejuízos aos cofres da empresa; as ações de retomada dos imóveis se mostram ineficientes ou até inexistentes; o direito de preferência ao ocupante do imóvel, previsto nas licitações da Terracap, possibilita a aceitação de contratos particulares de promessa de compra e venda, inclusive no que tange a imóveis cedidos pelo PRO-DF, objeto de venda do imóvel a terceiro pelo beneficiário do programa</i>	<i>Não procedência</i>
<i>Subitem 1.10.9.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – ganhos pouco relevantes dos investimentos realizados pela Terracap (0,18%); perda significativa em vista do retorno do investimento ter sido muito inferior ao da inflação, bem como em comparação com o retorno do investimento com outras opções no mercado financeiro (custo de oportunidade)</i>	<i>Não procedência</i>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

<p><i>Subitem 1.12.1.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – pagamento aos empregados de benefícios decorrentes da distribuição de lucros e participação nos resultados, apesar da ineficiência na aplicação das metas nºs 1, 2 e 7, constantes no PPR-exercício de 2009 e ainda a inobservância das determinações contidas no inciso IV da Decisão nº 3.424/2010 do TCDF</i></p>	<p><i>Procedência parcial, subtraindo o termo relativo à Decisão nº 3.424/2010</i></p>
<p><i>Subitem 1.12.3.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - o formato de geração de receitas da TERRACAP é prejudicial ao ente federativo do Distrito Federal, podendo impactar na sua autonomia, tendo em vista a participação da União sobre o resultado líquido das vendas de terrenos vinculados ao Distrito Federal, sendo que a remuneração da Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; os imóveis incorporados aos estoques da empresa, para efetivação de alienação e outras modalidades, não vêm se submetendo a autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a forma de contabilização das receitas gera cobrança de tributos federais, o que não ocorreria caso as alienações fossem feitas pela secretaria de estado competente, pessoa jurídica de direito público interno; inexistência de estudo ou proposição quanto ao reconhecimento da possível imunidade tributária da Terracap; a forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF se processa por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, que boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa</i></p>	<p><i>Procedência parcial, mantendo-se a irregularidade verificada: no formato de geração de receitas da TERRACAP, sendo que a remuneração da Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; na forma de contabilização das receitas gerando cobrança de tributos federais; e na forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF, sendo processada por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, que boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa</i></p>

5.2 Portanto, as ocorrências identificadas pelo Conselho Fiscal (fls. 687/688 do Processo nº 111.000.155/2010) contidas nos Itens 1 (Segregação de funções e nos controles internos), 2 (Deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade), 4 (Créditos de vendas de imóveis sem provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD e/ou ajuste a valor presente) e 5 (Valores a receber mantidos a custo histórico) e pelo Controle Interno nos subitens: 1.2.2.1 (Contratação da empresa Link Data Informática e Serviços Ltda. por inexigibilidade de licitação, cuja carta de exclusividade não foi homologada pela Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES; continuidade dos pagamentos à empresa contratada, apesar das disposições do Decreto distrital nº 31.355/10; ausência de projeto básico; pagamentos de valores fixos mensais, cujos serviços de manutenção efetivamente realizados não foram comprovados), 1.2.2.2 (somente sobre a Contratação de serviços de fiscalização de áreas urbanas e rurais, cujas atribuições constam do plano de cargos da empresa, configurando terceirização da atividade fim da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

TERRACAP, contrariando a exigência de concurso público, previsto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal; contabilização da despesa no elemento 339037 (locação de mão de obra), contrariando a princípio o disposto no § 1º do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados; e falta de comprovação detalhada dos serviços realizados), 1.2.2.3 (Não realização de licitação pública motivada pela adesão irregular à ata de registro de preços, sem a comprovação da vantagem econômica; celebração de contrato e de termo aditivo após a vigência da ata de registro de preços; aditivo firmado com acréscimo quantitativo, por item, superior a 25% permitido pela lei de licitações e contratos), 1.2.2.7 (somente sobre a irregularidades na contratação de serviços de tecnologia da informação com a empresa CTIS Tecnologia S.A., relacionadas a fixação de preços mínimos, implicando em desclassificação irregular de proposta de preços de licitante; aditivo não baseado em acréscimos de serviços; prorrogação do contrato sem a comprovação da vantajosidade econômica; prejuízos na ordem de R\$ 1.582.000,00, correspondente a 35% dos valores pagos em 2009, decorrentes de faturamento por serviços não prestados ou por excesso de horas em relação aos níveis de serviços esperados; falta de detalhamento de serviços de maior complexidade por meio de ordens de serviços e realização de serviços simples por categorias profissionais superiores, cujo valor da hora de mão de obra era maior), 1.2.2.8 (Irregularidades na execução do Contrato nº NUTRA/PROJU 185/2005, firmado com Sublime Serviços Gerais Ltda., relativas ao projeto básico não baseado em estudo técnicos preliminares e que não se pautou na mensuração da quantidade de serviços a serem prestados, e aditivos irregulares), 1.2.2.9 (Contratação de serviços de publicidade e propaganda com vícios insanáveis, sujeitando-se a anulação do processo por ilegalidade, cujas irregularidades estão relacionadas a não consideração de planilha de quantidades e custos unitários como anexo do edital, como exigiu o TCDF, ao subjetivismo dos quesitos técnicos exigidos no certame e a incompatibilidade com o plano de comunicação anual; planos de comunicação anuais superficiais; aditivo firmado sem a correspondente comprovação em planilha de custos unitários e quantidades; falta de comprovação da vantajosidade econômica para prorrogar o contrato; enquadramento inadequado da contratação como sendo de natureza contínua, o que permitiu a prorrogação irregular do contrato; divergências dos preços faturados em relação às tabelas de preços dos veículos de comunicação; prejuízos decorrentes da execução contratual com evidências de inserções em veículos de comunicação desnecessárias, no exercício de 2009, no valor de R\$ 191.798,76, e veiculações sem efetividade em jornais locais, no valor de R\$ 1.061.474,22, bem como inserções em rádios religiosas com motivação insuficiente, totalizando em R\$ 316.324,39; Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, autuada no Processo nº 2008.01.169374-9, promovida pelo MPDFT por



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

questões semelhantes às apontadas pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle), 1.2.3.1 (Percentual elevado de imóveis não vendidos inclusive nos editais, principalmente em decorrência da obstrução/ocupação dos terrenos; falta de detalhamento do tipo de obstrução, prejudicando a venda dos imóveis obstruídos/ocupados; exclusão de terrenos do edital, visando atender interesses pessoais dos ocupantes irregulares dos imóveis; fixação de direito de preferência não previsto na lei de licitações; aceitação de documentos ilegais no exercício do direito de preferência, especialmente a cessão ilegal de direitos sobre terrenos cedidos por meio do PRÓ-DF; falta de devolução dos depósitos de cauções; falta de limitação ao poder econômico na venda de terrenos não considerados unifamiliares, possibilitando à especulação imobiliária), 1.4.1.1 (Inexistência de controles para acompanhamento e registro, para fins gerenciais, do valor de mercado dos imóveis), 1.4.2.1 (existência de imóveis com algum tipo de ocupação/obstrução sem que tenha sido promovida a respectiva ação de recuperação de propriedade do imóvel; imóveis com financiamento em atraso, sem a propositura de ações judiciais para a recuperação dos imóveis), 1.6.2.1 (somente sobre a irregularidade verificada na ausência de apreciação do cumprimento/avaliação do Planejamento Estratégico (Projeto Órion) e das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados por parte do Conselho de Administração, descumprindo o artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e o artigo 142, inciso VI, da Lei nº 6.404/76), 1.7.5.1 (Carteira de créditos com acentuada inadimplência; indícios de morosidade na execução dos procedimentos administrativos e judiciais, com indicativo de prejuízos em decorrência da prescrição do direito de cobrança de créditos vencidos, inclusive em relação aos créditos relativos à desapropriação da reserva biológica de águas emendadas), 1.9.1.1 (Celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/2009, cujo interesse recíproco não restou comprovado; inexigência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; o convênio foi utilizado com o mero instrumento de transferência de recursos para licitações realizadas e/ou contratos firmados anteriormente à assinatura do termo de convênio, ressaltando que a aprovação do plano de trabalho não foi embasada em pré-projeto ou projeto básico, conforme determina a legislação, desprovido dos elementos essenciais exigidos na IN nº 01/2005, da STC, e no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos, sendo que as obras não estavam definidas no plano de trabalho e inexistiam projetos que dessem sustentação ao convênio; irregularidades nos aditivos firmados, relacionadas à inclusão de obras não compatíveis com a finalidade da TERRACAP, falta de previsão de recursos adicionais no convênio, que ultrapassaram 25% previsto na lei de licitações, inexistência de projeto básico, de detalhamento das obras e de quantidades e custos unitários), 1.9.1.2 (Celebração do Convênio nº 280/2008 - SO, cujo interesse recíproco não restou comprovado, sendo utilizado como mero instrumento de transferência de recursos; inexigência de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal para 2008; desvio da finalidade do orçamento de investimento aprovado para a empresa, com prejuízos a projetos programados no orçamento para 2008 e 2009; o plano de trabalho foi aprovado, porém sem contemplar elementos essenciais, especificamente o cronograma físico-financeiro, as metas, as fases e etapas; aprovação do convênio sem a devida licença ambiental prévia, cujos repasses ocorreram sem a licença de instalação determinada pelo TCDF; não houve emissão de parecer jurídico específico sobre o convênio, conforme determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN emitiu parecer contrário ao projeto da torre digital, porém mesmo assim o convênio foi executado; a licitação foi realizada com base nos projetos preliminares da empresa do arquiteto Oscar Niemeyer, que só foram aprovados pela administração do Lago Norte em agosto de 2010; preço da contratação da obra substancialmente superior àquele utilizado como parâmetro para cobrança de honorários dos serviços relacionados aos projetos elaborados pela firma arquitetura urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., que arbitrou seus honorários, delimitando o valor de obra em aproximadamente 27 milhões de reais, contudo o convênio, com valor atualizado, importa em mais de 81 milhões de reais; termo aditivo acresceu objeto não previsto inicialmente no convênio, relativo a acompanhamento e fiscalização das obras, cuja necessidade e efetividade não restaram comprovadas; os aditivos assinados acresceram o valor do convênio em 31,7%, contrariando as disposições do art. 65 da Lei de Licitações), 1.9.1.3 (O exame dos Convênios nºs 183/07, 278/09 e 13/08 constatou a inobservância das regras definidas na IN nº 01/05, da STC, tanto na elaboração quanto na execução e prestação de contas, relativas à inexistência das razões que justifiquem a celebração do convênio, cujo interesse recíproco não restou comprovado, deficiência da função gerencial fiscalizadora exercida pela TERRACAP, ausências do relatório de execução físico-financeiro e do demonstrativo da execução da receita e despesa, falta de conciliação dos rendimentos auferidos da aplicação dos recursos liberados, falta de apresentação das cópia do termo aceitação definitiva da obra e dos despachos adjudicatório e de homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade), 1.9.1.4 (Celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/09, desobedecendo as formalidades básicas da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 01/2005, observando-se ausência de: interesse mútuo, contrapartida, plano de trabalho, cronograma de execução, projeto básico, entre outros; inexigência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; não submissão do convênio à sanção do conselho de administração da TERRACAP), 1.9.2.1 (A fiscalização do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/09 foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios, não apontado irregularidades graves relativas a obras licitadas e/ou contratadas sem recursos orçamentários anteriormente a celebração do convênio; nos processos de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas, bem como quaisquer medidas corretivas determinadas pela concedente em relação à execução do convênio), 1.9.2.2 (A fiscalização do Convênio nº 280/2008 - SO foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas), 1.10.6.1 (Registros na situação 997 – alienação encerrada com dívida, referente a valores não pagos da taxa de ocupação dos imóveis cedidos pelo PRÓ-DF, no valor de R\$ 20.051.877,51; inexistência de nova alienação para 206 imóveis com contratos encerrados, os quais permanecem ocupados, obstruídos ou cercados pelo beneficiário, que continuam na posse dos imóveis; do exame dos imóveis, cujos contratos foram rescindidos, registrados na situação 997, constatou 196 imóveis vagos, sendo que, desse total, 129 não tiveram nova destinação no programa e quatro imóveis foram objeto de nova contratação com o mesmo beneficiário; a análise dos registros da modalidade 59 - venda direta PROIN/PRODECON com juros 12% a.a, demonstrou que as dívidas de 1191 do total de 1953 imóveis não foram cobradas integralmente, tendo em vista a prescrição pelo decurso do prazo legal de cobrança, representando 61% dos imóveis registrados na modalidade, evidenciando a ineficiência na propositura de ações judiciais para cobrança das dívidas e prejuízos aos cofres da empresa; as ações de retomada dos imóveis se mostram ineficientes ou até inexistentes; o direito de preferência ao ocupante do imóvel, previsto nas licitações da TERRACAP, possibilita a aceitação de contratos particulares de promessa de compra e venda, inclusive no que tange a imóveis cedidos pelo PRO-DF, objeto de venda do imóvel a terceiro pelo beneficiário do programa), 1.10.9.1 (Ganhos pouco relevantes dos investimentos realizados pela Terracap (0,18%); perda significativa em vista do retorno do investimento ter sido muito inferior ao da inflação, bem como em comparação com o retorno do investimento com outras opções no mercado financeiro (custo de oportunidade)), 1.12.1.1 (Pagamento aos empregados de benefícios decorrentes da distribuição de lucros e participação nos resultados, apesar da ineficiência na aplicação das metas nºs 1, 2 e 7, constantes no PPR-exercício de 2009), e 1.12.3.1 (O formato de geração de receitas da TERRACAP é prejudicial ao ente federativo do Distrito Federal, podendo impactar na sua autonomia, tendo em vista a participação da União sobre o resultado líquido das vendas de terrenos vinculados ao Distrito Federal, sendo que a remuneração da Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; os imóveis incorporados aos estoques da empresa, para efetivação de alienação e outras modalidades, não vêm se submetendo a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a forma de contabilização das receitas gera cobrança de tributos federais, o que não ocorreria caso as alienações fossem feitas pela secretaria de estado competente, pessoa jurídica de direito público interno; inexistência de estudo ou proposição quanto ao reconhecimento da possível imunidade tributária da TERRACAP; a forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF se processa por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, que boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa) do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC deverão macular as contas dos referidos cidadãos.

5.3 A Informação nº 160/2013 – SECONT/3ª DICON (fls. 118/160) apontou que as ocorrências verificadas nos subitens 1.1.1.1 (Baixa integração entre os sistemas corporativos; ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)), 1.2.1.1 (Adesão à Ata de Registro nº 012/09 da Defensoria Pública Geral da União (DPU), cujo objeto não era compatível com as necessidades da TERRACAP, inexistindo projeto básico suficientemente detalhado, e sem a comprovação da vantagem econômica que justificasse a não realização de licitação pública específica), 1.2.2.4 (Não comprovação do fornecimento de 2.255 marmitas descartáveis do total de 24.912 unidades fornecidas em 2009, objeto do contrato firmado com CORAL – Serviços de Refeições Industriais Ltda.; ausência de comprovação de fornecimento dos meses de outubro e dezembro de 2009), 1.2.2.6 (Indicação de marca na aquisição de veículos objeto do Pregão nº 23/2009, contrariando o art. 15, §7º, da Lei nº 8666/93), 1.2.2.11 (Ausência de estudo técnico preliminar antecedente à formulação de projeto básico; concessão de reajuste contratual sem a apresentação de planilha de formação de preço), 1.2.7.1 (Falta de instauração de tomadas de contas especiais, cujos valores dos potenciais prejuízos são relevantes), 1.2.9.1 (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAI) pouco abrangente em face da complexidade das operações da TERRACAP, concomitante à produção de relatórios de auditoria pouco detalhados, não possibilitando aferir a comprovação do cumprimento do PAAI), 1.4.3.1 (Uso pouco intensivo de recursos tecnológicos para o controle dos imóveis de propriedade da TERRACAP, o que facilita a ocupação irregular de imóveis da empresa), 1.4.4.1 (Fiscalização ineficiente decorrente da terceirização das atividades e pela ausência de implantação e integração de sistema corporativo de informações geográficas), 1.5.1.1 (A Decisão de Diretoria nº 248 é insuficientemente detalhada para subsidiar o processo de cobrança e negociação de dívidas, ensejando retardamento no ciclo de execução das cobranças, possibilitando perdas em virtude de prescrição, sob a ótica do direito civil, do direito de cobrar prestações vencidas; embora estabeleça relação comercial com os compradores dos imóveis, a empresa não efetua a negativação dos clientes



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

inadimplentes em cadastros de proteção de crédito (SERASA/SPC), bem como não realiza o protesto dos atrasos em cartórios de títulos; a escritura do imóvel vendido em financiamento é definitiva, o que possibilita a venda do imóvel pelo adquirente mesmo subsistindo dívida com a empresa, já que não há modalidade de garantia implementada), 1.10.2.1 (O processo de gestão dos ativos (estoque de imóveis e gestão da carteira de crédito) suportado por sistema e subprocessos pouco integrados; facilitando a ocorrência de invasões de terrenos e perda de receitas), 1.10.3.1 (Baixo percentual de vendas de imóveis decorrente de plano de comunicação superficial, estratégias de publicidade e propaganda não efetivas, obstrução/ocupação dos imóveis colocados a venda e da necessidade de aprimoramento de critérios técnicos utilizados para definir o valor mínimo dos imóveis nas regiões de menor atratividade), 1.10.8.1 (A distribuição de dividendos foi prejudicada pela retenção irregular de lucros; a forma de geração de receitas atual propicia apropriação de resultados, pela união, sobre o patrimônio constitucional do ente federativo do DF), 1.11.1.1 (Desvinculação entre planejamento e execução das estratégias corporativas), 1.11.2.1 (Desconhecimento plano estratégico pelos executores) e 1.12.2.1 (Realização de retenção de lucros irregular, não baseado em orçamento de investimento detalhado e não aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, que afetou a distribuição de dividendo e ultrapassou o limite do valor do Capital Social, afrontando as disposições do art. 199 da Lei nº 6.404/76) do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC deverão ser consideradas Ressalvas às Contas dos cidadãos citados no § 5.1. Considerando a posição deste Corpo Técnico pelo Julgamento Irregular, iremos citá-las visando apenas cumprir o artigo 19 da Lei Complementar nº 01/94.

5.4 Quanto às contas do Sr. Anselmo Rodrigues Ferreira Leite, Diretor de Desenvolvimento e Comercialização, no período de 01.01 a 30.01, do Sr. Marcelo Xavier, Membro do Conselho de Administração, no período de 10.04 a 31.12.2009, do Sr. Roberto João Pereira Freire, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, do Sr. José Luiz Diaz Fernandez, Membro do Conselho de Administração, no período de 25.05 a 31.12.2009, do Sr. José Roberto Bassul Campos, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, do Sr. Giles Carriconde Azevedo, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, do Sr. José Messias de Souza, Membro do Conselho de Administração, no período de 11.08 a 31.12.2009, do Sr. Amaro Carlos da Rocha Senna, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, e da Sra. Alexandra Reschke, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, a Informação nº 160/2013 – SECONT/3ªDICONTE propõe o julgamento Regular, o qual somos por ratificar.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

8. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas às folhas 261/295 (anexos fls. 296/300) e 303/369 (anexos fls. 370/409), para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes;

II. por conseguinte:

a. nos termos do art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 167, inciso I, do RI/TCDF, julgue Regulares as contas anuais do Sr. Anselmo Rodrigues Ferreira Leite, Diretor de Desenvolvimento e Comercialização, no período de 01.01 a 30.01, do Sr. Marcelo Xavier, Membro do Conselho de Administração, no período de 10.04 a 31.12.2009, do Sr. Roberto João Pereira Freire, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, do Sr. José Luiz Diaz Fernandez, Membro do Conselho de Administração, no período de 25.05 a 31.12.2009, do Sr. José Roberto Bassul Campos, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, do Sr. Giles Carriconde Azevedo, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, do Sr. José Messias de Souza, Membro do Conselho de Administração, no período de 11.08 a 31.12.2009, do Sr. Amaro Carlos da Rocha Senna, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, e da Sra. Alexandra Reschke, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009; e

b. nos termos do art. 17, inciso III, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 1/94, julgue Irregulares as contas anuais do Sr. Antônio Raimundo Gomes Silva Filho, Presidente, no período de 01.01 a 31.12 de 2009, e Presidente do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, da Sra. Elme Terezinha Ribeiro Tanus, Diretora de Recursos Humanos, Administração e Finanças, no período de 01.01 a 31.12, do Sr. Dalmo Alexandre Costa, Diretor de Desenvolvimento e Comercialização, no período de 06.03 a 31.12, do Sr. Luís Antônio Almeida Reis, Diretor Técnico e de Fiscalização, no período de 29.09 a 31.12.2009, e do Sr. Marcus Vinícius Souza Viana, Diretor de Prospecção e Formatação de Novos Empreendimentos, no período de 12.02 a 31.12.2009, tendo em vista as ocorrências identificadas pelo Conselho Fiscal (fls. 687/688 do Processo nº 111.000.155/2010) contidas nos Itens 1 (Segregação de funções e nos controles internos), 2 (Deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade), 4 (Créditos de vendas de imóveis sem provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD e/ou ajuste a valor presente) e 5 (Valores a receber mantidos a custo histórico) e pelo Controle Interno



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

nos subitens: 1.2.2.1 (Contratação da empresa Link Data Informática e Serviços Ltda. por inexigibilidade de licitação, cuja carta de exclusividade não foi homologada pela Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES; continuidade dos pagamentos à empresa contratada, apesar das disposições do Decreto distrital nº 31.355/10; ausência de projeto básico; pagamentos de valores fixos mensais, cujos serviços de manutenção efetivamente realizados não foram comprovados), 1.2.2.2 (somente sobre a Contratação de serviços de fiscalização de áreas urbanas e rurais, cujas atribuições constam do plano de cargos da empresa, configurando terceirização da atividade fim da Terracap, contrariando a exigência de concurso público, previsto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal; contabilização da despesa no elemento 339037 (locação de mão de obra), contrariando a princípio o disposto no § 1º do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados; e falta de comprovação detalhada dos serviços realizados), 1.2.2.3 (Não realização de licitação pública motivada pela adesão irregular à ata de registro de preços, sem a comprovação da vantagem econômica; celebração de contrato e de termo aditivo após a vigência da ata de registro de preços; aditivo firmado com acréscimo quantitativo, por item, superior a 25% permitido pela lei de licitações e contratos), 1.2.2.7 (somente sobre a irregularidades na contratação de serviços de tecnologia da informação com a empresa CTIS Tecnologia S.A., relacionadas a fixação de preços mínimos, implicando em desclassificação irregular de proposta de preços de licitante; aditivo não baseado em acréscimos de serviços; prorrogação do contrato sem a comprovação da vantajosidade econômica; prejuízos na ordem de R\$ 1.582.000,00, correspondente a 35% dos valores pagos em 2009, decorrentes de faturamento por serviços não prestados ou por excesso de horas em relação aos níveis de serviços esperados; falta de detalhamento de serviços de maior complexidade por meio de ordens de serviços e realização de serviços simples por categorias profissionais superiores, cujo valor da hora de mão de obra era maior), 1.2.2.8 (Irregularidades na execução do Contrato nº NUTRA/PROJU 185/2005, firmado com Sublime Serviços Gerais Ltda., relativas ao projeto básico não baseado em estudo técnicos preliminares e que não se pautou na mensuração da quantidade de serviços a serem prestados, e aditivos irregulares), 1.2.2.9 (Contratação de serviços de publicidade e propaganda com vícios insanáveis, sujeitando-se a anulação do processo por ilegalidade, cujas irregularidades estão relacionadas a não consideração de planilha de quantidades e custos unitários como anexo do edital, como exigiu o TCDF, ao subjetivismo dos quesitos técnicos exigidos no certame e a incompatibilidade com o plano de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

comunicação anual; planos de comunicação anuais superficiais; aditivo firmado sem a correspondente comprovação em planilha de custos unitários e quantidades; falta de comprovação da vantajosidade econômica para prorrogar o contrato; enquadramento inadequado da contratação como sendo de natureza contínua, o que permitiu a prorrogação irregular do contrato; divergências dos preços faturados em relação às tabelas de preços dos veículos de comunicação; prejuízos decorrentes da execução contratual com evidências de inserções em veículos de comunicação desnecessárias, no exercício de 2009, no valor de R\$ 191.798,76, e veiculações sem efetividade em jornais locais, no valor de R\$ 1.061.474,22, bem como inserções em rádios religiosas com motivação insuficiente, totalizando em R\$ 316.324,39; Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, autuada no Processo nº 2008.01.169374-9, promovida pelo MPDFT por questões semelhantes às apontadas pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle), 1.2.3.1 (Percentual elevado de imóveis não vendidos inclusive nos editais, principalmente em decorrência da obstrução/ocupação dos terrenos; falta de detalhamento do tipo de obstrução, prejudicando a venda dos imóveis obstruídos/ocupados; exclusão de terrenos do edital, visando atender interesses pessoais dos ocupantes irregulares dos imóveis; fixação de direito de preferência não previsto na lei de licitações; aceitação de documentos ilegais no exercício do direito de preferência, especialmente a cessão ilegal de direitos sobre terrenos cedidos por meio do PRÓ-DF; falta de devolução dos depósitos de cauções; falta de limitação ao poder econômico na venda de terrenos não considerados unifamiliares, possibilitando à especulação imobiliária), 1.4.1.1 (Inexistência de controles para acompanhamento e registro, para fins gerenciais, do valor de mercado dos imóveis), 1.4.2.1 (existência de imóveis com algum tipo de ocupação/obstrução sem que tenha sido promovida a respectiva ação de recuperação de propriedade do imóvel; imóveis com financiamento em atraso, sem a propositura de ações judiciais para a recuperação dos imóveis), 1.6.2.1 (somente sobre a irregularidade verificada na ausência de apreciação do cumprimento/avaliação do Planejamento Estratégico (Projeto Orion) e das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados por parte do Conselho de Administração, descumprindo o artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e o artigo 142, inciso VI, da Lei nº 6.404/76), 1.7.5.1 (Carteira de créditos com acentuada inadimplência; indícios de morosidade na execução dos procedimentos administrativos e judiciais, com indicativo de prejuízos em decorrência da prescrição do direito de cobrança de créditos vencidos, inclusive em relação aos créditos relativos à desapropriação da reserva biológica de águas emendadas), 1.9.1.1



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

(Celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/2009, cujo interesse recíproco não restou comprovado; inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; o convênio foi utilizado com o mero instrumento de transferência de recursos para licitações realizadas e/ou contratos firmados anteriormente à assinatura do termo de convênio, ressaltando que a aprovação do plano de trabalho não foi embasada em pré-projeto ou projeto básico, conforme determina a legislação, desprovido dos elementos essenciais exigidos na IN nº 01/2005, da STC, e no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos, sendo que as obras não estavam definidas no plano de trabalho e inexistiam projetos que dessem sustentação ao convênio; irregularidades nos aditivos firmados, relacionadas à inclusão de obras não compatíveis com a finalidade da TERRACAP, falta de previsão de recursos adicionais no convênio, que ultrapassaram 25% previsto na lei de licitações, inexistência de projeto básico, de detalhamento das obras e de quantidades e custos unitários), 1.9.1.2 (Celebração do Convênio nº 280/2008 - SO, cujo interesse recíproco não restou comprovado, sendo utilizado como mero instrumento de transferência de recursos; inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal para 2008; desvio da finalidade do orçamento de investimento aprovado para a empresa, com prejuízos a projetos programados no orçamento para 2008 e 2009; o plano de trabalho foi aprovado, porém sem contemplar elementos essenciais, especificamente o cronograma físico-financeiro, as metas, as fases e etapas; aprovação do convênio sem a devida licença ambiental prévia, cujos repasses ocorreram sem a licença de instalação determinada pelo TCDF; não houve emissão de parecer jurídico específico sobre o convênio, conforme determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN emitiu parecer contrário ao projeto da torre digital, porém mesmo assim o convênio foi executado; a licitação foi realizada com base nos projetos preliminares da empresa do arquiteto Oscar Niemeyer, que só foram aprovados pela administração do Lago Norte em agosto de 2010; preço da contratação da obra substancialmente superior àquele utilizado como parâmetro para cobrança de honorários dos serviços relacionados aos projetos elaborados pela firma arquitetura urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., que arbitrou seus honorários, delimitando o valor de obra em aproximadamente 27 milhões de reais, contudo o convênio, com valor atualizado, importa em mais de 81 milhões de reais; termo aditivo acresceu objeto não previsto inicialmente no convênio, relativo a acompanhamento e fiscalização das obras, cuja necessidade e efetividade não restaram comprovadas; os aditivos assinados cresceram o valor do convênio em 31,7%, contrariando as disposições do art. 65 da Lei de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Licitações), 1.9.1.3 (O exame dos Convênios nºs 183/07, 278/09 e 13/08 constatou a inobservância das regras definidas na IN nº 01/05, da STC, tanto na elaboração quanto na execução e prestação de contas, relativas à inexistência das razões que justifiquem a celebração do convênio, cujo interesse recíproco não restou comprovado, deficiência da função gerencial fiscalizadora exercida pela TERRACAP, ausências do relatório de execução físico-financeiro e do demonstrativo da execução da receita e despesa, falta de conciliação dos rendimentos auferidos da aplicação dos recursos liberados, falta de apresentação das cópia do termo aceitação definitiva da obra e dos despachos adjudicatório e de homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade), 1.9.1.4 (Celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/09, desobedecendo as formalidades básicas da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 01/2005, observando-se ausência de: interesse mútuo, contrapartida, plano de trabalho, cronograma de execução, projeto básico, entre outros; inexigência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; não submissão do convênio à sanção do conselho de administração da TERRACAP), 1.9.2.1 (A fiscalização do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/09 foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios, não apontado irregularidades graves relativas a obras licitadas e/ou contratadas sem recursos orçamentários anteriormente a celebração do convênio; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas, bem como quaisquer medidas corretivas determinadas pela concedente em relação à execução do convênio), 1.9.2.2 (A fiscalização do Convênio nº 280/2008 - SO foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas), 1.10.6.1 (Registros na situação 997 – alienação encerrada com dívida, referente a valores não pagos da taxa de ocupação dos imóveis cedidos pelo PRÓ-DF, no valor de R\$ 20.051.877,51; inexistência de nova alienação para 206 imóveis com contratos encerrados, os quais permanecem ocupados, obstruídos ou cercados pelo beneficiário, que continuam na posse dos imóveis; do exame dos imóveis, cujos contratos foram rescindidos, registrados na situação 997, constatou 196 imóveis vagos, sendo que, desse total, 129 não tiveram nova destinação no programa e quatro imóveis foram objeto de nova contratação com o mesmo beneficiário; a análise dos registros da modalidade 59 - venda



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

direta PROIN/PRODECON com juros 12% a.a, demonstrou que as dívidas de 1191 do total de 1953 imóveis não foram cobradas integralmente, tendo em vista a prescrição pelo decurso do prazo legal de cobrança, representando 61% dos imóveis registrados na modalidade, evidenciando a ineficiência na propositura de ações judiciais para cobrança das dívidas e prejuízos aos cofres da empresa; as ações de retomada dos imóveis se mostram ineficientes ou até inexistentes; o direito de preferência ao ocupante do imóvel, previsto nas licitações da Terracap, possibilita a aceitação de contratos particulares de promessa de compra e venda, inclusive no que tange a imóveis cedidos pelo PRO-DF, objeto de venda do imóvel a terceiro pelo beneficiário do programa), 1.10.9.1 (Ganhos pouco relevantes dos investimentos realizados pela Terracap (0,18%); perda significativa em vista do retorno do investimento ter sido muito inferior ao da inflação, bem como em comparação com o retorno do investimento com outras opções no mercado financeiro (custo de oportunidade)), 1.12.1.1 (Pagamento aos empregados de benefícios decorrentes da distribuição de lucros e participação nos resultados, apesar da ineficiência na aplicação das metas nºs 1, 2 e 7, constantes no PPR-exercício de 2009), e 1.12.3.1 (O formato de geração de receitas da TERRACAP é prejudicial ao ente federativo do Distrito Federal, podendo impactar na sua autonomia, tendo em vista a participação da União sobre o resultado líquido das vendas de terrenos vinculados ao Distrito Federal, sendo que a remuneração da Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; os imóveis incorporados aos estoques da empresa, para efetivação de alienação e outras modalidades, não vêm se submetendo a autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a forma de contabilização das receitas gera cobrança de tributos federais, o que não ocorreria caso as alienações fossem feitas pela secretaria de estado competente, pessoa jurídica de direito público interno; inexistência de estudo ou proposição quanto ao reconhecimento da possível imunidade tributária da Terracap; a forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF se processa por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, que boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa) do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC;

III. em consequência, conforme artigo 18 da Lei Complementar nº 01/94 e nos termos da Decisão nº 50/98, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, em consonância com o artigo 24 da LC nº 01/94, considere quites com o erário distrital, no que tange a esta PCA, os cidadãos mencionados no item II.a;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

e-DOC
Proc 7927/2010

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

IV. aplique a multa prevista no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar nº 01/94 aos cidadãos relacionados no item II.b;

V. determine, com fulcro no artigo 19 da mencionada LC, ao responsável, ou a quem o tiver sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades identificadas no Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes, em especial os relacionados no item II.b e os subitens a seguir elencados:

a. 1.1.1.1 (Baixa integração entre os sistemas corporativos; ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI));

b. 1.2.1.1 (Adesão à Ata de Registro nº 012/09 da Defensoria Pública Geral da União (DPU), cujo objeto não era compatível com as necessidades da TERRACAP, inexistindo projeto básico suficientemente detalhado, e sem a comprovação da vantagem econômica que justificasse a não realização de licitação pública específica);

*c. 1.2.2.4 (Não comprovação do fornecimento de 2.255 marmittas descartáveis do total de 24.912 unidades fornecidas em 2009, objeto do contrato firmado com CORAL – Serviços de Refeições Industriais Ltda.; ausência de comprovação de fornecimento dos meses de outubro e dezembro de 2009),
1.2.2.6 (Indicação de marca na aquisição de veículos objeto do Pregão nº 23/2009, contrariando o art. 15, §7º, da Lei nº 8666/93);*

d. 1.2.2.11 (Ausência de estudo técnico preliminar antecedente à formulação de projeto básico; concessão de reajuste contratual sem a apresentação de planilha de formação de preço);

e. 1.2.7.1 (Falta de instauração de tomadas de contas especiais, cujos valores dos potenciais prejuízos são relevantes);

f. 1.2.9.1 (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAI) pouco abrangente em face da complexidade das operações da TERRACAP, concomitante à produção de relatórios de auditoria pouco detalhados, não possibilitando aferir a comprovação do cumprimento do PAAI);

g. 1.4.3.1 (Uso pouco intensivo de recursos tecnológicos para o controle dos imóveis de propriedade da TERRACAP, o que facilita a ocupação irregular de imóveis da empresa);

h. 1.4.4.1 (Fiscalização ineficiente decorrente da terceirização das atividades e pela ausência de implantação e integração de sistema corporativo de informações geográficas);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

i. 1.5.1.1 (A Decisão de Diretoria nº 248 é insuficientemente detalhada para subsidiar o processo de cobrança e negociação de dívidas, ensejando retardamento no ciclo de execução das cobranças, possibilitando perdas em virtude de prescrição, sob a ótica do direito civil, do direito de cobrar prestações vencidas; embora estabeleça relação comercial com os compradores dos imóveis, a empresa não efetua a negativação dos clientes inadimplentes em cadastros de proteção de crédito (SERASA/SPC), bem como não realiza o protesto dos atrasos em cartórios de títulos, a escritura do imóvel vendido em financiamento é definitiva, o que possibilita a venda do imóvel pelo adquirente mesmo subsistindo dívida com a empresa, já que não há modalidade de garantia implementada);

j. 1.10.2.1 (O processo de gestão dos ativos (estoque de imóveis e gestão da carteira de crédito) suportado por sistema e subprocessos pouco integrados; facilitando a ocorrência de invasões de terrenos e perda de receitas);

k. 1.10.3.1 (Baixa percentual de vendas de imóveis decorrente de plano de comunicação superficial, estratégias de publicidade e propaganda não efetivas, obstrução/ocupação dos imóveis colocados a venda e da necessidade de aprimoramento de critérios técnicos utilizados para definir o valor mínimo dos imóveis nas regiões de menor atratividade);

l. 1.10.8.1 (A distribuição de dividendos foi prejudicada pela retenção irregular de lucros; a forma de geração de receitas atual propicia apropriação de resultados, pela união, sobre o patrimônio constitucional do ente federativo do DF);

m. 1.11.1.1 (Desvinculação entre planejamento e execução das estratégias corporativas);

n. 1.11.2.1 (Desconhecimento plano estratégico pelos executores); e

o. 1.12.2.1 (Realização de retenção de lucros irregular, não baseado em orçamento de investimento detalhado e não aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, que afetou a distribuição de dividendo e ultrapassou o limite do valor do Capital Social, afrontando as disposições do art. 199 da Lei nº 6.404/76);

VI. autorize o retornos do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.”

9. O Sr. Diretor da 3ª Divisão de Contas elaborou a cota complementar de fls. 506/530, datada de 12.9.2017, e teceu as seguintes considerações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

“2. Com as devidas vênias, discordamos do encaminhamento proposto. Isso porquanto a ação deste Tribunal é norteadada pela observância do princípio da verdade material. A esse respeito, lecionam os juristas Sérgio Ferraz e Adilson Dallari¹:

Em oposição ao princípio da verdade formal, inerente aos processos judiciais, no processo administrativo se impõe o princípio da verdade material. O significado deste princípio pode ser compreendido por comparação: no processo judicial habitualmente se tem entendido que aquilo que não consta dos autos não pode ser considerado pelo juiz (ao qual se reconhece, contudo, certa margem de liberdade na investigação da verdade e, mesmo, da produção de provas), cuja decisão fica adstrita às provas ali produzidas; no processo administrativo o julgador deve sempre buscar a verdade, ainda que para isso tenha que se valer de outros elementos além daqueles trazidos aos autos pelos interessados.

A autoridade administrativa competente para decidir não fica na dependência da iniciativa da parte ou das partes interessadas, nem está obrigada a restringir seu exame ao que foi alegado, trazido ou provado, podendo e devendo buscar todos os elementos que possam influir no seu convencimento. – grifou-se.

3. Nesse sentido, apesar de os justificantes não terem apresentado alegações a respeito, ou o terem feito de forma insuficiente, há indicações de irregularidade que estão a exigir maior detalhamento.

4. Relativamente à falha descrita pelo Conselho Fiscal no item 5 – valores a receber mantidos a custo histórico, os justificantes alegaram que (fl. 265) “os referidos valores são apresentados no balanço devidamente atualizados pelos índices estabelecidos nos respectivos contratos de venda” Essa assertiva foi corroborada pelos Auditores Independentes, pois esses, quando indagados se houve algum desvio das práticas contábeis, declararam que “não foi vislumbrado desvio das práticas contábeis geralmente aceitas, apenas falhas operacionais” (fl. 676).*

5. Assim, o Conselho Fiscal indagou dos Auditores Independentes: “A manutenção de valores a receber com custo histórico não constitui desvio de prática contábil?”. Obteve-se como resposta (fl. 676):*

Verificou-se descumprimento de condições estabelecidas em convênios, por meio de pagamentos diretos pela Terracap a fornecedores, com documentação emitida em favor de empresa conveniada, exemplo: Convênio Novacap 124/2009. Para os casos examinados verificou-se os respectivos

¹ Processo Administrativo. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012, p. 133.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

registros contábeis, com regularização da maioria. Isso não obstante, podem existir outros casos ainda pendentes de regularização.

6. Portanto, podem ser acolhidas as justificativas apresentadas relativamente à falha em exame.

7. Ademais, verifica-se que os subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3 e 1.9.1.4 registram, entre outros, os seguintes fatos, caracterizados pelo Controle Interno como irregularidades:

a) o Convênio foi utilizado como instrumento de transferência de recursos (Subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.4);

b) celebração de Convênio cujo interesse recíproco não restou comprovado (Subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4);

c) inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do DF de 2009 (Subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.4);

d) inclusão de obras não compatíveis com a finalidade da TERRACAP (Subitem 1.9.1.1);

e) aprovação do convênio sem a devida licença ambiental prévia (Subitem 1.9.1.2).

8. No que tange ao fato registrado na alínea “a”, consignamos que a característica do convênio que o distingue do contrato é o interesse mútuo. Também, não há vedação para a transferência de recursos mediante esse ajuste, como se depreende das disposições do Decreto Federal nº 6.170/2007², o qual considera convênio:

“acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação”.

9. Relativamente à suposta pecha da alínea “b”, em se tratando de instituições públicas, presume-se que o móvel de qualquer ajuste firmado entre esses entes é o interesse público. Isso é patente nos casos em tela, que cuidaram de transferências financeiras

² Alterado pelos Decretos nºs 6.329/2007, 6.428/2008, 6.619/2008 e 6.497/2008



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

objetivando a realização de obras de interesse do Distrito Federal.

10. No que toca à suposta exigência de contrapartida pelo art. 15 da LDO de 2009 (alínea “c”), observa-se que esse dispositivo se encontra sob o Capítulo III – Das Diretrizes Gerais e Específicas para a Elaboração dos Orçamentos. Ou seja, trata-se de exigência afeta à elaboração da lei orçamentária anual, que deverá prover dotações específicas para compor a contrapartida de convênios, contratos de repasse, empréstimos internos e externos e para pagamento de amortizações, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações. Ademais, não se afigura razoável a estipulação de contrapartida financeira entre órgãos do mesmo ente federativo para a consecução de objetivos comuns.

11. Relativamente à falha da alínea “d”, o Controle Interno considera que a atividade principal da empresa é a administração e venda dos imóveis do Distrito Federal, devendo o produto da venda ser revertido em obras de infraestrutura no DF, vinculadas as suas finalidades essenciais. Assim, reputou indevidas as obras realizadas, por exemplo, em pavimentação de vias públicas, construção de vilas olímpicas, restaurantes comunitários, feiras, viadutos, revitalização do setor comercial sul, dentre outras.

12. Portanto, essas obras, apesar de serem do interesse do Governo do Distrito Federal, não estariam vinculadas às atividades imobiliárias da TERRACAP, o que constituiria irregularidade, segundo o Controle Interno. Adstritos aos termos do Art. 2º, Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, a empresa existiria apenas para vender os imóveis do DF ou realizar as obras relacionadas a esses empreendimentos. Entretanto, entendemos que sem esses convênios inexistiria o relevante interesse coletivo previsto no art. 173 da CF como condição expressa para a existência da empresa pública que explore atividade econômica.

13. A partir de 1997, a TERRACAP passou a exercer a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal na operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 18.061/1997.

14. Nessa toada, o objeto social da Companhia Imobiliária de Brasília foi ampliado pela Lei Distrital nº 4.586, de 13 de julho de 2011. Assim, seu estatuto passou a determinar que a TERRACAP tem como objeto executar, mediante remuneração, as atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, por meio da utilização, aquisição, administração, aluguéis, concessão de direito real de uso, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, assim como realizar, direta ou indiretamente obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal.

15. Quanto ao registro da alínea “e”, consta a informação de que o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

e-DOC
Proc 7927/2010

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

IBRAM emitiu a Autorização Ambiental nº 079/2009-IBRAM (fls. 2.693 e 2.695/2.696*, vol. 11).*

16. Em consequência, esses apontamentos podem ser excluídos dos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3 e 1.9.1.4, por não constituírem irregularidades.

17. O Subitem 1.2.2.1 (fls. 3.212/3.214 vol. 13) registra as seguintes ocorrências:*

a) contratação por inexigibilidade de licitação, cuja carta de exclusividade não foi homologada pela Associação Brasileira das Empresas de Software;

b) continuidade dos pagamentos à empresa contratada, apesar das disposições do Decreto distrital nº 31.355/10; e

c) pagamentos de valores fixos mensais, cujos serviços de manutenção efetivamente realizados não foram comprovados.

18. Quanto à alínea “a”, a contratação ocorreu em 13/11/2007 (fls. 1.138/1.142 vol. 5), não podendo repercutir no julgamento destas contas, que referem-se ao exercício financeiro de 2009. Relativamente ao apontamento da alínea “b”, por mais diligente que seja, não há como o dirigente atender, em 2009, disposição de norma editada em 2010.*

19. Relativamente ao apontamento da alínea “c”, a jurisdicionada esclareceu que o valor de R\$ 2.400,00 por módulo é fixo, pois há serviços de natureza contínua e permanente, tais como suporte técnico e help desk (Anexo VII, penúltima pág.). De fato, o Contrato Nutra/Proju nº 189/2007 possui como objeto a prestação dos serviços especializados em suporte técnico e manutenção continuada do software de gestão ASI WEB, contemplando os módulos de compras, almoxarifado, patrimônio mobiliário e patrimônio imobiliário da TERRACAP (fl. 1.138, vol. 5). Desta forma, entendemos pertinentes os esclarecimentos prestados pela jurisdicionada. Por acréscimo, deve-se registrar que o aludido contrato possui um custo mensal de R\$ 7.200,00 (fls. 806/807*, vol. 4), ou seja, não apresenta materialidade suficiente a fundamentar a irregularidade.*

20. Assim, pode ser dado provimento às alegações apresentadas relativamente ao Subitem 1.2.2.1, afastando-se a indicação de irregularidade.

21. O Subitem 1.2.2.2 (fls. 3.214v/3.218 vol. 13) consigna os seguintes relatos:*

a) contratação de serviços de fiscalização de áreas urbanas e rurais, cujas atribuições constam do plano de cargos da empresa, configurando terceirização da atividade-fim da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

TERRACAP;

b) contabilização da despesa no elemento 339037 (locação de mão de obra), contrariando a princípio o disposto no § 1º do art. 18 da LRF;

c) ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados;

d) inclusão de reserva técnica sobre o valor da mão de obra, configurando pagamento por serviços não prestados, contrariando jurisprudência do TCU e TCDF; fixação de encargos sociais substancialmente superior ao delimitado pelo TCDF na Decisão nº 544/10; e

e) falta de comprovação detalhada dos serviços realizados.

22. A referida contratação é objeto do Processo nº 111.001.278/2004 e Edital de Concorrência nº 28/2005/COPEL/SUCOM/SEF, licitado pela Central de Compras do GDF e refere-se à contratação da empresa Contal – Empreiteira de Reformas e Serviços Ltda. (fl. 3.214 vol. 13).*

23. Deve-se registrar que as eventuais irregularidades constantes das alíneas “a”, “d” e “e” são afetas à fase licitatória e, portanto, não podem repercutir no julgamento destas contas, cujo exercício de referência é 2009.

24. Ainda, quanto à suposta falta registrada na alínea “d”, não seria possível atender, em 2009, entendimento consolidado pelo Tribunal na Decisão nº 544/2010 e tampouco o Acórdão nº 1.957/2010 - TCU/Plenário. Portanto, esses apontamentos podem ser excluídos do Subitem 1.2.2.2.

25. O Subitem 1.2.2.3 (fls. 3.218/3.220) registra os seguintes apontamentos:*

a) não realização de licitação pública motivada pela adesão irregular à ata de registro de preços;

b) com a indicação de marca e sem a comprovação da vantagem econômica;

c) celebração de contrato e de termo aditivo após a vigência da ata de registro de preços; e

d) aditivo firmado com acréscimo quantitativo, por item, superior a 25% permitido pela lei de licitações e contratos;

26. A adesão à Ata de Registro de Preços nº 024/07, do Departamento de Ciência e Tecnologia é objeto do Processo nº 111.002.324/2008, sendo o Contrato Nutra/Proju nº 001/2009 firmado em 13/01/2009 (fl. 3.218/3.218v). De pronto, verifica-se que os procedimentos administrativos atinentes à adesão*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

ocorreram em 2008, afastando, portanto, a repercussão desses fatos no julgamento desta PCA.

27. Não bastasse isso, deve-se registrar que a questão da indicação de marca por jurisdicionado que utiliza a tecnologia XRN (proprietária da marca 3COM) foi examinada pelo Núcleo especializado desta Casa mediante a Info nº 30/14 NFTI, lavrada no Processo nº 28.662/2010, que concluiu:

No caso em questão, entendem-se procedentes os argumentos apresentados, vez que a SES/DF buscou padronizar o seu parque computacional (Princípio da Padronização), preservando toda a expertise do seu corpo técnico e investimentos já realizados em equipamentos anteriormente adquiridos.

28. Remanescem, pois, os apontamentos das alíneas “c” e “d”, que registram a celebração, em 12/02/2010, do Termo Nutra/Proju nº 20/2010, sem constar dos autos a prorrogação da Ata nº 024/07 e com itens suplementados além do limite de 25% estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos (fls. 3.219/3.219v). Desta forma, dada a anualidade característica das contas anuais, essas indicações não repercutem no julgamento destes autos, porquanto se referem a atos administrativos ocorridos em 2010. Em consequência, podem ser afastadas as indicações contidas no Subitem 1.2.2.3.*

29. O Subitem 1.2.2.8 (fls. 3.237v/3.244 vol. 13) consigna as seguintes ocorrências:*

a) irregularidades na execução do Contrato nº NUTRA/PROJU 185/2005, firmado com a empresa Sublime Serviços Gerais Ltda., relativas a projeto básico não baseado em estudos técnicos preliminares e que não se pautou na mensuração da quantidade dos serviços a serem prestados;

b) aditivos irregulares.

30. A aludida licitação foi promovida mediante o Pregão nº 377/2005-SUCOM/SEF e originou o Contrato nº 185/2005, firmado em 11/08/2005 (fl. 3.237v). De pronto, verifica-se que as irregularidades descritas na alínea “a” não podem repercutir no julgamento destas contas, ainda que a vigência do ajuste se estenda até 2009, porquanto se referem a falhas do procedimento licitatório. Dos termos aditivos, apenas o quarto foi efetivado em 2009 e dispôs sobre a prorrogação por mais doze meses, mantendo o valor do contrato. Ressaltamos que a IN 02/2008 – SLTI, que estabeleceu índices de produtividade para o serviço em questão, é posterior ao procedimento licitatório. Assim, não se vislumbra irregularidade imputável ao período de referência destas contas.*

31. O Subitem 1.2.2.9 (fls. 3.244/3.260 vols. 13/14) traz os seguintes apontamentos:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

a) contratação de serviços de publicidade e propaganda com vícios insanáveis sujeitando-se a anulação do processo por ilegalidade, cujas irregularidades estão relacionadas a não consideração de planilha de quantidades e custos unitários como anexo do edital, como exigiu o TCDF, ao subjetivismo dos quesitos técnicos exigidos no certame e incompatibilidade com o plano de comunicação anual;

b) planos de comunicação anuais superficiais;

c) aditivo firmado sem a correspondente comprovação em planilha de custos unitários e quantidades;

d) falta de comprovação da vantajosidade econômica para prorrogar o contrato;

e) enquadramento inadequado da contratação como sendo de natureza contínua, o que permitiu a prorrogação irregular do contrato;

f) divergência dos preços faturados em relação às tabelas de preços dos veículos de comunicação;

g) prejuízos decorrentes da execução contratual com evidências de inserções em veículos de comunicação desnecessárias, no exercício de 2009, no valor de R\$191.798,76, e veiculações inefetivas em jornais locais, no valor de R\$1.061.474,22, bem como inserções em rádios religiosas com motivação insuficiente, totalizando R\$316.324,39; e

h) ação civil de improbidade administrativa, autuada no Processo nº 2008.01.169374-9, promovida pelo MPDFT por questões semelhantes às apontadas pela STC.

32. A alínea “a” registra impropriedades relativas ao procedimento licitatório, cuja abertura ocorreu em 22/09/2008 e foi homologado pela Diretoria Colegiada em 04/12/2008, sendo o Contrato nº 249/2008 firmado em 08/12/2008. Assim, as impropriedades descritas na alínea “a” não podem repercutir no julgamento destas contas. Deve-se acrescentar que o exame do edital foi realizado pelo Tribunal no Processo nº 19.874/2007. Já a existência de ação civil de improbidade administrativa por questões semelhantes às apontadas pela então Secretaria de Transparência de Controle apenas robustece suas indicações, não podendo constituir uma irregularidade à parte. Assim, as indicações das alíneas “a” e “h” podem ser excluídas do Subitem 1.2.2.9.

33. O Subitem 1.4.1.1 (fls. 3.295v/3.296* vol. 14) registra a inexistência de controles para acompanhamento e registro, para fins gerenciais, do valor de mercado dos imóveis.

34. Os justificantes alegaram que a manutenção de uma pauta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

contendo os valores atualizados de todos os imóveis constantes do patrimônio da TERRACAP para fins gerenciais “evidencia-se como tarefa virtualmente impossível de se cumprir em face, principalmente, de três fatores, a saber”, a expressiva quantidade de imóveis, as peculiaridades do mercado imobiliário com sua sazonalidade e as oscilações que ocorrem na economia do país (fl. 274).

35. As alegações apresentadas pelos justificantes são razoáveis. Ademais, não há exigência legal que obrigue a elaboração desse controle gerencial dos imóveis em estoque a valor de mercado. Se o administrador público somente pode agir segundo a lei, não se lhe pode exigir conduta que não esteja prevista em legislação.

36. No Subitem 1.12.3.1 (fls. 3.362/3.367v vol. 14) o Controle Interno relatou o seguinte:*

(...) o formato de geração de receitas da TERRACAP é prejudicial ao ente federativo do Distrito Federal, podendo impactar na sua autonomia, tendo em vista a participação da união sobre o resultado líquido das vendas de terrenos vinculados ao distrito federal, sendo que a remuneração da Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; os imóveis incorporados aos estoques da empresa, para efetivação de alienação e outras modalidades, não vêm se submetendo a autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a forma de contabilização das receitas gera cobrança de tributos federais, o que não ocorreria caso as alienações fossem feitas pela secretaria de estado competente, pessoa jurídica de direito público interno; inexistência de estudo ou proposição quanto ao reconhecimento da possível imunidade tributária da Terracap; a forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF se processa por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, que boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa;

37. No que tange a essas assertivas, cabe comentar que o formato de geração de receitas da TERRACAP, o seu objeto social e suas atividades originam-se de sua constituição, vale dizer, da vontade do Legislador, posto que se encontram disciplinados em leis. Em consequência, é impertinente considerar irregularidade fatos que derivam de leis e não da vontade do administrador, podendo ser afastados os apontamentos arrolados nesse subitem.

38. O Sr. Luís Antônio Almeida Reis, por meio de seu procurador, alegou que as falhas identificadas pelo Conselho Fiscal referentes a “4) créditos de vendas e imóveis sem provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PLCD e/ou ajuste a valor presente” e “5) valores a receber mantidos a custo histórico” referem-se a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

atividades alheias à competência da Diretoria Técnica e de Fiscalização (fls. 312/313. Logo, supostas irregularidades não podem macular suas contas. No mesmo sentido foram as alegações apresentadas quanto aos Subitens 1.2.2.1, 1.2.2.2, 1.2.2.3, 1.2.2.7, 1.2.2.8, 1.2.5.2, 1.4.1.1, 1.4.2.1 e 1.7.5.1.

39. Essas alegações podem ser acolhidas quanto ao Sr. Luís Antônio Almeida Reis, posto que o Regimento da TERRACAP assim disciplina as competências da Diretoria Técnica e de Fiscalização:

Art. 57 – À Diretoria Técnica e de Fiscalização, compete (fls. 397/398):

I – Planejar, dirigir, coordenar, controlar e orientar a execução e o desenvolvimento das atividades da Assessoria e Gerências sob sua subordinação, devendo, para isto:

II – Planejar, coordenar e orientar a execução das atividades de fiscalização e de vistoria das áreas e lotes de propriedade ou sob a administração da TERRACAP, promovendo a identificação, cadastramento e levantamento socioeconômico dos ocupantes;

III – Orientar e supervisionar a emissão de parecer técnico sobre assuntos relacionados com o patrimônio imobiliário da TERRACAP;

IV – Registrar e arquivar os documentos relativos à propriedade de imóveis da Companhia e providenciar a legalização de plantas e loteamentos do DF;

V – Planejar e coordenar a elaboração de estudos e de projetos relativos às licenças ambientais, ao meio ambiente e de incorporação imobiliária;

VI – Coordenar e orientar a instrução de processos de desapropriação de imóveis;

VII – Planejar, coordenar e orientar a elaboração e a proposição de estudos e de projetos de criação de novos lotes ou de parcelamentos urbanos, ou de alteração de imóveis, ou loteamentos, ou de remanejamento dos já existentes;

VIII – Supervisionar o controle dos prazos de contratos e convênios de sua área;

IX – Planejar, coordenar e orientar estudos sobre a implantação de infraestrutura em imóveis de propriedade da TERRACAP;

X – Planejar e coordenar as atividades de vistoria e de perícias técnicas, em obras de interesse da TERRACAP e de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

imóveis de sua propriedade;

XI – Planejar, coordenar, orientar e acompanhar a execução de obras e de serviços de consultoria inerentes à sua área de atuação;

XII – Promover medidas de interação, de aperfeiçoamento e modernização dos recursos e processos de trabalho sob sua administração;

XIII – Indicar o Gestor de Planejamento e Orçamento e o representante da Diretoria Técnica e de Fiscalização no Comitê de Qualidade.

40. Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas às folhas 261/295 (anexos fls. 296/300) pelos Senhores Antônio Raimundo Gomes Silva Filho, Dalmo Alexandre Costa e Marcus Vinícius Souza Viana e pela Senhora Elme Terezinha Ribeiro Tanus, considerando, no mérito: a) procedentes as alegações apresentadas quanto aos Subitens 1.2.2.1, 1.2.2.3, 1.2.2.8, 1.2.5.2, 1.4.1.1 e 1.12.3.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC e às falhas identificadas pelo Conselho Fiscal nos itens 3 e 5; b) parcialmente procedentes quanto aos Subitens 1.2.2.2, 1.2.2.7, 1.2.2.9, 1.6.2.1, 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4 e 1.12.1.1 do mesmo relatório; e c) improcedentes quanto aos demais Itens e Subitens;

II. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas às fls. 303/369 (anexos fls. 370/409), pelo Senhor Luís Antônio Almeida Reis, considerando, no mérito: a) procedentes as alegações quanto aos itens 3, 4 e 5 das falhas identificadas pelo Conselho Fiscal, e aos Subitens 1.2.2.1, 1.2.2.2, 1.2.2.3, 1.2.2.7, 1.2.2.8, 1.2.5.2, 1.4.1.1, 1.4.2.1, 1.7.5.1, e 1.12.3.1, do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC; b) parcialmente procedentes as alegações acostadas relativamente aos Subitens 1.2.2.9, 1.6.2.1, 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4 e 1.12.1.1 do aludido relatório; c) improcedentes as alegações referentes aos Itens 1 e 2 das falhas identificadas pelo Conselho Fiscal e Subitens 1.2.3.1, 1.9.2.1, 1.9.2.2, 1.10.6.1 e 1.10.9.1 do mesmo relatório;

III. por conseguinte:

a) nos termos do art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 167, inciso I, do RI/TCDF, julgue Regulares as contas anuais do Sr. Anselmo Rodrigues Ferreira Leite, Diretor de Desenvolvimento e Comercialização, no período de 01.01 a 30.01, do Sr.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Marcelo Xavier, Membro do Conselho de Administração, no período de 10.04 a 31.12.2009, do Sr. Roberto João Pereira Freire, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, do Sr. José Luiz Díaz Fernandez, Membro do Conselho de Administração, no período de 25.05 a 31.12.2009, do Sr. José Roberto Bassul Campos, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, do Sr. Giles Carriconde Azevedo, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, do Sr. José Messias de Souza, Membro do Conselho de Administração, no período de 11.08 a 31.12.2009, do Sr. Amaro Carlos da Rocha Senna, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, e da Sra. Alexandra Reschke, Membro do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009; e

b) nos termos do art. 17, inciso III, alínea 'b', da Lei Complementar nº 1/94, julgue Irregulares as contas anuais do Sr. Antônio Raimundo Gomes Silva Filho, Presidente, no período de 01.01 a 31.12 de 2009, e Presidente do Conselho de Administração, no período de 01.01 a 31.12.2009, da Sra. Elme Terezinha Ribeiro Tanus, Diretora de Recursos Humanos, Administração e Finanças, no período de 01.01 a 31.12, do Sr. Dalmo Alexandre Costa, Diretor de Desenvolvimento e Comercialização, no período de 06.03 a 31.12, e do Sr. Marcus Vinícius Souza Viana, Diretor de Prospecção e Formação de Novos Empreendimentos, no período de 12.02 a 31.12.2009, tendo em vista as ocorrências identificadas pelo Conselho Fiscal contidas nos Itens 1 (Segregação de funções e nos controles internos), 2 (Deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade), 4 (Créditos de vendas de imóveis sem provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD e/ou ajuste a valor presente) e pelo Controle Interno nos subitens: 1) 1.2.2.2 - contabilização da despesa no elemento 339037 (locação de mão de obra), contrariando a princípio o disposto no § 1º do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados; e falta de comprovação detalhada dos serviços realizados; 2) 1.2.2.7 - irregularidades na contratação de serviços de tecnologia da informação com a empresa CTIS Tecnologia S.A., aditivo não baseado em acréscimos de serviços; prorrogação do contrato sem a comprovação da vantajosidade econômica; prejuízos na ordem de R\$ 1.582.000,00, correspondente a 35% dos valores pagos em 2009, decorrentes de faturamento por serviços não prestados



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

ou por excesso de horas em relação aos níveis de serviços esperados; falta de detalhamento de serviços de maior complexidade por meio de ordens de serviços e realização de serviços simples por categorias profissionais superiores, cujo valor da hora de mão de obra era maior; 3) 1.2.2.9 - planos de comunicação anuais superficiais; aditivo firmado sem a correspondente comprovação em planilha de custos unitários e quantidades; falta de comprovação da vantajosidade econômica para prorrogar o contrato; enquadramento inadequado da contratação como sendo de natureza contínua, o que permitiu a prorrogação irregular do contrato; divergências dos preços faturados em relação às tabelas de preços dos veículos de comunicação; prejuízos decorrentes da execução contratual com evidências de inserções em veículos de comunicação desnecessárias, no exercício de 2009, no valor de R\$ 191.798,76, e veiculações sem efetividade em jornais locais, no valor de R\$ 1.061.474,22, bem como inserções em rádios religiosas com motivação insuficiente, totalizando em R\$ 316.324,39; 4) 1.2.3.1 - percentual elevado de imóveis não vendidos inclusive nos editais, principalmente em decorrência da obstrução/ocupação dos terrenos; falta de detalhamento do tipo de obstrução, prejudicando a venda dos imóveis obstruídos/ocupados; exclusão de terrenos do edital, visando atender interesses pessoais dos ocupantes irregulares dos imóveis; fixação de direito de preferência não previsto na lei de licitações; aceitação de documentos ilegais no exercício do direito de preferência, especialmente a cessão ilegal de direitos sobre terrenos cedidos por meio do PRÓ-DF; falta de devolução dos depósitos de cauções; falta de limitação ao poder econômico na venda de terrenos não considerados unifamiliares, possibilitando a especulação imobiliária; 5) 1.4.2.1 - existência de imóveis com algum tipo de ocupação/obstrução sem que tenha sido promovida a respectiva ação de recuperação de propriedade do imóvel; imóveis com financiamento em atraso, sem a propositura de ações judiciais para a recuperação dos imóveis; 6) 1.6.2.1 - ausência de apreciação do cumprimento/avaliação do Planejamento Estratégico (Projeto Órion) e das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados por parte do Conselho de Administração, descumprindo o artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e o artigo 142, inciso VI, da Lei nº 6.404/76; 7) 1.7.5.1 - carteira de créditos com acentuada inadimplência; indícios de morosidade na execução dos procedimentos administrativos e judiciais, com indicativo de prejuízos em decorrência da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

prescrição do direito de cobrança de créditos vencidos, inclusive em relação aos créditos relativos à desapropriação da reserva biológica de águas emendadas; 8) 1.9.1.1 - a aprovação do plano de trabalho não foi embasada em pré-projeto ou projeto básico, conforme determina a legislação, desprovido dos elementos essenciais exigidos na IN nº 01/2005, da STC, e no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos, sendo que as obras não estavam definidas no plano de trabalho e inexistiam projetos que dessem sustentação ao convênio; falta de previsão de recursos adicionais no convênio, que ultrapassaram 25% previsto na lei de licitações, inexistência de projeto básico, detalhamento das obras e de quantidades e custos unitários; 9) 1.9.1.2 - desvio da finalidade do orçamento de investimento aprovado para a empresa, com prejuízos a projetos programados no orçamento para 2008 e 2009; o plano de trabalho foi aprovado, porém sem contemplar elementos essenciais, especificamente o cronograma físico-financeiro, as metas, as fases e etapas; cujos repasses ocorreram sem a licença de instalação determinada pelo TCDF; não houve emissão de parecer jurídico específico sobre o convênio, conforme determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN emitiu parecer contrário ao projeto da torre digital, porém mesmo assim o convênio foi executado; a licitação foi realizada com base nos projetos preliminares da empresa do arquiteto Oscar Niemeyer, que só foram aprovados pela administração do Lago Norte em agosto de 2010; preço da contratação da obra substancialmente superior àquele utilizado como parâmetro para cobrança de honorários dos serviços relacionados aos projetos elaborados pela firma arquitetura urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., que arbitrou seus honorários, delimitando o valor de obra em aproximadamente 27 milhões de reais, contudo o convênio, com valor atualizado, importa em mais de 81 milhões de reais; termo aditivo acresceu objeto não previsto inicialmente no convênio, relativo à acompanhamento e fiscalização das obras, cuja necessidade e efetividade não restaram comprovadas; os aditivos assinados cresceram o valor do convênio em 31,7%, contrariando as disposições do art. 65 da Lei de Licitações; 10) 1.9.1.3 - o exame dos Convênios nºs 183/07, 278/09 e 13/08 constatou a inobservância das regras definidas na IN nº 01/05, da STC, tanto na elaboração quanto na execução e prestação de contas, deficiência da função gerencial fiscalizadora exercida pela TERRACAP, ausências do relatório de execução físico-financeiro e do demonstrativo da execução da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

receita e despesa, falta de conciliação dos rendimentos auferidos da aplicação dos recursos liberados, falta de apresentação das cópia do termo de aceitação definitiva da obra e dos despachos adjudicatório e de homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade; 11) 1.9.1.4 - celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/09, desobedecendo as formalidades básicas da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 01/2005, observando-se ausência de: plano de trabalho, cronograma de execução, projeto básico, entre outros; não submissão do convênio à sanção do conselho de administração da TERRACAP; 12) 1.9.2.1 - a fiscalização do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/09 foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios, não apontado irregularidades graves relativas a obras licitadas e/ou contratadas sem recursos orçamentários anteriormente a celebração do convênio; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas, bem como quaisquer medidas corretivas determinadas pela concedente em relação à execução do convênio; 13) 1.9.2.2 - a fiscalização do Convênio nº 280/2008 - SO foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas; 14) 1.10.6.1 - registros na situação 997 – alienação encerrada com dívida, referente à valores não pagos da taxa de ocupação dos imóveis cedidos pelo PRÓ-DF, no valor de R\$ 20.051.877,51; inexistência de nova alienação para 206 imóveis com contratos encerrados, os quais permanecem ocupados, obstruídos ou cercados pelo beneficiário, que continuam na posse dos imóveis; do exame dos imóveis, cujos contratos foram rescindidos, registrados na situação 997, constatou 196 imóveis vagos, sendo que, desse total, 129 não tiveram nova destinação no programa e quatro imóveis foram objeto de nova contratação com o mesmo beneficiário; a análise dos registros da modalidade 59 - venda direta PROIN/PRODECON com juros 12% a.a., demonstrou que as dívidas de 1191 do total de 1953 imóveis não foram cobrados integralmente, tendo em vista a prescrição pelo decurso do prazo legal de cobrança, representando 61% dos imóveis registrados na modalidade, evidenciando a ineficiência na propositura



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

de ações judiciais para cobrança das dívidas e prejuízos aos cofres da empresa; as ações de retomada dos imóveis se mostram ineficientes ou até inexistentes; o direito de preferência ao ocupante do imóvel, previsto nas licitações da Terracap, possibilita a aceitação de contratos particulares de promessa de compra e venda, inclusive no que tange a imóveis cedidos pelo PRO-DF, objeto de venda do imóvel a terceiro pelo beneficiário do programa; 15) 1.10.9.1 - ganhos pouco relevantes dos investimentos realizados pela Terracap (0,18%); perda significativa em vista do retorno do investimento ter sido muito inferior ao da inflação, bem como em comparação com o retorno do investimento com outras opções no mercado financeiro (custo de oportunidade); e 16) 1.12.1.1 - pagamento aos empregados de benefícios decorrentes da distribuição de lucros e participação nos resultados, apesar da ineficiência na aplicação das metas nºs 1, 2 e 7, constantes no PPR-exercício de 2009; do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC;

c) nos termos do art. 17, inciso III, alínea 'b', da Lei Complementar nº 1/94, julgue Irregulares as contas anuais do Sr Luís Antônio Almeida Reis, Diretor Técnico e de Fiscalização, no período de 29.09 a 31.12.2009, tendo em vista as ocorrências identificadas pelo Conselho Fiscal contidas nos Itens 1 (Segregação de funções e nos controles internos), 2 (Deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade), e pelo Controle Interno nos subitens: 1) 1.2.2.9 - planos de comunicação anuais superficiais; aditivo firmado sem a correspondente comprovação em planilha de custos unitários e quantidades; falta de comprovação da vantajosidade econômica para prorrogar o contrato; enquadramento inadequado da contratação como sendo de natureza contínua, o que permitiu a prorrogação irregular do contrato; divergências dos preços faturados em relação às tabelas de preços dos veículos de comunicação; prejuízos decorrentes da execução contratual com evidências de inserções em veículos de comunicação desnecessárias, no exercício de 2009, no valor de R\$ 191.798,76, e veiculações sem efetividade em jornais locais, no valor de R\$ 1.061.474,22, bem como inserções em rádios religiosas com motivação insuficiente, totalizando em R\$ 316.324,39); 2) 1.2.3.1 - percentual elevado de imóveis não vendidos inclusos nos editais, principalmente em decorrência da obstrução/ocupação dos terrenos; falta de detalhamento do tipo de obstrução, prejudicando a venda dos imóveis obstruídos/ocupados; exclusão de terrenos do edital, visando atender interesses pessoais



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

dos ocupantes irregulares dos imóveis; fixação de direito de preferência não previsto na lei de licitações; aceitação de documentos ilegais no exercício do direito de preferência, especialmente a cessão ilegal de direitos sobre terrenos cedidos por meio do PRÓ-DF; falta de devolução dos depósitos de cauções; falta de limitação ao poder econômico na venda de terrenos não considerados unifamiliares, possibilitando a especulação imobiliária; 3) 1.6.2.1 - ausência de apreciação do cumprimento/avaliação do Planejamento Estratégico (Projeto Órion) e das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados por parte do Conselho de Administração, descumprindo o artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e o artigo 142, inciso VI, da Lei nº 6.404/76); 4) 1.9.1.1 - a aprovação do plano de trabalho não foi embasada em pré-projeto ou projeto básico, conforme determina a legislação, desprovido dos elementos essenciais exigidos na IN nº 01/2005, da STC, e no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos, sendo que as obras não estavam definidas no plano de trabalho e inexistiam projetos que dessem sustentação ao convênio; falta de previsão de recursos adicionais no convênio, que ultrapassaram 25% previsto na lei de licitações, inexistência de projeto básico, detalhamento das obras e de quantidades e custos unitários; 5) 1.9.1.2 - desvio da finalidade do orçamento de investimento aprovado para a empresa, com prejuízos a projetos programados no orçamento para 2008 e 2009; o plano de trabalho foi aprovado, porém sem contemplar elementos essenciais, especificamente o cronograma físico-financeiro, as metas, as fases e etapas; cujos repasses ocorreram sem a licença de instalação determinada pelo TCDF; não houve emissão de parecer jurídico específico sobre o convênio, conforme determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN emitiu parecer contrário ao projeto da torre digital, porém mesmo assim o convênio foi executado; a licitação foi realizada com base nos projetos preliminares da empresa do arquiteto Oscar Niemeyer, que só foram aprovados pela administração do Lago Norte em agosto de 2010; preço da contratação da obra substancialmente superior àquele utilizado como parâmetro para cobrança de honorários dos serviços relacionados aos projetos elaborados pela firma arquitetura urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., que arbitrou seus honorários, delimitando o valor de obra em aproximadamente 27 milhões de reais, contudo o convênio, com valor atualizado, importa em mais de 81 milhões de reais; termo aditivo acresceu objeto não



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

previsto inicialmente no convênio, relativo à acompanhamento e fiscalização das obras, cuja necessidade e efetividade não restaram comprovadas; os aditivos assinados acresceram o valor do convênio em 31,7%, contrariando as disposições do art. 65 da Lei de Licitações; 6) 1.9.1.3 - o exame dos Convênios nºs 183/07, 278/09 e 13/08 constatou a inobservância das regras definidas na IN nº 01/05, da STC, tanto na elaboração quanto na execução e prestação de contas, deficiência da função gerencial fiscalizadora exercida pela TERRACAP, ausências do relatório de execução físico-financeiro e do demonstrativo da execução da receita e despesa, falta de conciliação dos rendimentos auferidos da aplicação dos recursos liberados, falta de apresentação das cópia do termo de aceitação definitiva da obra e dos despachos adjudicatório e de homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade; 7) 1.9.1.4 - celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/09, desobedecendo as formalidades básicas da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 01/2005, observando-se ausência de: plano de trabalho, cronograma de execução, projeto básico, entre outros; não submissão do convênio à sanção do conselho de administração da TERRACAP; 8) 1.9.2.1 - a fiscalização do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/09 foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios, não apontado irregularidades graves relativas a obras licitadas e/ou contratadas sem recursos orçamentários anteriormente a celebração do convênio; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas, bem como quaisquer medidas corretivas determinadas pela concedente em relação à execução do convênio; 9) 1.9.2.2 - a fiscalização do Convênio nº 280/2008 - SO foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas; 10) 1.10.6.1 - registros na situação 997 – alienação encerrada com dívida, referente à valores não pagos da taxa de ocupação dos imóveis cedidos pelo PRÓ-DF, no valor de R\$ 20.051.877,51; inexistência de nova alienação para 206 imóveis com contratos encerrados, os quais permanecem ocupados, obstruídos ou cercados pelo beneficiário, que continuam na posse dos imóveis; do exame dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

imóveis, cujos contratos foram rescindidos, registrados na situação 997, constatou 196 imóveis vagos, sendo que, desse total, 129 não tiveram nova destinação no programa e quatro imóveis foram objeto de nova contratação com o mesmo beneficiário; a análise dos registros da modalidade 59 - venda direta PROIN/PRODECON com juros 12% a.a., demonstrou que as dívidas de 1191 do total de 1953 imóveis não foram cobrados integralmente, tendo em vista a prescrição pelo decurso do prazo legal de cobrança, representando 61% dos imóveis registrados na modalidade, evidenciando a ineficiência na propositura de ações judiciais para cobrança das dívidas e prejuízos aos cofres da empresa; as ações de retomada dos imóveis se mostram ineficientes ou até inexistentes; o direito de preferência ao ocupante do imóvel, previsto nas licitações da Terracap, possibilita a aceitação de contratos particulares de promessa de compra e venda, inclusive no que tange a imóveis cedidos pelo PRO-DF, objeto de venda do imóvel a terceiro pelo beneficiário do programa; 11) 1.10.9.1 - ganhos pouco relevantes dos investimentos realizados pela Terracap (0,18%); perda significativa em vista do retorno do investimento ter sido muito inferior ao da inflação, bem como em comparação com o retorno do investimento com outras opções no mercado financeiro (custo de oportunidade; e 12) 1.12.1.1 - pagamento aos empregados de benefícios decorrentes da distribuição de lucros e participação nos resultados, apesar da ineficiência na aplicação das metas nºs 1, 2 e 7, constantes no PPR-exercício de 2009), do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC;

IV. em consequência, conforme artigo 18 da Lei Complementar nº 01/94 e nos termos da Decisão nº 50/98, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, em consonância com o artigo 24 da LC nº 01/94, considere quites com o erário distrital, no que tange a esta PCA, os cidadãos mencionados no item II.a;

V. aplique a multa prevista no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar nº 01/94 aos cidadãos relacionados nos itens II.b e II.c;

VI. determine, com fulcro no artigo 19 da mencionada LC, ao responsável, ou a quem o tiver sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades identificadas no Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes, em especial os relacionados no item II.b e os subitens a seguir elencados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

a) 1.1.1.1 (*Baixa integração entre os sistemas corporativos; ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)*);

b) 1.2.1.1 (*Adesão à Ata de Registro nº 012/09 da Defensoria Pública Geral da União (DPU), cujo objeto não era compatível com as necessidades da TERRACAP, inexistindo projeto básico suficientemente detalhado, e sem a comprovação da vantagem econômica que justificasse a não realização de licitação pública específica*);

c) 1.2.2.4 (*Não comprovação do fornecimento de 2.255 marmitas descartáveis do total de 24.912 unidades fornecidas em 2009. objeto do contrato firmado com CORAL – Serviços de Refeições Industriais Ltda.; ausência de comprovação de fornecimento dos meses de outubro e dezembro de 2009*), 1.2.2.6 (*Indicação de marca na aquisição de veículos objeto do Pregão nº 23/2009, contrariando o art. 15, §7º, da Lei nº 8666/93*);

d) 1.2.2.11 (*Ausência de estudo técnico preliminar antecedente à formulação de projeto básico; concessão de reajuste contratual sem a apresentação de planilha de formação de preço*);

e) 1.2.7.1 (*Falta de instauração de tomadas de contas especiais, cujos valores dos potenciais prejuízos são relevantes*);

f) 1.2.9.1 (*Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAI) pouco abrangente em face da complexidade das operações da TERRACAP, concomitante à produção de relatórios de auditoria pouco detalhados, não possibilitando aferir a comprovação do cumprimento do PAAI*);

g) 1.4.3.1 (*Uso pouco intensivo de recursos tecnológicos para o controle dos imóveis de propriedade da TERRACAP, o que facilita a ocupação irregular de imóveis da empresa*);

h) 1.4.4.1 (*Fiscalização ineficiente decorrente da terceirização das atividades e pela ausência de implantação e integração de sistema corporativo de informações geográficas*);

i) 1.5.1.1 (*A Decisão de Diretoria nº 248 é insuficientemente detalhada para subsidiar o processo de cobrança e negociação de dívidas, ensejando retardamento no ciclo de execução das cobranças, possibilitando perdas em virtude de prescrição, sob a ótica do direito civil, do direito de cobrar prestações vencidas; embora estabeleça relação comercial com os*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

compradores dos imóveis, a empresa não efetua a negativação dos clientes inadimplentes em cadastros de proteção de crédito (SERASA/SPC), bem como não realiza o protesto dos atrasos em cartórios de títulos; a escritura do imóvel vendido em financiamento é definitiva, o que possibilita a venda do imóvel pelo adquirente mesmo subsistindo dívida com a empresa, já que não há modalidade de garantia implementada);

j) 1.10.2.1 (O processo de gestão dos ativos (estoque de imóveis e gestão da carteira de crédito) suportado por sistema e subprocessos pouco integrados; facilitando a ocorrência de invasões de terrenos e perda de receitas);

k) 1.10.3.1 (Baixo percentual de vendas de imóveis decorrente de plano de comunicação superficial, estratégias de publicidade e propaganda não efetivas, obstrução/ocupação dos imóveis colocados a venda e da necessidade de aprimoramento de critérios técnicos utilizados para definir o valor mínimo dos imóveis nas regiões de menor atratividade);

l) 1.10.8.1 (A distribuição de dividendos foi prejudicada pela retenção irregular de lucros; a forma de geração de receitas atual propicia apropriação de resultados, pela união, sobre o patrimônio constitucional do ente federativo do DF);

m) 1.11.1.1 (Desvinculação entre planejamento e execução das estratégias corporativas);

n) 1.11.2.1 (Desconhecimento plano estratégico pelos executores); e

o) 1.12.2.1 (Realização de retenção de lucros irregular, não baseado em orçamento de investimento detalhado e não aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, que afetou a distribuição de dividendo e ultrapassou o limite do valor do Capital Social, afrontando as disposições do art. 199 da Lei nº 6.404/76);

VII. autorize o retorno do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.”

10. O Sr. Secretário de Contas aquiesceu as ponderações do Sr. Diretor suso expostas (fl. 530).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 1.056/17-ML, de 15.12.2017, da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA (fls. 531/630), concorda parcialmente com a manifestação da Unidade Técnica. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“13. Neste momento processual, analisa-se o **mérito** das razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Antônio Raimundo Gomes Silva Filho, Dalmo Alexandre Costa, Luís Antônio Almeida Reis, Marcus Vinícius Souza Viana e pela Sra. Elme Terezinha Ribeiro Tanus em face da possibilidade de julgamento **irregular das contas** da TERRACAP, relativas ao exercício financeiro de **2009**, consoante a r. Decisão nº 3.812/2016, fls. 222/223-v.*

*14. No que concerne à possível ressonância dos achados no julgamento das contas, este **MPC/DF**, a par da pluralidade de encaminhamentos concernentes ao mérito das justificativas dos responsáveis, entende oportuno apresentar quadro com o resumo das sugestões contidas nos documentos técnicos que precedem o exame deste **Parquet** especializado.*

Audiência (Decisão nº 3.812/2016)	Informação nº 70/2017 – SECONT	Responsáveis	Despacho 9/2017 – SECONT/3ª DICONT	Responsáveis
Falhas identificadas no relatório do Conselho Fiscal, fls. 687/688 do Processo nº 111.000.155/2010 – apenso.				
1) segregação de funções e nos controles internos.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
2) deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

3) expressiva quantidade de processos desaparecidos.	Regularidade		Regularidade	
4) créditos de vendas de imóveis sem provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD e/ou ajuste a valor presente.	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Marcus Vinícius Souza Viana.
5) valores a receber mantidos a custo histórico.	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Regularidade	
Falhas identificadas no Relatório de Auditoria 7/2012 – DIROH/CONIE/CONT/STC, fls. 3.202/3.379 do Processo nº 111.000.155/2010 – apenso.				
1.2.2.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Regularidade	
1.2.2.2	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.2.2.3	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus;	Regularidade	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

		- Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.		
1.2.2.7	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.2.2.8	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Regularidade	
1.2.2.9	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.2.3.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.2.5.2	Regularidade		Regularidade	
1.4.1.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho	Regularidade	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

		- Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.		
1.4.2.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.6.2.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.7.5.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.9.1.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

1.9.1.2	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.9.1.3	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.9.1.4	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.9.2.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.9.2.2	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa;	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

		- Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.		- Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.10.6.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.10.9.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.12.1.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Irregularidade	- Antônio Raimundo Gomes Silva Filho; - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre da Costa; - Luís Antônio Almeida Reis; - Marcus Vinícius Souza Viana.
1.12.3.1	Irregularidade	- Antônio Raimundo; Gomes Filho - Elme Terezinha Ribeiro Tanus; - Dalmo Alexandre Costa; - Luís Antônio Almeida Reis - Marcus Vinícius Souza Viana.	Regularidade	

15. Quanto aos argumentos apresentados, destaca-se que este **Parquet** especializado possui entendimento **parcialmente congruente com as conclusões** alcançadas pelo Corpo Instrutivo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

em seus documentos técnicos. Nada obstante, não é despidendo perpassar cada um dos fundamentos apresentados pelos responsáveis a fim de dirimir qualquer dúvida quanto às irregularidades verificadas nos autos.

16. Os argumentos oferecidos pelos recorrentes foram devidamente resumidos e analisados pela Área Técnica (fls. 418/505). Com efeito, considero relevante transcrever os principais excertos do exame empreendido pela 3ª Divisão de Contas, incluindo a divergência apresentada pelo Diretor da aludida unidade, seguidos da correspondente análise deste **MPC/DF**:

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 411/505.

(...)

4. DA ANÁLISE DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

4.1 **Preliminarmente**, vamos analisar a alegação de economia processual invocada pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS (fl. 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 278, 280, 283 e 284/285), onde os justificantes **deixaram de apresentar a documentação comprobatória**.

4.1.1. **Análise: A economia processual não pode ser alegada pelos justificantes para deixar de apresentar os argumentos que acharem cabíveis em sua defesa.** Conforme previsto no artigo 336 do novo Código de Processo Civil, incumbe ao réu, no caso aos justificantes, alegar toda a matéria de defesa expondo as razões de fato e/ou de direito que o exima da responsabilidade do fato arguido ou desconstitua o próprio fato. Cabe, ainda, aos justificantes indicarem a(s) folha(s)/página(s) onde foram acostadas as documentações comprobatórias.

4.1.2. Como exemplo, os justificantes alegaram que os motivos que afastariam as irregularidades apontadas pelo Controle Interno estariam contidos nos documentos a seguir relacionados: Ofício nº 334/2012 – PRESI (pg. 56*** e fl. 1310 do Processo nº 480.000.077/2012 – Anexo X), sendo que este apenas indica que os questionamentos foram respondidos pelos Despachos nº 0506/2012 – GEFIS, 03467/2012 – DITEC e 524/2012 – NUDEN; ou no Ofício nº 165/2012 – PRESI (fls. 184/185 do Processo nº 480.000.077/2012 – Anexo V), onde este, por sua vez, repassa para os Despachos nº 087/2012 – CODIN, 105/2012 – DIPLA/CPLAM, 662/2012 – GEFIN, 16/2012 – DIMOQ, 116/2012 – GEREH, 197/2012 – NUREH, 0076/2012 – NUBEN, 348/2012 – GETRI e 35/2012 – DIRET; ou no Ofício



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

nº 254/2012 – PRESI (Processo nº 480.000.077/2012 - Anexo IV, Volume 3), onde, novamente, repassa para os Despachos nº 242/2012 – GEFIS, 838/2012 – GEREN, 119/2012 – GERAC, 1262/2012 – GEDES, 501/2012 – GECOM, 86/2012 – CODIN, 1759/2012 – PROJU, 116/2012 – GEREH e 197/2012 – NUREH e Memorando nº 43/2012- ASCOM; sem transcrevê-los informando suas relevâncias para as contas anuais em análise.

4.1.3. Se houvesse o entendimento de que a análise dos argumentos não incluídos, explicitamente, nas razões de justificativas tivessem que ser obrigatoriamente analisados, nada obstaría que um justificante alegasse que as justificativas estariam contidas no livro *Princípios de Macroeconomia*, de N. Gregory Mankiw (1994), e, seguindo este entendimento, teríamos que buscar quais as razões que se aplicariam ao caso.

4.1.4. Considerando que as argumentações que os justificantes entenderem capazes de afastar a(s) irregularidade(s) poderão ser incluídas no Recurso de Reconsideração, que possui efeito devolutivo, **iremos nos ater somente às alegações que constarem das razões de justificativas.**

4.2 Iremos listar as irregularidades identificadas pelo Controle Interno, transcrever/resumir as razões de justificativa apresentadas pelos gestores e fazer a análise de mérito em seguida.” (Grifos no original e acrescidos).

17. Quanto à alegação em destaque, vale ressaltar que vigora no nosso processo administrativo o **princípio da verdade material (ou real)**, em detrimento do princípio da verdade formal, este regedor do processo civil, que dá ressonância ao brocardo **quod non est in actis non est in mundo (o que não está nos autos, não está no mundo jurídico)**, posto que, sob esta ótica, somente é dado ao julgador valorar aquilo que consta e instrui os autos para formar seu convencimento.

18. **De modo diametralmente oposto**, o princípio da verdade material informa que o julgador tem o **poder-dever** de formar seu convencimento com todos os elementos que, de alguma maneira, possam influenciar sua decisão. Esse também é o ensinamento dos renomados juristas **Sérgio Ferraz e Adilson Dallari**²:

“Em oposição ao princípio da verdade formal, inerente aos processos judiciais, no processo administrativo se impõe o princípio da verdade material. O significado deste princípio pode ser compreendido por comparação: no processo judicial

² FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012, p. 133.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

habitualmente se tem entendido que aquilo que não consta dos autos não pode ser considerado pelo juiz (ao qual se reconhece, contudo, certa margem de liberdade na investigação da verdade e, mesmo, da produção de provas), cuja decisão fica adstrita às provas ali produzidas; no processo administrativo o julgador deve sempre buscar a verdade, ainda que para isso tenha que se valer de outros elementos além daqueles trazidos aos autos pelos interessados.

A autoridade administrativa competente para decidir não fica na dependência da iniciativa da parte ou das partes interessadas, nem está obrigada a restringir seu exame ao que foi alegado, trazido ou provado, podendo e devendo buscar todos os elementos que possam influir no seu convencimento. ”

19.. *Cumpra registrar, no entanto, que o art. 373, incisos I e II, do Código de Processo Civil – aplicável subsidiariamente ao processo administrativo brasileiro –, **impõe o ônus da prova ao autor**, quanto a fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Entende-se, portanto, que **o respeito ao princípio da verdade material deve ser equilibrado com relação ao ônus da parte de comprovar tais fatos por ela alegados.***

20. *Nesse particular, considerando que constitui ônus processual dos justificantes exaurir a matéria de defesa na presente fase processual, em consonância com o disposto no art. 336 do CPC, este **MPC/DF** entende que não devem prosperar os argumentos acerca da economia processual. Na espécie, conforme arrazou o Corpo Instrutivo, os justificantes não podem se desincumbir do múnus provar todas as alegações apresentadas, visto que não são aplicáveis no caso em exame as hipóteses previstas no art. 374 do CPC.*

21. *Com o devido respeito, pensar de maneira diversa equivaleria a trazer o ônus da prova **exclusivamente** ao c. **TCDF**, afrontando não apenas o contido nos dispositivos legais supracitados, mas sobretudo o dever de prestar contas estatuído no art. 70 da CF.*

22. *Desta feita, não devem prosperar os argumentos apresentados pelos justificantes.*

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.3 Item 1 do Parecer do Conselho Fiscal (fls. 687-688*) - segregação de funções e nos controles internos.

4.3.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 262/263) que a regularização da ocorrência identificada pela Auditoria Independente requereria alteração do regimento visando a criação de setor específico de contas a receber responsável pela gestão dos créditos dos prestamistas, sendo que o assunto foi encaminhado à Coordenação de Planejamento com o intuito de procederem à alteração. Informaram que a Diretoria adotou providências, quanto à delegação de competências, sendo registrada na Ata nº 906 do Conselho Fiscal (fls. 296/300), demonstrando que a falta de segregação não compromete o balanço e não acarretou nenhum prejuízo à empresa, segundo opinião da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e da Chefia da Contabilidade.

4.3.2. **Análise:** A justificativa apresentada apenas ratifica a ocorrência identificada pela Auditoria Independente e anotada pelo Conselho Fiscal. A Ata não indica as providências adotadas, mas apenas demonstra que, na opinião da Auditoria Independente, da Auditoria Interna e do contador, a situação não comprometia o balanço e nem trouxera prejuízo. Cabe acrescentar que a reunião ocorreu no exercício seguinte (30/06/2010 – data da 906ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal) com outros gestores.

4.3.3. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 310/311) alegou que o assunto foi encaminhado à Coordenação de Planejamento para dar curso à alteração administrativa adequada e que a Diretoria tomou providências quanto à delegação das responsabilidades até que ocorresse a formalização regimental. 4.3.4. **Análise:** Não houve demonstração de que as providências foram adotadas tempestivamente.

4.3.5. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.” (Grifos no original e acrescidos).

23. Conforme aduziu o Corpo Instrutivo, os justificantes **não comprovaram** a adoção de providências para sanear a irregularidade identificada, revelando, com efeito, descumprimento do ônus estabelecido no art. 373 do CPC.

24. Mister anotar que a **ausência de segregação de função** representa descumprimento de postulado básico dos controles internos capaz de comprometer de modo grave os **controles** dos atos administrativos da entidade. Nessa esteira, visto que foi



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

perpetrada no exercício em exame, a falha pode **repercutir negativamente** na gestão, malgrado a adoção de providências em exercício ulterior.

25. Compulsando o Relatório/Voto que deu espeque à deliberação do Conselho Fiscal, fls. 629/686 do Processo nº 111.000.155/2010 – apenso, este **Parquet** especializado verificou que a **auditora interna** da entidade, conforme apontado no Parecer nº 1/2009-AUDIT, que avalia informações contidas atinentes aos meses de **agosto e setembro de 2009** e os **Relatórios 62 e 63 da Auditoria independente**, **reiterou recomendação** contida no Relatório nº 44/2008 da citada Auditoria, acerca de **grave risco de controle advindo da ausência de segregação de função no Núcleo de Contabilidade da Companhia**.

26. Para elucidar a **quaestio**, vale transcrever excerto do Relatório nº 44/2008 dos auditores independentes apresentado no **parágrafo 4** do Relatório do Conselho Fiscal:

“1.1) Segregação de Funções

...

Entendemos que, o acesso do Núcleo de Contabilidade a esses registros representa um risco para a Companhia na modificação dos registros, por erros, omissões, podendo resultar em ocultar transações, **até mesmo com a possibilidade de fraudes**.

A Auditoria Independente recomenda à criação de um setor específico de Contas a Receber para ficar responsável pela **gestão dos créditos de prestamistas**. Essa Auditoria Interna recomenda que o assunto seja direcionado a CPLAM (Coordenação de Planejamento e Modernização) para análise e providências”. (Grifos no original e acrescidos).

27. Aos olhos do **MPC/DF**, a **repetição do achado**, em que pesem as sucessivas recomendações dos órgãos do sistema de controle da companhia, denota **leniência** dos responsáveis pela gestão em exame com o condão de ensejar o **julgamento irregular da gestão**, conforme o art. 17, III, **b**, da LC nº 1/1994.

28. Ainda, oportuno apresentar questionamento feito pelo Conselho Fiscal e consequente resposta fornecida pelos auditores internos, tratando das possíveis consequências da incipiente segregação de funções na Companhia:

“4) A situação atual de inadequada segregação de atividades/funções na Terracap pode comprometer a veracidade do balanço patrimonial quanto aos aspectos relevantes?

Resposta: No passado ocorreram **baixas fraudulentas**, as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

quais resultaram em **processos de demissão**. Atualmente, essa atividade está concentrada na Contabilidade. Embora **não reflita a adequada segregação de funções**, duas áreas da contabilidade são responsáveis pela conciliação diária.” (Grifos acrescidos).

29. Não podemos olvidar que, conforme sublinhado no Parecer dos Auditores Independentes, fls. 475/746 do Processo nº 111.000.155/2010 – apenso, **o parco controle relativo aos processos judiciais** obstou a escorreita apreciação dos valores consignados na conta de **provisão para contingências**. Na mesma toada, o Relatório do Conselho Fiscal, fls. 687/688 do Processo nº 111.000.155/2010 – apenso, destacou que as falhas identificadas redundaram na **mitigação da fidedignidade das informações patrimoniais e financeiras da Terracap**.

30. Evidente, portanto, o **grave comprometimento** das informações contábeis da companhia, não merecendo guarida, no entendimento do **MPC/DF**, a alegação de ausência de prejuízo decorrente do achado. Com efeito, conforme sugestão uníssona do Corpo Instrutivo, o achado evoca o **julgamento irregular** da gestão em exame.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.4 **Item 2** do Parecer do Conselho Fiscal (fls. 687-688*) - **deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade**.

4.4.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS informaram (fls. 263/264) que, no ano de 2002, **houve decisão governamental determinando que os sistemas de informática da TERRACAP fossem transferidos para a CODEPLAN**. Em 2006, **o Tribunal considerou ilegal a contratação direta da CODEPLAN** (Decisão nº 5.411/2006). Somente em 2008 os sistemas de informação foram restabelecidos de forma global às necessidades da TERRACAP. Desta forma, **em 2009**, ainda existiam problemas na geração de informação que **necessitaram de contratações emergenciais** visando evitar a paralisação das operações.

4.4.2. **Análise**: A justificativa apresentada não detalhou a complexidade do sistema de informática que **necessitou de mais de 3 anos para ser resolvido**.

4.4.3. **Razões de Justificativa**: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 311/312) alegou que a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

TERRACAP suspendeu em janeiro de 2007 o contrato firmado com a CODEPLAN e que, apenas em 2008, a TERRACAP conseguiu restabelecer o atendimento de suas necessidades, remanescendo alguns ajustes que vieram se consolidando ao longo do tempo.

4.4.4. Análise: As deficiências identificadas pelo Conselho Fiscal são referentes ao exercício de 2009. Não houve comprovação de que os ajustes necessários foram, pelo menos, solicitados em 2009.

4.4.5. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.” (Grifos no original e acrescidos).

31. Em harmonia com o Corpo Instrutivo, este **MPC/DF** entende que as justificativas apresentadas **não possuem o condão de elidir as irregularidades decorrentes da deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade da Companhia.**

32. A propósito, conforme noticiado no **parágrafo 3.3.2** da Informação nº 160/2013 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 118/160, o Conselho Fiscal, no relatório presente à fl. 629/686 do Processo nº 111.000.155/2010, arrazoou que:

“4. consta na Ata nº 899 do Conselho Fiscal, de 02.12.2010, que o **sistema de informação utilizado para realizar os lançamentos contábeis não impede que lançamentos não autorizados sejam feitos após o fechamento do balancete**, o Chefe do Núcleo de Contabilidade – NUCOT informou, ainda, que estes lançamentos não são registrados no sistema com o nome do usuário, **impossibilitando sua identificação**. O Chefe do NUCOT explicou que os demonstrativos **eram feitos no excel**, de forma manual, **facilitando a ocorrência de possíveis erros**.” (Grifos acrescidos).

33. Vale registrar que, conforme é possível depreender do exame realizado pelo Conselho Fiscal da Terracap, os gestores da entidade foram **omissos** na condução dos processos regularidades de licitação, o que culminou na realização de **contratações emergenciais**.

34. Entendo relevante destacar que as contratações em caráter emergencial, via dispensa de licitação, estão previstas na Lei nº 8.666/1993. A propósito os termos da Lei:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

“Art. 24. É dispensável a licitação:(...)”

IV - nos casos de **emergência** ou de **calamidade pública**, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou **comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no **prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias** consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, **vedada a prorrogação dos respectivos contratos;**” (Grifos acrescidos).

35. Da leitura do referido dispositivo, percebe-se a necessidade de cumprimento dos seguintes requisitos: i) **fático: situação emergencial lato sensu** da qual possa decorrer comprometimento à segurança de pessoas, bens e serviços; e ii) **temporal: prazo máximo de 180 dias**.

36. A doutrina e a **jurisprudência** muito debateram a respeito do mencionado pressuposto fático necessário à caracterização da situação destacada em lei apta a fundamentar a contratação emergencial, assumindo, em um primeiro momento, que a contratação direta somente poderia ser realizada se a situação emergencial fosse decorrente de **evento incerto e imprevisível**³. Contudo, atualmente, é possível afirmar que a situação emergencial pode decorrer tanto de um fato imprevisível como daqueles em que há **certa previsibilidade**⁴.

37. O que deve ser **repudiada** é a contratação direta decorrente de **falta de planejamento** do administrador público ou não decorrente de real urgência, uma vez que a emergência, nessas hipóteses, terá sido **fabricada**. Ocorre que, ainda na hipótese de desídia administrativa, não parece plenamente correto o entendimento de que o Poder Público não poderá efetuar a contratação, caso, de fato, **se comprove a existência da situação calamitosa capaz de “comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares”**.

38. Nessa restrita situação, **a fim de não causar maior lesão à coletividade** e, conseqüentemente, ao interesse público, a contratação até pode ser realizada com a obediência aos ditames da Lei, contudo com a devida **responsabilização de quem deu causa à falta de planejamento da qual decorreu o cenário de**

³ e.g. TCU, Acórdão nº 3.267, Primeira Câmara, Rel. Min. Marcos Bemquerer, DOU de 18/10/2007 e Decisão nº 955, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, DOU de 13/8/2002.

⁴ e.g. TCU, Acórdão nº 1.138, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 11/5/2011 e Acórdão nº 285, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, DOU de 24/2/2010.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

urgência⁵.

39. No caso em exame, considerando a essencialidade dos serviços de informática para as atividades desenvolvidas pela sociedade e que o e. **TCDF** considerou ilegal a contratação direta da CODEPLAN em 2006 (Decisão nº 5.411/2006), é notória a inexistência de situação fática emergencial capaz de permitir a incidência do caso analisado na hipótese prevista no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, mormente em razão do transcurso de **3 (três) anos sem a solução definitiva da grave falha identificada.**

40. Não é despidendo rememorar que o e. **TCDF**, no bojo do Processo nº 12.829/2007, procedeu ao exame dos contratos emergenciais firmados entre a TERRACAP e as sociedades empresárias CTIS Tecnologia S/A e Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda.

41. No feito em comento, o e. **TCDF** proferiu a r. Decisão nº 1.090/2010.

42. Por meio da aludida deliberação o Sr. **Antônio Raimundo Gomes Silva Filho** e a Sra. **Elme Terezinha Ribeiro Tanus** foram **sancionados com multa**, em face da celebração de Contratos Emergenciais nº **44/2007** – CTIS Tecnologia S/A; **45/2007** – LINKNET Tecnologia e Telecomunicações Ltda.; **154/2007** – CTIS Tecnologia S.A.; **155/2007** – LINKNET Tecnologia e Telecomunicações Ltda.; **58/2008** – CTIS Tecnologia S.A.; e **59/2008** – LINKNET Tecnologia e Telecomunicações Ltda., ao **arrepio** do disposto nos arts. 24, IV, e 26 da Lei nº 8.666/93, e das rr. Decisões TCDF nº 2.517/2002 e 3.500/1999, alínea 'e'.

43. A pecha estabelecida em decorrência do exame empreendido no Processo nº 12.829/2007 apenas **corrobora a possibilidade de julgamento irregular das contas dos justificantes**, ante a realização de contratos emergenciais no exercício em exame.

44. Pela pertinência, este Órgão Ministerial entende relevante transcrever trecho do voto condutor da r. Decisão nº 1.090/2010, de lavra da em. Cons^a. **Marli Vinhadeli**:

“24. São vários os Contratos emergenciais firmados, em sequência, pela TERRACAP (nº 44/07–CTIS Tecnologia S.A.; 45/07–LINKNET Tecnologia e Telecomunicações Ltda.; 154/07–CTIS Tecnologia S.A.; 155/07–LINKNET Tecnologia e Telecomunicações Ltda.; 58/08–CTIS Tecnologia S.A.; e 59/08– LINKNET Tecnologia e Telecomunicações Ltda.).

25. A esses contratos se soma o de nº 197/08–LINKNET Tecnologia e Telecomunicações Ltda., celebrado em 06/10/08, com vigência até 04/04/09 (fl. 467).

⁵ Acórdão nº 2.705, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, DOU de 1º/12/2008.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

26. Como se vê, mesmo após a prolação da Decisão nº 3964/08, de 08/07/08 (DODF de 24/07/08, pág. 6; fls. 335/336), que chamou os responsáveis em audiência, **insistiu a TERRACAP em firmar novo contrato emergencial.**

27. **Esse ajuste, tal como os demais em exame, carece de justificativas, sob os mesmos parâmetros legais que motivaram a presente audiência.**

28. **In casu**, a celebração dos ajustes demonstra inobservância do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos (art. 24, IV, in fine, da Lei nº 8.666/93).

29. Não considero crível que, desde o ano de 2007, esteja a TERRACAP passando por situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa de licitação, especificamente para fins de execução de serviços técnicos especializados aplicados à tecnologia e gestão da informação, envolvendo locação de equipamentos, manutenção e softwares.” (Grifos acrescidos).

45. Portanto, o **MPC/DF** entende que os justificantes **não lograram afastar as irregularidades concernentes à deficiência nos sistemas de informática que registram a contabilidade.** Improcedentes, portanto, os argumentos apresentados.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.5 **Item 3** do Parecer do Conselho Fiscal (fls. 687-688*) - **expressiva quantidade de processos desaparecidos.**

4.5.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 264) que houve **perda de informação na transferência do banco de dados para a CODEPLAN em 2002** e que **o fato ocorreu antes da gestão dos justificantes.**

4.5.2. **Análise:** Diante da ausência de informação detalhada sobre a **quantidade de processos desaparecidos por período**, somos pela **procedência da alegação.**

4.5.3. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 312) apresentou alegações similares às do Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, do Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, do Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e da Sra. ELME



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

TEREZINHA RIBEIRO TANUS.

4.5.4. **Análise:** Considerando a análise efetuada no § 4.5.2, somos pela **procedência da alegação**.

4.5.5. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.” (Grifos no original e acrescidos).

46. No sentir deste **MPC/DF**, a inexistência de dados acerca do quantitativo de processos desaparecidos no exercício em exame não deve, **per se**, conduzir ao acolhimento das justificativas apresentadas.

47. Deve-se, **in casu**, avaliar a possível ressonância da ausência das informações relevantes constantes dos feitos extraviados nos demonstrativos da Companhia e, além disso, a conduta negligente dos gestores responsáveis pelas contas em exame, os quais, conforme é possível depreender do exame dos autos, não adotaram medidas para equacionamento da falha em destaque.

48. Nesse espeque, forçoso aduzir que os responsáveis pela gestão em exame tinham conhecimento da irregularidade. Inclusive, destaca-se que o Relatório do Conselho Fiscal, fls. 629/686, apresenta de modo claro o quantitativo de processos não localizados, a teor da informação contida no **parágrafo 3º** da manifestação do aludido colegiado da Terracap, **in verbis**:

“3. Com relação ao relatório nº 39/07, **item 2.17**-Processos desaparecidos, em que a Auditoria Independente revela que **existem 4774** processos desaparecidos, transcrevemos a situação identificada pela AUDIT no Relatório nº 049/2009-AUDIT do Processo nº 111.002.083/2008:”

49. Ademais, conforme é possível depreender dos dados apresentados no **parágrafo 3.3.2** da Informação nº 160/2013 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 118/160, a informação foi corroborada pela Ata nº 889 da reunião do Conselho Fiscal de **4/3/2009**.

50. Insta frisar que o desconhecimento dos dados contidos nos feitos desaparecidos representa, aos olhos do **MPC/DF**, fator preponderante para as irregularidades identificadas pelo Conselho Fiscal.

51. Inclusive, os auditores independentes, a auditoria interna e a contabilidade da companhia concluíram, de modo unânime, que **os processos não encontrados podem afetar a veracidade das informações contábeis da companhia**, conforme respostas aos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

quesitos contidos nos **parágrafos 6** (questão 12), **7** (questão 6) e **8** (questão 5) do Relatório que norteou a deliberação do Conselho Fiscal, fls. 629/686 do Processo nº 111.000.155/2010 – apenso.

52. Por conseguinte, independentemente do momento do desaparecimento dos feitos, evidente que a falha pode comprometer a fidedignidade das informações relativas à gestão em exame, máxime em razão do grande volume de autos desaparecidos.

53. Diante da possibilidade invocada, aos olhos deste **MPC/DF**, o achado denota, no mínimo, desleixo dos gestores, os quais não atuaram de modo diligente para proceder à restauração das informações contidas nos processos não localizados. Em tempo, vale rememorar que a quantidade de feitos perdidos, no total de **4.774**, sobreleva a relevância do achado em exame.

54. Sendo assim, no sentir deste **MPC/DF**, as justificativas apresentadas não são suficientes para afastar a ressonância do achado no julgamento da gestão em exame.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.6 Item 4 do Parecer do Conselho Fiscal (fls. 687-688*) - créditos de vendas de imóveis sem provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD e/ou ajuste a valor presente.

4.6.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 265) que, no ano de 2009, houve mudança na legislação onde a **aplicabilidade dos procedimentos só foi aparecer em exercícios posteriores com a efetividade das normas.**

4.6.2. Análise: Os justificantes **deixaram de indicar as mudanças na legislação de explicariam a ausência da provisão citada.**

4.6.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 312) alegou que a irregularidade se refere à fato contábil, **alheio às competências da Diretoria Técnica e de Fiscalização.**

4.6.4. Análise: Considerando que o justificante compunha a **Diretoria da TERRACAP**, a irregularidade verificada é de responsabilidade do mesmo.

4.6.5. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.” (Grifos no original e acrescidos).

55. Quanto a este item, destaco que este é **TCDF**, ao exercer o dever constitucional de julgar contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, deve, a par dos fatos apresentados, proceder à identificação das normas aplicáveis à espécie, na esteira do entendimento invocado no brocardo jurídico **da mihi factum, dabo tibi jus**.

56. Considerando a narrativa apresentada no relatório do Conselho Fiscal, cediço que o ato inquinado compreende a aplicação da Lei nº 6.404/1976, com alterações realizadas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009. Afora os normativos indicados, o fato também atrai a incidência do Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

57. No que concerne ao registro de contas a receber, **inclusive o lançamento de provisão para registro do valor recuperável dos ativos**, a legislação de regência estabelece que:

“Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

(...)

II – os **direitos** que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo **custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado**, quando este for inferior;” (Grifos acrescidos).

58. Nesse particular, aos olhos do **MPC/DF**, em que pese a **improcedência dos argumentos apresentados**, o registro contábil inadequado, por representar falha de natureza contábil passível de equacionamento em exercícios futuros, **deve figurar apenas como ressalva no julgamento das contas em exame**.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 411/505.

(...)

4.7 **Item 5** do Parecer do Conselho Fiscal (fls. 687-688*) – **valores a receber mantidos a custo histórico**.

4.7.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 265) que os valores a receber dos prestamistas são apresentados no balanço devidamente atualizados pelos índices estabelecidos nos respectivos contratos de vendas e demonstrados no relatório específico.

4.7.2. Análise: Não houve a inclusão de documentação capaz de suportar a alegação apresentada.

4.7.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 312/313) alegou que, nos termos do Regimento Interno da TERRACAP, todas as atividades relacionadas às cobranças são diretamente subordinadas à Diretoria de Recursos Humanos, Administração e Finanças.

4.7.4. Análise: Considerando que o justificante compunha a **Diretoria da TERRACAP**, a irregularidade verificada é de responsabilidade do mesmo.

4.7.5. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações** ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

(...)

Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 506/530.

(...)

2. Com as devidas vênias, discordamos do encaminhamento proposto. Isso porquanto a ação deste Tribunal é norteadada pela observância do princípio da verdade material. A esse respeito, lecionam os juristas Sérgio Ferraz e Adilson Dallari:

Em oposição ao princípio da verdade formal, inerente aos processos judiciais, no processo administrativo se impõe o princípio da verdade material. O significado deste princípio pode ser compreendido por comparação: no processo judicial habitualmente se tem entendido que aquilo que não consta dos autos não pode ser considerado pelo juiz (ao qual se reconhece, contudo, certa margem de liberdade na investigação da verdade e, mesmo, da produção de provas), cuja decisão fica adstrita às provas ali produzidas; no processo administrativo o julgador deve sempre buscar a verdade, ainda que para isso tenha que se valer de outros elementos além daqueles trazidos aos autos pelos interessados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

A autoridade administrativa competente para decidir não fica na dependência da iniciativa da parte ou das partes interessadas, nem está obrigada a restringir seu exame ao que foi alegado, trazido ou provado, podendo e devendo buscar todos os elementos que possam influir no seu convencimento. – grifou-se.

3. Nesse sentido, apesar de os justificantes não terem apresentado alegações a respeito, ou o terem feito de forma insuficiente, há indicações de irregularidade que estão a exigir maior detalhamento.

4. Relativamente à falha descrita pelo Conselho Fiscal no **item 5 – valores a receber mantidos a custo histórico**, os justificantes alegaram que (fl. 265) ‘os referidos valores são apresentados no balanço **devidamente atualizados pelos índices estabelecidos nos respectivos contratos de venda**’ Essa assertiva foi corroborada pelos Auditores Independentes, pois esses, quando indagados se houve algum desvio das práticas contábeis, declararam que ‘**não foi vislumbrado desvio das práticas contábeis geralmente aceitas, apenas falhas operacionais**’ (fl. 676*).

5. Assim, o Conselho Fiscal indagou dos Auditores Independentes: ‘A manutenção de valores a receber com custo histórico não constitui desvio de prática contábil?’. Obteve-se como resposta (fl. 676*):

Verificou-se descumprimento de condições estabelecidas em convênios, por meio de pagamentos diretos pela Terracap a fornecedores, com documentação emitida em favor de empresa conveniada, exemplo: Convênio Novacap 124/2009. Para os casos examinados verificou-se os respectivos registros contábeis, com regularização da maioria. Isso não obstante, podem existir outros casos ainda pendentes de regularização.

6. Portanto, podem ser acolhidas as justificativas apresentadas relativamente à falha em exame.” (Grifos no original e acrescidos).

59. No que concerne à constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa, esta Quarta Procuradoria entende, em harmonia com a Cota do Diretor da 3ª Divisão de Contas, que manutenção do registro de valores a receber a custo histórico **não deve culminar na aposição de irregularidade ao julgamento das contas dos responsáveis.**

60. Todavia, em adendo ao propugnado na cota aditiva, o **MPC/DF** opina no sentido de que a impropriedade deve ensejar apenas a **aposição de ressalvas** à regularidade das contas dos responsáveis, ante a notória configuração de **falha operacional de**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

natureza contábil.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.8 Subitem 1.2.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - contratação da empresa Link Data Informática e Serviços Ltda. por inexigibilidade de licitação, cuja carta de exclusividade não foi homologada pela Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES; continuidade dos pagamentos à empresa contratada, apesar das disposições do Decreto distrital nº 31.355/10; ausência de projeto básico; pagamentos de valores fixos mensais, cujos serviços de manutenção efetivamente realizados não foram comprovados (fls. 3212/3214*).

4.8.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 266) que **entendem não haver óbice legal à contratação em tela**, com base no Parecer nº 313/2008 – NUTEN, da Procuradoria Jurídica da TERRACAP.

4.8.2. Análise: O citado parecer (fls. 41/43***) se manifesta somente sobre a possibilidade de prorrogação do contrato, não adentrando no mérito sobre as irregularidades verificadas pelo Controle Interno.

4.8.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 313/317) alegou que não houve a necessária individualização da conduta e que os atos praticados não eram de competência da diretoria que o justificante ocupava.

4.8.4. Alegaram, ainda, que o Núcleo Jurídico da TERRACAP não apontou qualquer necessidade de homologação da ABES.

4.8.5. Análise: A conduta se refere às **atuações da Diretoria Colegiada e não da Diretoria Técnica e de Fiscalização.**

4.8.6. Considerando que a ASSESPRO/DF2 possui 59 empresas associadas e a ASSESPRO3 nacional possui representatividade em apenas 4 Estados (Sergipe, Bahia, Ceará e Distrito Federal), atualmente, entendemos que a certificação de exclusividade emitida por esta entidade não serve para comprovar a exigência contida no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

4.8.7. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

(...)

Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 506/530.

17. O **Subitem 1.2.2.1** (fls. 3.212/3.214* vol. 13) registra as seguintes ocorrências:

a) contratação por inexigibilidade de licitação, cuja **carta de exclusividade não foi homologada** pela Associação Brasileira das Empresas de Software;

b) **continuidade dos pagamentos à empresa contratada**, apesar das disposições do Decreto distrital nº 31.355/10; e

c) pagamentos de valores fixos mensais, cujos **serviços de manutenção efetivamente realizados não foram comprovados.**

18. Quanto à alínea 'a', a contratação ocorreu em **13/11/2007** (fls. 1.138/1.142* vol. 5), **não podendo repercutir no julgamento destas contas, que referem-se ao exercício financeiro de 2009.** Relativamente ao apontamento da alínea 'b', por mais diligente que seja, não há como o dirigente atender, em 2009, disposição de norma editada em 2010.

19. Relativamente ao apontamento da alínea 'c', a jurisdicionada esclareceu que o valor de **R\$ 2.400,00 por módulo é fixo**, pois há serviços de natureza contínua e permanente, **tais como suporte técnico e help desk** (Anexo VII, penúltima pág.). De fato, o Contrato Nutra/Proju nº 189/2007 possui como objeto a prestação dos **serviços especializados em suporte técnico e manutenção continuada do software de gestão ASI WEB**, contemplando os módulos de compras, almoxarifado, patrimônio mobiliário e patrimônio imobiliário da TERRACAP (fl. 1.138*, vol. 5). Desta forma, **entendemos pertinentes os esclarecimentos prestados pela jurisdicionada.** Por acréscimo, deve-se registrar que o aludido contrato possui um **custo mensal de R\$ 7.200,00** (fls. 806/807*, vol. 4), ou seja, **não apresenta materialidade suficiente a fundamentar a irregularidade.**

20. Assim, pode ser **dado provimento às alegações** apresentadas relativamente ao **Subitem 1.2.2.1, afastando-se a indicação de irregularidade.** (Grifos no original e acrescidos).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

61. Conforme exame apresentado pelo Corpo Instrutivo na Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 411/505, o **MPC/DF** entende que não merecem guarida os argumentos invocados pelos justificantes. Na espécie, a narrativa apresentada pelo Controle Interno revela que houve claro descumprimento dos arts. 25, I, e 26, parágrafo único, II, da Lei nº 8.666/1993, em razão da **ausência de documentos capazes de comprovar a exclusividade do fornecedor**.

62. Nesse particular, sublinha-se que eventual pronunciamento da assessoria jurídica quanto à possibilidade de prorrogação da avença **não elide** a responsabilidade dos gestores, em razão na natureza opinativa da manifestação em comento.

63. De todo modo, conforme arrazou o Diretor da 3ª Divisão de Contas, o ajuste foi firmado em período diverso do objeto das contas anuais em exame, o que afasta a possibilidade de repercussão das falhas relativas ao planejamento da licitação. Contudo, não podemos olvidar que o exame de contratos deve albergar o planejamento, a formalização e a execução das avenças.

64. O controle e a avaliação da execução do ajuste não permitem anuir com a tese da procedência das razões de justificativa ora em exame. A propósito, volvendo o exame aos pagamentos realizados à Link Data Informática e Serviços Ltda. em 2009, no importe de **R\$ 86.400,00**, este **MPC/DF** entende configurada falha grave na gestão objeto da presente PCA, atinente ao poder-dever de fiscalizar a execução do contrato (art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993).

65. A remuneração por valor fixo de remuneração mensal, desatrelada dos resultados obtidos pela Administração e sem a devida comprovação dos serviços prestados, não se coaduna com as normas de regência e com a jurisprudência sedimentada desta c. **Corte de Contas**.

66. Este **MPC/DF** destaca que o e. **TCDF**, no bojo do Processo nº 30.649/2014-e, ao avaliar o mérito da Representação nº 22/2014-ML, que também trata de contratação pela Terracap de prestação de serviços especializados de suporte técnico (**Help Desk**), suporte remoto de configuração de ambiente e manutenção corretiva do **sistema Automation of Inventory – ASI**, por meio da r. Decisão nº 6.035/2015, reafirmou o entendimento contido nas r. **Decisões** nºs **4.287/2010, 4.983/2010, 1.270/2014, 1.491/2014 e 6.133/2014**.

67. A propósito, o entendimento sedimentado nas aludidas deliberações reforça a **imprescindibilidade da adoção de métrica de remuneração baseada nos resultados auferidos pela Administração nos contratos de manutenção adaptativa e evolutiva de software, em detrimento daquelas meramente associadas ao decurso do tempo**. Evidente que a métrica recomendada pelo e. **TCDF** não foi observada nos contratos em exame, tendo em vista a realização de pagamento mensal,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

independente dos serviços efetivamente prestados pela contratada.

68. No que importa, eis o excerto da r. Decisão nº 6.035/2015:

“IV – determinar, ainda, à **Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap** e ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN que, em conformidade com a jurisprudência desta Corte de Contas (**Decisões nºs 4.287/10, 4.983/10, 1.270/14, 1.491/14, 6.133/14**):

a) em futuras **contratações de manutenção adaptativa ou evolutiva de software, utilizem métricas vinculadas ao resultado desejado pela Administração em detrimento daquelas meramente associadas ao decurso do tempo;**

b) visando **estabelecer previamente o custo desses serviços**, definam, ao tempo da elaboração do termo de referência, **tabela de itens não mensuráveis**, no caso de contratos medidos por ponto de função, ou catálogo de serviços, para contratos medidos por horas ou unidades de serviços técnicos;

V – **determinar** aos órgãos e entidades do Distrito Federal que, para fins de contratação, na área de Tecnologia da Informação, de serviços de treinamento, consultoria, **suporte técnico** e de serviços remunerados por meio de métrica baseada em homem-hora, como hora de serviço técnico especializado – HST e unidade de serviço técnico especializado - UST, independente da modalidade de licitação utilizada, inclusive nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, **façam constar, no respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico**, e exijam, dos licitantes e da vencedora, **a apresentação de planilha de custos e formação de preços**, nos moldes previstos no Anexo III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, que contemple a **descrição e o quantitativo de cada perfil de profissional a ser utilizado**, a remuneração dos mesmos e demais insumos necessários e custos atribuídos à prestação dos serviços contratados, com o fito de demonstrar a economicidade dos valores praticados e a compatibilidade dos mesmos aos custos e margem de lucro das empresas, em observância aos arts. 19, III e 21, II, III, V da referida IN e ao art. 28 da IN SLTI/MPOG nº 04/2010, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 34.637/13, bem como ao art. 38 da IN SLTI/MPOG nº 04/2014;” (Grifos acrescidos).

69. Portanto, aos olhos do **MPC/DF**, conforme sustentado na Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505, o subitem **deve figurar como irregularidade** no julgamento das contas dos justificantes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 411/505.

(...)

4.9 Subitem 1.2.2.2 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - contratação de serviços de fiscalização de áreas urbanas e rurais, cujas atribuições constam do plano de cargos da empresa, configurando terceirização da atividade fim da Terracap, contrariando a exigência de concurso público, previsto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal; contabilização da despesa no elemento 339037 (locação de mão de obra), contrariando a princípio o disposto no § 1º do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados; inclusão de reserva técnica sobre valor da mão de obra, configurando pagamento por serviços não prestados, contrariando jurisprudência do TCU e TCDF, e fixação de encargos sociais substancialmente superiores ao delimitado pelo TCDF na Decisão nº 544/10; falta de comprovação detalhada dos serviços realizados (fls. 3214.v/3218*).

4.9.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 267) que a terceirização se refere à contratação de ajudantes para serviços braçais de operações de demolição.

4.9.2. Análise: Os justificantes não demonstraram que os serviços terceirizados, identificados pelo Controle Interno, se referiam a ajudantes e não à contratação de serviços de fiscalização, conforme Edital de Concorrência nº 28/2005 – COPEL/SUCOM/SEF transcrito a seguir.

‘Contração de empresa especializada em fornecimento de mão-de-obra para prestação de **serviços de fiscalização**, com intuito de manter fiscalização preventiva, efetuar vistorias e apoiar a erradicações de invasões em áreas de domínio e/ou interesse da TERRACAP, inseridas no Território do Distrito Federal, bem como a execução de outras atividades necessárias ao bom desempenho da empresa.’

4.9.3. Apesar da licitação ter ocorrido em período diverso do em análise, a continuação de sua execução configura irregularidade que deveria ter sido corrigida na contratação ou nos exercícios seguintes.

4.9.4. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 318/323) alegou que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

deixaram de indicar qual ação ou omissão fora praticada pelo justificante.

4.9.5. Argumentou que o serviço licitado não corresponde aos mesmos serviços prestados pelos Técnicos de Fiscalização, tratando de contratação de 'ajudantes gerais' para serviços braçais e que o registro da despesa é responsabilidade da área contábil.

4.9.6. Alegou, ainda, que a **inclusão de reserva técnica** ocorreu antes da orientação do c. TCU e o pagamento de **encargos sociais acima do valor foram desembolsados antes da Decisão nº 544/2010.**

4.9.7. Por fim, opôs que a **fiscalização da execução não era competência do Diretor Técnico.**

4.9.8. **Análise:** A conduta se refere às atuações da **Diretoria que permitiu a continuidade da prestação de serviço flagrantemente ilegal.**

4.9.9. Sobre a argumentação de que foram contratados ajudantes, efetuamos a análise no **§ 4.9.2**, onde concluímos pela improcedência da alegação.

4.9.10. Imputar responsabilidade à área contábil não deve prevalecer, tendo em vista que a **Diretoria tem a competência para administrar a TERRACAP** e que o justificante integrava a Diretoria.

4.9.11. Sobre a inclusão de **reserva técnica**, cabe razão ao justificante, tendo em vista que a IN/Mare nº 18/1997, que regia à época a contratação de serviços de natureza continuada, **previa a inclusão de reserva técnica, o que foi questionado posteriormente.**

4.9.12. Assiste razão ao defendente quando alega a aplicação retroativa da Decisão nº 544/2010 no caso de contas anuais. **A aplicação do percentual calculado por este Tribunal**, referente a **rubrica encargos sociais**, somente poderia ser utilizado, mesmo retroativo, como parâmetro em caso de identificação de prejuízo ao erário em sede de TCE, quando a empresa responsável por incluí-la em seu orçamento teria a oportunidade para justificá-la. Em caso de contas anuais, somente os responsáveis são chamados, ferindo a ampla defesa.

4.9.13. Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria Colegiada e não pelo Diretor Técnico.

4.9.14. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pela **procedência parcial das alegações** apresentadas pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, o que poderá ser aproveitada pelos demais, com relação a este item.

(...)

Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 506/530.

21. O **Subitem 1.2.2.2** (fls. 3.214v/3.218* vol. 13) consigna os seguintes relatos:

a) contratação de serviços de fiscalização de áreas urbanas e rurais, cujas atribuições constam do plano de cargos da empresa, configurando terceirização da atividade-fim da TERRACAP;

b) **contabilização da despesa no elemento 339037** (locação de mão de obra), **contrariando a princípio o disposto no § 1º do art. 18 da LRF;**

c) ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados;

d) inclusão de reserva técnica sobre o valor da mão de obra, configurando pagamento por serviços não prestados, contrariando jurisprudência do TCU e TCDF; fixação de encargos sociais substancialmente superior ao delimitado pelo TCDF na Decisão nº 544/10; e

e) falta de comprovação detalhada dos serviços realizados.

22. A referida contratação é objeto do Processo nº 111.001.278/2004 e Edital de Concorrência nº 28/2005/COPEL/SUCOM/SEF, licitado pela Central de Compras do GDF e refere-se à contratação da empresa Contal – Empreiteira de Reformas e Serviços Ltda. (fl. 3.214* vol. 13).

23. Deve-se registrar que as eventuais irregularidades constantes das alíneas 'a', 'd' e 'e' **são afetas à fase licitatória** e, portanto, **não podem repercutir no julgamento destas contas**, cujo exercício de referência é 2009.

24. Ainda, quanto à suposta falta registrada na alínea 'd', não seria possível atender, em 2009, entendimento consolidado pelo Tribunal na Decisão nº 544/2010 e tampouco o Acórdão nº 1.957/2010 - TCU/Plenário. Portanto, esses apontamentos podem ser excluídos do **Subitem 1.2.2.2.**" (Grifos no original



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

e acrescidos).

70. Quanto ao achado, mister registrar que o art. 1º do Decreto nº 25.937/2005 apresenta **rol taxativo** com as atividades passíveis de substituição por mão-de-obra terceirizada. Nesse contexto, conforme sopesou o Controle Interno, atividades incluídas no projeto básico concernente ao **Edital de Concorrência nº 28/2005 – COPEL/SUCOM/SEF** albergam o campo de atuação dos Técnicos de Fiscalização.

71. Sendo assim, no sentir deste Órgão Ministerial, a **terceirização de postos de trabalho** indicados pelo Controle Interno alcançou a atividade finalística da entidade, o que representa **afronta à regra constitucional do concurso público**, insculpida no art. 37, II, da Constituição Federal e no art. 19, II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que assim dispõem, respectivamente:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;”

“Art. 19. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, transparência, eficiência e interesse público, e também ao seguinte:

(...)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado, em lei, de livre nomeação e exoneração;”

72. Dessa sorte, aos olhos deste **Parquet** especializado, é possível concluir pela inviabilidade de alocação de terceiros para desenvolvimento dos serviços atinentes ao técnico de fiscalização, por ofensa ao postulado do concurso público. Malgrado a assinatura do ajuste em exercício diverso, conforme bem anotado pelo ACE responsável pela elaboração da Informação nº 70/2017 –



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

*SECONT/3ª DICONT, a falha perpassou o exercício em exame, fato que deve ser considerado pelo e. **TCDF**.*

73. Ademais, para o **MPC/DF**, tampouco devem ser acolhidos os argumentos engendrados em relação à reserva técnica e aos encargos previdenciários. Na espécie, eventual entendimento do e. **TCDF** quanto à inclusão dos aludidos componentes no custo das contratações representa tão somente a aplicação no caso concreto de previsão legal que fixa os encargos previdenciários incidentes nas contratações realizadas pelo Poder Público, bem como da regra que obsta o locupletamento ilícito do contratado. Vale lembrar que a aplicação do art. 17, III, **b**, da LC nº 1/1994 demanda a identificação do descumprimento de norma legal, como verificado no caso em exame, e não a inobservância de deliberação do e. **Tribunal**.

74. Ainda quanto ao achado, oportuno reforçar que o regime jurídico aplicável aos contratos administrativos confere ao Poder Público a **prerrogativa de fiscalizar a realização dos objetos pactuados**, consoante o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, também conhecida como **cláusula exorbitante**. Todavia, **conforme sobejamente demonstrado nos autos, o cumprimento da incumbência em destaque ocorreu de maneira bastante fragilizada na espécie**, ante a constatação de ausência de instrumentos de controle e avaliação dos serviços prestados e a configuração de pagamento por serviços não prestados. Frisa-se que esse direito **não é uma faculdade** conferida à Administração, **mas sim um poder-dever**, conforme entendimento doutrinário há muito sedimentado⁶.

75. Ainda, importante concluir que a obrigação de fiscalizar a execução de avenças e **anotar as ocorrências relacionadas em registro próprio** já foi abordada por esta c. **Corte de Contas em diversas oportunidades** (e.g. r. Decisão nº 5.707/2006), aplicando-se multa ao responsável. Ante a sanção aplicada, evidente a reprovabilidade da impropriedade em destaque.

76. Ademais, oportuno ressaltar que recente julgado do e. **TCU** reconheceu a possibilidade de responsabilização da **autoridade que indica servidor inapto** para o desempenho das atribuições inerentes à fiscalização da execução de contratos. A propósito, segue excerto do precedente em referência:

“1.13. com arrimo no art. 4º, da Portaria Segecex 13/2011, dar ciência ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins (DSEI-TO) de que **a fiscalização de contratos regidos pela Lei 8.666/1993 é prerrogativa legal (art. 58, inciso III, e art. 67, da Lei 8.666/1993), relevante e indispensável à boa gestão dos órgãos e entidades públicas**, valoriza o gasto público e contribui para a eficiência e efetividades de ações

⁶ e.g. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 280.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

governamentais, e que a negligência de fiscais de contrato designados pela Administração atrai para si a responsabilidade por eventuais danos que poderiam ser evitados, assim **não exime o gestor que designa pessoa inapta a exercer tal encargo ou não supervisiona aquele que procede de maneira omissa ou improba** (acórdão 3641/208-Segunda Câmara, acórdão 2913/2012-Plenário).”

(TCU - Acórdão nº 9.240/2016, Segunda Câmara, Rel. Min. Ana Arraes, DOU de 3/8/2016)

77. Nessa esteira, cabe ao titular do órgão a fiscalização dos atos de seus subordinados, pois o gestor não pode se isentar dessa sua responsabilidade (***culpa in vigilando***), inerente ao seu cargo, bem como perante o próprio ato de escolha ou manutenção de seus auxiliares (***culpa in eligendo***).

78. Imperioso, portanto, o reconhecimento da **improcedência das justificativas** e, por conseguinte, a **prolação de deliberação definitiva pela irregularidade das contas dos justificantes**, em razão do descumprimento do **poder-dever** previsto nos art. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/1993.

79. Em relação ao liame entre a irregularidade e a gestão dos responsáveis, insta ressaltar que os agentes, enquanto membros da diretoria colegiada, detinham a função gerencial de fiscalização das avenças firmadas pela entidade.

80. A propósito, o **MPC/DF** entende que, como membros da Diretoria Colegiada, competia aos responsáveis o exercício da Administração da Companhia. A função em comento engloba a **definição das competências das Unidades Orgânicas e das atribuições das chefias** (artigo 25, I e IV, do Estatuto Social⁷), tendo, portanto, o **poder-dever de fiscalização**.

“Art. 25 - À **Diretoria Colegiada, compete**, além de outras atribuições permitidas neste Estatuto:

I - administrar a TERRACAP, tomando as providências adequadas à fiel execução das deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração regulamentando-as com expedição de normas e instruções gerais e/ou específicas;

(...)

IV - definir as competências das Unidades Orgânicas e as atribuições das chefias;”

81. Nesse sentido, o **MPC/DF** opina pela inclusão do subitem em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

*exame no rol de falhas com o condão de ensejar o **julgamento irregular** das contas em exame.*

82. Quanto ao eventual descumprimento de norma atinente à responsabilidade na gestão fiscal, forçoso trazer à baila que o e. **TCDF**, nos termos da r. Decisão nº 3.570/2012, proferida no Processo nº 3.474/2004, firmou entendimento quanto ao enquadramento da entidade distrital no conceito de **estatal independente**.

83. Desta feita, até ulterior deliberação desta c. **Corte de Contas** em sentido contrário, não deve repercutir no julgamento das contas da jurisdição eventual descumprimento do art. 18, § 1º, da LC 101/2000, em consonância com os termos do art. 1º, § 3º, I, **b**, da LRF.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.10 **Subitem 1.2.2.3** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - não realização de licitação pública motivada pela adesão irregular à ata de registro de preços, com a **indicação de marca e sem a comprovação da vantagem econômica**; celebração de contrato e de **termo aditivo após a vigência da ata de registro de preços**; aditivo firmado com **acréscimo quantitativo**, por item, **superior a 25%** permitido pela lei de licitações e contratos (fls. 3218/3220*).

4.10.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 268) **que a escolha da marca 3COM é justificada no fato dela ser detentora da tecnologia XRN empregada na TERRACAP.**

4.10.2. **Análise:** Considerando que o assunto exigiria conhecimento técnico afeto ao Núcleo de Fiscalização de Tecnologia de Informática – NFTI, poderíamos, preliminarmente, encaminhar estes autos ao referido núcleo antes de concluirmos a análise das razões de justificativas apresentadas. Entretanto, as várias irregularidades identificadas, por si só, **ensejarão a proposição de julgamento irregular destas contas anuais**, dispensando a necessidade de uma análise mais apurada, podendo ser considerada a alegação, sobre a escolha da marca, **procedente**.

4.10.3. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 323/324) que as irregularidades estão relacionadas à **fase preparatória de**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

adesão à ARP relativa à área de tecnologia da informação não afeta à Diretoria Técnica e de Fiscalização.

4.10.4. **Análise:** Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela **Diretoria Colegiada** e não pelo Diretor Técnico. 4.10.5. **Comentários adicionais:**

4.10.6. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **procedência parcial das alegações ofertadas** pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS, com relação ao tópico em questão, sendo aproveitada pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS.

(...)

Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 506/530.

25. O **Subitem 1.2.2.3** (fls. 3.218/3.220*) registra os seguintes apontamentos:

- a) não realização de licitação pública motivada pela **adesão irregular à ata de registro de preços;**
- b) com a **indicação de marca** e sem a comprovação da vantagem econômica;
- c) **celebração de contrato e de termo aditivo após a vigência da ata de registro** de preços; e
- d) **aditivo firmado com acréscimo quantitativo**, por item, superior a 25% permitido pela lei de licitações e contratos;

26. A adesão à Ata de Registro de Preços nº 024/07, do Departamento de Ciência e Tecnologia é objeto do Processo nº 111.002.324/2008, sendo o Contrato Nutra/Proju nº 001/2009 **firmado em 13/01/2009** (fl. 3.218/3.218v*). De pronto, verifica-se que os procedimentos administrativos atinentes à adesão ocorreram em 2008, **afastando, portanto, a repercussão desses fatos no julgamento desta PCA.**

27. Não bastasse isso, deve-se registrar que a questão da indicação de marca por jurisdicionado que utiliza a tecnologia XRN (proprietária da marca 3COM) foi examinada pelo Núcleo especializado desta Casa mediante a Info nº 30/14 NFTI, lavrada no Processo nº 28.662/2010, que concluiu:

No caso em questão, entendem-se procedentes os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

argumentos apresentados, vez que a SES/DF **buscou padronizar o seu parque computacional** (Princípio da Padronização), preservando toda a expertise do seu corpo técnico e investimentos já realizados em equipamentos anteriormente adquiridos.

28. Remanescem, pois, os apontamentos das alíneas 'c' e 'd', que registram a celebração, em 12/02/2010, do Termo Nutra/Proju nº 20/2010, sem constar dos autos a prorrogação da Ata nº 024/07 e com itens suplementados além do limite de 25% estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos (fls. 3.219/3.219v*). Desta forma, dada a anualidade característica das contas anuais, essas indicações não repercutem no julgamento destes autos, porquanto se referem a atos administrativos ocorridos em 2010. **Em consequência, podem ser afastadas as indicações contidas no Subitem 1.2.2.3.**" (Grifos no original e acrescidos).

84. Impende ressaltar que os justificantes não impugnaram especificamente todas as irregularidades indicadas no achado, o que, **per se**, permitiria concluir pela manutenção do item no rol de irregularidades passíveis de macular a gestão objeto da presente PCA.

85. Contudo, não é demais lembrar que é **imprescindível** à adesão à ARP a apresentação de **estudos técnicos e econômicos que justifiquem e comprovem, de forma indubitável, que tal opção figura mais vantajosa para a Administração Pública**. Portanto, necessário que haja uma **ampla pesquisa de preços prévia à adesão**, de forma a assegurar que os valores registrados na ata que se pretende aderir são **compatíveis** com aqueles praticados no mercado.

86. Segundo o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, a Administração Pública está **peremptoriamente vinculada ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa**, de modo que, mesmo nas adesões a ARPs, deverá o órgão ou entidade realizar **ampla pesquisa de preço** para demonstrar que os valores registrados estão dentro daqueles praticados pelo mercado.

87. A propósito, o entendimento doutrinário:

"O dever de controle da regularidade do conteúdo do registro de preços recai sobre a própria Administração Pública. Cabe aos agentes estatais, de ofício, verificar se as ofertas constantes do registro de preços são satisfatórias, tanto sob o aspecto qualitativo como quanto ao próprio valor. Tal como já exposto, **é obrigatório verificar se os preços constantes do registro de preços são compatíveis com os praticados**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

no mercado por ocasião de cada contratação efetiva.”⁸

88. Pela relevância, este **Parquet** especializado traz à colação entendimento do e. **Plenário** do c. **TCU**, que segue a mesmo raciocínio acima exposto:

“A adesão a ata de registro de preços de órgão diverso da Administração Pública **não prescinde da caracterização do objeto a ser adquirido, das justificativas contendo o diagnóstico da necessidade da aquisição e da adequação do objeto aos interesses da Administração, da pesquisa de preço com vistas a verificar a compatibilidade dos valores dos referidos bens com os preços de mercado e do cumprimento ao limite imposto pelo art. 8º, §3º, do Decreto n. 3.931/2001, segundo o qual se proíbe a compra de quantidade superior à registrada na ata”.**

(Acórdão nº 2.764/2010, **Plenário**, Rel. Min.-Substituto **Marcos Bemquerer**).

89. A avaliação desses requisitos deveria ser ratificada por ocasião da assinatura do ajuste, que **ocorreu em 13/01/2009**. Desta feita, este **MPC/DF** entende que as falhas ocorridas durante o planejamento da licitação devem repercutir no julgamento das contas em exame, mormente em razão do ato que materializa a omissão dos responsáveis, qual seja, a celebração do Contrato nº 01/2009, **ter sido perpetrado em 2009**. Além disso, não se pode olvidar que a prorrogação do ajuste em 12/2/2010 torna clara a ocorrência de falhas graves no planejamento da contratação durante o exercício objeto destas contas anuais, especialmente em razão da existência de óbice legal para realização da avença.

90. Afora as falhas na fase interna do procedimento licitatório, imperioso sublinhar a inviabilidade jurídica da adesão realizada pela pasta, visto que, conforme destacado pelo Controle Interno, a Ata de Registro de Preços nº 24/2007 vigorou até **4/12/2008**.

91. Nos termos do art. 15, § 3º, III, da Lei nº 8.666/1993 e do art. 4º do Decreto nº 3.931/2001, **a validade de registro de preços não pode superar o período de um ano, já incluído eventual prorrogação**. É dizer, as adesões à Ata de Registro de Preços só têm validade se realizadas **dentro do prazo de validade** desse instrumento, não obstante **a execução do ajuste** poder ocorrer após o término desse prazo.

92. Dessarte, **o registro de preços realizado em 2008** pelo Departamento de Ciência e Tecnologia, que foi homologado em 4/12/2007, **já estava com a validade expirada em 13/1/2009**, no momento da celebração do contrato pela entidade distrital.

⁸ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012, p. 244.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

93. Com efeito, aos olhos do **MPC/DF**, **são improcedentes as justificativas apresentadas em relação ao subitem em exame**, sendo cogente o **julgamento irregular** das contas dos responsáveis.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.11 **Subitem 1.2.2.7** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - irregularidades na contratação de serviços de tecnologia da informação com a empresa CTIS Tecnologia S.A., **relacionadas a projeto básico insuficientemente detalhado**, não baseado em estudos preliminares adequados, com falta de delimitação de sistemas a serem desenvolvidos e implantados, de parte dos serviços, quantidades e níveis de serviços; fixação de preços mínimos, implicando em desclassificação irregular de proposta de preços de licitante; exigência de quesitos técnicos que **restringiram o caráter competitivo da licitação**; **aditivo não baseado em acréscimos de serviços**; **prorrogação do contrato sem a comprovação da vantajosidade econômica**; **prejuízos na ordem de R\$ 1.582.000,00, correspondente a 35% dos valores pagos em 2009, decorrentes de faturamento por serviços não prestados ou por excesso de horas em relação aos níveis de serviços esperados**; falta de detalhamento de serviços de maior complexidade por meio de ordens de serviços e realização de serviços simples por categorias profissionais superiores, cujo valor da hora de mão de obra era maior (fls. 3224/3237*).

4.11.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 269) que somente após aprovação do TCDF que a licitação foi realizada e o contrato firmado com a vencedora, que a TERRACAP apresentou esclarecimentos por meio do Ofício nº 254/2012 – PRESI e o caráter técnico está detalhado nas folhas 753/1273 do Processo nº 480.000.077/2012 (Anexo VIII).

4.11.2. **Análise:** O Processo que o Tribunal autuou para analisar a licitação foi o de nº 3.149/2008. Por meio da Decisão nº 2.018/2008, o TCDF tomou conhecimento do projeto básico com as alterações propostas pela TERRACAP e autorizou a retomada do processo licitatório. Desta forma, **somos pela procedência da alegação quanto às irregularidades no projeto básico e no quesito técnico anotadas pelo Controle Interno.** 4.11.3. **Não houve manifestação dos justificantes com relação à**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

irregularidade verificada no aditivo, na prorrogação do contrato e nos pagamentos de valores sem a contraprestação devida.

4.11.4. Sobre as folhas 753/1273 do Processo nº 480.000.077/2012, indicadas pelos justificantes, considerando que são mais de 500 páginas, deixaremos de analisá-las, tendo em vista as argumentações inseridas nos parágrafos 4.1.1 ao 4.1.4, cabendo a quem as indicou apresentar as alegações pertinentes indicando a documentação comprobatória.

4.11.5. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 325/327) alegou que todas as falhas decorreram de **atos praticados em 2007 e 2008 e que são afetas à área de tecnologia da informação, não abrangidas pela Diretoria Técnica.**

4.11.6. **Análise:** Apesar da licitação ter ocorrido em período diverso do em análise, a continuação de sua execução configura irregularidade que deveria ter sido corrigida na contratação ou nos exercícios seguintes.

4.11.7. Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria e não pelo Diretor Técnico.

4.11.8. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela procedência parcial das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS, com relação ao tópico em questão, podendo ser aproveitada pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS.

94. Conforme é possível depreender do Relatório de Auditoria do Controle Interno, o achado alberga o exame do contrato entabulado no Processo nº 111.002.385/2006. No que concerne ao exercício em exame, a narrativa da então Controladoria-Geral do Distrito Federal indica **a ausência de vantajosidade na assinatura do Termo Aditivo nº 207/2009, assinado em 9/9/2009.** Com efeito, não devem prosperar as justificativas com fulcro na ausência de irregularidades no exercício em exame.

95. Ademais, o Relatório de Auditoria nº 7/2012 – DIROH/CONT/STC, fls. 3.202/3.379, reportou **falhas graves na fiscalização da execução da avença**, que teriam culminado, inclusive, em prejuízo ao Erário Distrital decorrente do **faturamento de serviços não executados.**

96. Oportuno ressaltar que o art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993 estabelece que a assinatura de aditivos deve ser amparada em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

pesquisa capaz de **comprovar** que a continuidade dos pactos buscou a obtenção de melhores preços e condições para a Administração, o que não ocorreu na espécie.

97. Nesse diapasão, importante ressaltar que se encontra sedimentado o entendimento de que **a prorrogação da vigência de contratos de natureza continuada não afasta a obrigação de se perseguir a situação mais vantajosa para a Administração** (TCU, v. Acórdão nº 1.047/2014, **Plenário**, Rel. Min. **Benjamin Zymler**, DOU de 23/4/2014).

98. Outrossim, em relação às falhas na fiscalização do contrato, conforme dito alhures, o regime jurídico aplicável aos citados contratos confere à Administração Pública a **prerrogativa de fiscalizar a realização dos objetos pactuados**, consoante o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993.

99. Desta feita, este **Parquet** tem entendimento de que as **falhas identificadas possuem o condão de ensejar o julgamento irregular das contas anuais dos responsáveis pela gestão em exame** (art. 17, III, b, da LC nº 1/1994).

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.12 **Subitem 1.2.2.8** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - **irregularidades na execução do Contrato nº NUTRA/PROJU 185/2005**, firmado com Sublime Serviços Gerais Ltda., relativas ao **projeto básico não baseado em estudo técnicos preliminares** e que não se pautou na **mensuração da quantidade de serviços** a serem prestados, e **aditivos irregulares** (fls. 3237.v/3244*).

4.12.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 270) que, **no exercício de 2009, não houve alteração na metragem dimensionada**, mantendo-se a originalmente prevista no projeto básico.

4.12.2. **Análise:** O Controle Interno verificou que a TERRACAP contratou 44 serventes para limpeza de 8.645,50 m², indicando a produtividade de 196,49 m² por servente, quando a produtividade prevista na **Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI do Ministério do Planejamento** era de **600 m² para áreas internas**. De acordo com o cálculo de produtividade da referida IN, a **TERRACAP necessitaria de 14 serventes de limpeza, gerando um custo mensal a maior de R\$ 53.831,70**. Cabe acrescentar que o contrato previa, ainda, **o percentual de 7% para custear a reserva técnica**, configurando cobrança por serviço não prestado. Os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

justificantes, **ao manterem a quantidade de serventes licitada**, sem qualquer tipo de questionamento, perpetuaram a irregularidade identificada.

4.12.3. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 328/331) alegou que a prorrogação de prazo, **realizada por meio do Termo Nutra/Proju nº 172/2009, não deve macular as contas**, tendo em vista que o serviço vinha sendo executado sem qualquer ressalva nos exercícios anteriores e que as demais irregularidades são relativas a outros exercícios.

4.12.4. Argumentou que o serviço de limpeza e conservação era afeto ao Núcleo de Serviços Gerais subordinado à Diretoria de Recursos Humanos, Administração e Finanças.

4.12.5. **Análise:** Sobre as alegações de que não houve ressalvas ou de que se referem a outros exercícios, o comentário efetuado no § 4.12.2 discorda das alegações, onde se concluiu pela permanência da irregularidade verificada e sua repercussão nas presentes contas.

4.12.6. Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela **Diretoria Colegiada** e não pelo Diretor Técnico.

4.12.7. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações ofertadas** pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 506/530.

(...)

29. O **Subitem 1.2.2.8** (fls. 3.237v/3.244* vol. 13) consigna as seguintes ocorrências:

a) **irregularidades na execução** do Contrato nº NUTRA/PROJU 185/2005, firmado com a empresa Sublime Serviços Gerais Ltda., relativas a projeto básico não baseado em estudos técnicos preliminares e que não se pautou na mensuração da quantidade dos serviços a serem prestados;

b) aditivos **irregulares**.

30. A aludida licitação foi promovida mediante o Pregão nº 377/2005- SUCOM/SEF e originou o Contrato nº 185/2005, firmado em 11/08/2005 (fl. 3.237v*). De pronto, verifica-se



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

que as **irregularidades** descritas na alínea 'a' **não podem repercutir** no julgamento destas contas, **ainda que a vigência do ajuste se estenda até 2009**, porquanto se referem a falhas do **procedimento licitatório**. Dos termos aditivos, **apenas o quarto foi efetivado em 2009** e dispôs sobre a prorrogação por mais doze meses, mantendo o valor do contrato. Ressaltamos que a IN 02/2008 – SLTI, que estabeleceu índices de produtividade para o serviço em questão, é posterior ao procedimento licitatório. Assim, não se vislumbra irregularidade imputável ao período de referência destas contas.

(...)

Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 506/530.

(...)

29. O **Subitem 1.2.2.8** (fls. 3.237v/3.244* vol. 13) consigna as seguintes ocorrências:

a) **irregularidades na execução do Contrato nº NUTRA/PROJU 185/2005**, firmado com a empresa Sublime Serviços Gerais Ltda., relativas a projeto básico não baseado em estudos técnicos preliminares e que não se pautou na mensuração da quantidade dos serviços a serem prestados;

b) **aditivos irregulares**.

30. A aludida licitação foi promovida mediante o Pregão nº 377/2005- SUCOM/SEF e originou o Contrato nº 185/2005, firmado em 11/08/2005 (fl. 3.237v*). De pronto, verifica-se que as irregularidades descritas na alínea 'a' **não podem repercutir** no julgamento destas contas, **ainda que a vigência do ajuste se estenda até 2009**, porquanto se referem a falhas do procedimento licitatório. Dos termos aditivos, **apenas o quarto foi efetivado em 2009** e dispôs sobre a prorrogação por mais doze meses, mantendo o valor do contrato. Ressaltamos que a IN 02/2008 – SLTI, que estabeleceu índices de produtividade para o serviço em questão, é posterior ao procedimento licitatório. Assim, não se vislumbra irregularidade imputável ao período de referência destas contas." (Grifos no original e acrescidos).

100. Semelhante ao exame engendrado em relação ao **subitem 1.2.2.7**, aos olhos deste **MPC/DF**, a Terracap não realizou **pesquisa prévia de mercado para supedanear a celebração do quarto termo aditivo ao contrato**, formalizado por meio do Termo Aditivo Nutra/Proju nº 172/2009, que foi firmado em **7/8/2009**, em desacordo com o art. 3º e 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

101. Ademais, conforme noticiado no relatório do Controle Interno,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

considerando que a reclamação concernente aos reajustes não concedidos foi apresentada em **10/5/2009** e que não houve previsão de aplicação de índice de reajustamento no primeiro, no segundo e no terceiro termos aditivos, constitui fato irregular a concessão de recomposição retroativa ao início da vigência do contrato.

102. **In casu**, a assinatura de termo aditivo de prorrogação, sem a demonstração do intento de atualizar o valor da avença, causou a **preclusão lógica** do reajuste pretérito relativo ao período abarcado pelos aditivos já entabulados. A propósito, transcrevo trecho do v. Acórdão nº 1.827/2008 prolatado pelo c. **Tribunal de Contas da União**, ao tratar de repactuação contratual, **instituto semelhante ao reajuste**, ambos espécie do gênero **recomposição**⁹, que ratifica o acima exposto:

“A partir da data em que passou a vigor as majorações salariais da categoria profissional que deu ensejo à revisão, a contratada passou a deter o direito à repactuação de preços. Todavia, ao firmar o termo aditivo de prorrogação contratual sem suscitar os novos valores pactuados no acordo coletivo, ratificando os preços até então acordados, a contratada deixou de exercer o seu direito à repactuação pretérita, dando azo à ocorrência de preclusão lógica.”

(Acórdão nº 1.827, **Plenário**, Rel. Min. **Benjamin Zymler**, DOU de 29/8/2008).

103. Por conseguinte, **não merecem** guarida as razões de justificativa invocadas.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.13 **Subitem 1.2.2.9** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - **contratação de serviços de publicidade e propaganda com vícios insanáveis**, sujeitando-se a anulação do processo por ilegalidade, cujas irregularidades estão relacionadas a **não consideração de planilha de quantidades e custos unitários como anexo do edital**, como exigiu o **TCDF**, ao subjetivismo dos quesitos técnicos exigidos no certame e a incompatibilidade com o plano de comunicação anual; planos de comunicação anuais superficiais; **aditivo firmado sem a correspondente comprovação em planilha de custos unitários e quantidades**; **falta de comprovação da vantajosidade econômica para prorrogar o contrato**; enquadramento **inadequado da contratação como sendo de natureza contínua**, o que permitiu a **prorrogação irregular do**

⁹ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012, p. 906.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

contrato; divergências dos preços faturados em relação às tabelas de preços dos veículos de comunicação; prejuízos decorrentes da execução contratual com evidências de inserções em veículos de comunicação desnecessárias, **no exercício de 2009**, no valor de **R\$ 191.798,76**, e veiculações sem efetividade em jornais locais, no valor de R\$ 1.061.474,22, bem como **inserções em rádios religiosas com motivação insuficiente**, totalizando em R\$ 316.324,39; Ação Civil Pública por **ato de improbidade administrativa**, autuada no Processo nº 2008.01.169374-9, promovida pelo MPDFT por questões semelhantes às apontadas pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle (fls. 3244/3260*).

4.13.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 271) que **a produção de materiais para publicidade acima do valor do contrato encontra justificativa no fato novo**, lançamento do Bairro JARDIM BOTÂNICO, o que, comercialmente, exigiria a realização de campanha de publicidade mais agressiva e que houve redução do montante inicialmente fixado. Por fim, esclarecem que adotaram as providências visando apurar a responsabilidade pela **extrapolação do valor orçamentário**.

4.13.2. **Análise:** A justificativa apresentada não enfrenta a questão tratada neste tópico. 4.13.3. Sobre a Ação Civil Pública nº 2008.01.169374-9, o e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios julgou, em 14/09/2011, procedente o pedido de declarar nula a Concorrência nº 01/2007, cuja vencedora foi a Empresa PLÁ DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA.

4.13.4. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 331/338) alegou que a grande maioria das irregularidades apontadas **referem-se a falhas relacionadas ao planejamento e elaboração do instrumento convocatório que teve início em 2007**, sendo que o contrato foi assinado em 2008.

4.13.5. Argumentaram que não foi apontado qualquer ato praticado pelo justificante com relação ao 1º Termo Aditivo e que a procuradoria jurídica da TERRACAP emitiu parecer favorável à assinatura do 2º Termo Aditivo.

4.13.6. **Análise:** Apesar da licitação ter ocorrido em período diverso do em análise, **a continuação de sua execução configura irregularidade que deveria ter sido corrigida na contratação ou nos exercícios seguintes**, o que, segundo o Controle Interno, gerou um **prejuízo** da ordem de R\$



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

1.569.597,37.

4.13.7. Não houve, por parte do Controle Interno, **qualquer indicação de irregularidade na assinatura do 1º Termo Aditivo**, dispensando o justificante de apresentar razões de justificativas.

4.13.8. Verificada a existência de irregularidade, era **responsabilidade da Diretoria Colegiada**, diante do posicionamento desfavorável do primeiro parecer, questionar o segundo parecer, considerando que os fatores que motivaram a negativa do setor jurídico no primeiro permaneceram.

4.13.9. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

(...)

Despacho nº 9/2017 – SECONT/3º DICONT, fls. 506/530.

(...)

31. O **Subitem 1.2.2.9** (fls. 3.244/3.260* vols. 13/14) traz os seguintes apontamentos:

a) contratação de serviços de **publicidade e propaganda** com vícios insanáveis sujeitando-se a anulação do processo por ilegalidade, cujas irregularidades estão relacionadas a **não consideração de planilha de quantidades e custos unitários como anexo do edital**, como exigiu o TCDF, ao **subjativismo dos quesitos técnicos exigidos no certame e incompatibilidade com o plano de comunicação anual**;

b) planos de comunicação anuais superficiais;

c) **aditivo firmado sem a correspondente comprovação em planilha de custos unitários e quantidades**;

d) **falta de comprovação da vantajosidade econômica para prorrogar o contrato**;

e) enquadramento inadequado da contratação como sendo de **natureza contínua**, o que permitiu a **prorrogação irregular do contrato**;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

f) **divergência dos preços faturados** em relação às tabelas de preços dos veículos de comunicação;

g) prejuízos decorrentes da execução contratual com evidências de **inserções em veículos de comunicação desnecessárias, no exercício de 2009**, no valor de **R\$191.798,76**, e veiculações inefetivas em jornais locais, no valor de **R\$1.061.474,22**, bem como inserções em **rádios religiosas** com motivação insuficiente, totalizando **R\$316.324,39**; e

h) ação civil de improbidade administrativa, autuada no Processo nº 2008.01.169374-9, promovida pelo **MPDFT** por questões semelhantes às apontadas pela STC.

32. A alínea 'a' registra impropriedades relativas ao procedimento licitatório, cuja abertura ocorreu em 22/09/2008 e foi homologado pela Diretoria Colegiada em 04/12/2008, sendo o **Contrato nº 249/2008** firmado em **08/12/2008**. Assim, as impropriedades descritas na alínea 'a' **não podem repercutir no julgamento destas contas**. Deve-se acrescentar que o exame do edital foi realizado pelo Tribunal no Processo nº 19.874/2007. Já a existência de ação civil de improbidade administrativa por questões semelhantes às apontadas pela então Secretaria de Transparência de Controle apenas robustece suas indicações, não podendo constituir uma irregularidade à parte. Assim, as indicações das alíneas 'a' e 'h' podem ser excluídas do **Subitem 1.2.2.9.**" (Grifos no original e acrescidos).

104. Conforme arrazouo o Corpo Técnico na Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICON, fls. 411/505, os responsáveis **não trouxeram em suas Razões de Justificativa elementos suficientes para afastar as falhas indicadas no subitem em destaque**.

105. Em relação à ausência de detalhamento dos custos envolvidos, relembro ser **peremptório** o cumprimento do disposto no art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993 pelos órgãos da Administração, que exige a **especificação dos custos unitários em planilha orçamentária**. A disciplina legal em destaque é cogente e deve nortear a ação dos gestores públicos, independe de determinação deste e. **TCDF**, em observância ao **princípio da legalidade estrita**.

106. Além disso, a **ausência de pesquisa de preço** para assinatura de aditivo afronta a exigência contida no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, pois **não há comprovação** de que a continuidade do pacto buscou a obtenção de melhores preços e condições para a Administração, podendo indicar violação ao **princípio da seleção da proposta mais vantajosa**, previsto no art.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

3º, **caput**, da Lei nº 8.666/1993. Na espécie, vale dizer que a inexistência de planilha de custos unitários inviabiliza a aferição da compatibilidade dos preços praticados com os de mercado.

107. Nesse diapasão, importante ressaltar que o entendimento **sedimentado** nesta c. **Corte** é no sentido de que a **pesquisa prévia** para verificação da adequação dos preços ofertados, **como regra**, deve englobar ao **menos três fornecedores**, conforme as rr. Decisões nºs 538/2006 e 1.565/2007. Deve-se, ainda, verificar se tais preços são os realmente praticados pelo mercado.

108. Na mesma toada caminha o entendimento da c. **Corte de Contas Federal**. A propósito, destaca-se o julgamento prolatado por meio do v. Acórdão nº 1.047/2014-**Plenário**, TC 028.198/2011-5, Rel. Min. **Benjamin Zymler**, DOU de 23/4/2014, no qual o c. **TCU** reafirmou o entendimento plenário de que **a prorrogação da vigência de contratos de natureza continuada não afasta a obrigação de se perseguir a situação mais vantajosa para a Administração**.

109. Importa salientar que o r. **Decisum** tratou da análise de Prestação de Contas Anual da Universidade Federal do Espírito Santo, onde foram identificadas, entre outras irregularidades, a **prorrogação de contrato de natureza continuada sem a comprovação de que a dilação da avença buscou a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração**, situação similar à verificada **in casu**.

110. Ademais, deve-se ter claro que não basta ao gestor o cumprimento do requisito de verificação do preço fundamentado em pesquisa junto a três fornecedores. **Há a necessidade de comprovar que o preço médio auferido é, de fato, aquele praticado pelo mercado**.

111. Para a prorrogação de contratos de natureza continuada, o gestor deve atuar de forma **diligente** a fim de resguardar o Erário e garantir a continuidade da prestação dos serviços públicos. A pesquisa para aferir a viabilidade ou não da prorrogação da avença deveria ocorrer com **antecedência suficiente** para que, se não justificada a vantajosidade da manutenção do atual contratado, a Administração promovesse as medidas para a substituição do prestador do serviço, mediante a realização de certame licitatório.

112. Nunca é demais lembrar que o sucesso nas contratações públicas se sustenta em **três pilares**, dependentes e inter-relacionados, quais sejam: i) **planejamento adequado** da contratação - Projeto Básico elaborado em consonância com a legislação; ii) **procedimento de contratação idôneo** em que sejam observados todos os princípios legais e constitucionais de regência da matéria; e iii) **fiscalização precisa** da execução do objeto contratado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

113. O projeto básico é o pilar mestre da contratação pública. Se o gestor não primar por ser esse o documento que especifique todos os elementos necessários à caracterização do objeto da contratação, com base nas **indicações dos estudos técnicos preliminares**, que demonstrem a viabilidade técnica e que possibilitem a **avaliação do custo do objeto** e a definição dos métodos e do prazo de execução, a contratação **tenderá à irregularidade**.

114. Ao se desvincular das premissas estabelecidas no planejamento da licitação ou de contratação direta, a Administração permite **variações na orçamentação** dos custos previstos para o objeto e possibilita distorções nas propostas de preços apresentadas pelas interessadas com a consequente **não obtenção da proposta mais vantajosa pela Administração**. No presente caso, a ausência de vantajosidade das propostas constitui fato **incontroverso**.

115. Ademais, o subitem em exame indica a existência de dano ao Erário. Entre outras causas, o prejuízo apurado foi consubstanciado em razão de **divergência dos preços faturados** em relação às tabelas de preços dos veículos de comunicação e da execução contratual com evidências de inserções em veículos de comunicação desnecessárias.

116. **In casu**, vale destacar que a contratada não pode receber recursos públicos sem a efetiva contraprestação dos serviços ou entrega de bens, pois isso atenta contra a própria **finalidade pública** e, de acordo com a exegese do parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/1993 e do art. 884 do Código Civil Brasileiro, encontra óbice na **teoria do enriquecimento sem causa**.

117. Se, por um lado, a Administração não pode se eximir de pagar pelos serviços devidamente prestados pelo contratado, este também não pode exigir que a Administração pague por serviços não prestados ou prestados em desacordo com o estabelecido contratualmente, em razão da **comutatividade** e do **caráter sinalagmático** dos contratos.

118. Por esse motivo é que **somente após o atesto das notas fiscais, em que fique demonstrada a prestação dos serviços e o fornecimento dos bens, com a regular liquidação da despesa**, é que a Administração poderá realizar o devido pagamento, conforme disposto nos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964. **E não foi o que ocorreu no caso em análise.**

119. Com efeito, na ausência da convicção da prestação dos serviços, **os pagamentos não poderiam ter sido efetuados**, sob pena de estar-se atentando contra os dispositivos legais que cuidam da execução da despesa pública previstos na Lei nº 4.320/1964 e no art. 58 do Decreto nº 16.098/1994, aplicável ao exercício em comento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

120. Dessa forma, baseado nos elementos constantes dos autos, este **MPC/DF** considera que os pagamentos ocorreram **sem a devida comprovação da integral prestação dos serviços**, demonstrando, além da **inobservância da legislação de regência** da matéria, a **omissão na fiscalização** do contrato e o franco dano ao Erário, sendo **premente a necessidade de ressarcimento**.

121. Não é despiciendo dizer que a fiscalização do contrato, cláusula exorbitante prevista no art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, surge como a **garantia** de que o que foi contratado pela Administração será, de fato, realizado. **Qualquer falha** nesse mister, isto é, na fiscalização/execução do contrato, **comprometerá** o cumprimento da finalidade pública a que a Administração está vinculada.

122. O fiscal/executor de contrato deve zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos e dar amparo à Administração de que os ajustes celebrados serão realmente fiscalizados, o que culminará por minimizar as irregularidades na execução contratual, dentre as quais a realização de pagamento sem a devida contraprestação do objeto contratado e o **descumprimento das cláusulas contratuais sem a devida sanção**, conforme verificado no caso em exame.

123. Sendo assim, não remanesce laivo de dúvida quanto ao descumprimento do poder-dever de fiscalizar o contrato em exame. A negligência indicada parece clara ante a incompatibilidade dos pagamentos realizados com os orçamentos apresentados pelas contratadas e a realização de pagamentos sem cobertura contratual.

124. Dessa forma, as justificativas **não apresentam argumentos contundentes** capazes de infirmar as **falhas graves** indicadas no subitem em exame, o que demanda o **julgamento irregular** das contas dos responsáveis.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 411/505.

(...)

4.14 **Subitem 1.2.3.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – percentual elevado de imóveis não vendidos inclusive nos editais, principalmente em decorrência da **obstrução/ocupação dos terrenos**; falta de detalhamento do tipo de obstrução, prejudicando a venda dos imóveis obstruídos/ocupados; **exclusão de terrenos do edital, visando atender interesses pessoais dos ocupantes irregulares dos imóveis**; **fixação de direito de preferência não previsto na lei de licitações**; aceitação de **documentos ilegais** no exercício do direito de preferência, especialmente a **cessão ilegal de direitos sobre terrenos cedidos por meio do PRÓ-DF**; falta de devolução dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

depósitos de cauções; falta de limitação ao poder econômico na venda de terrenos não considerados unifamiliares, possibilitando à especulação imobiliária (fls. 3266/3272).*

4.14.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 272/273) que os imóveis obstruídos/ocupados constam dos editais de licitação e a condição física dos imóveis que serão levados ao certame licitatório se encontram explicitados nos editais para que os interessados façam sua vistoria **in loco** e que o valor do imóvel é formulado com base no valor de mercado, que a **desobstrução é responsabilidade do licitante vencedor**.

4.14.2. Análise: Sobre os imóveis obstruídos, o Controle Interno inferiu que, talvez, o motivo da baixa taxa de sucesso na venda de imóveis ocorreu pela **falta de detalhamento da situação real dos mesmos**. Não houve questionamento sobre quem deveria arcar com a desobstrução.

4.14.3. Cabe acrescentar que os justificantes **não esclareceram o motivo do não cumprimento do Termo de compromisso de Ajustamento de Conduta nº 001/2009**, firmado pela TERRACAP e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que visava **garantir o direito à devolução das cauções aos respectivos depositantes**, assim como:

1. a **exclusão dos itens nº 137**, solicitado pela Sra. Alzira Saraiva da Silva e 46, solicitado pelo Sr. Luiz Martins Sampaio, **atendendo a interesses individuais em detrimento do público** e nº 53, manifestação de interesse pela Empresa LINEA G. EMPREENDIMENTOS DE ENGENHARIA LTDA., **contrário à norma**, em especial o artigo 3º, § 3º, da Lei nº 1.823/98, referentes ao Edital nº 03/2009 – Processo nº 111.000.235/2009. Além disso, **o direito de preferência não coaduna com as disposições da Lei nº 8.666/93**, sendo baseado em norma interna, favorecendo ocupações irregulares (fls. 3.267.v/3.268*);

2. a não extensão da condição restritiva imposta aos imóveis unifamiliares, qual seja, a impossibilidade de aquisição de dois imóveis pelo mesmo licitante, **permitindo a especulação imobiliária**, apesar da Companhia ter como finalidade o fomento ao desenvolvimento urbano e o deferimento da solicitação de exercício do direito de preferência requerido pelo Sr. Jefferson Sampaio Soares, contrariando o Contrato de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 155/2001 (PRÓ-DF), firmado com o Sr. Geraldo Naves Rodrigues (Proprietário da empresa BRATEL BRASÍLIA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.), o qual poderia exercer o citado direito se não houvesse descumprido a Cláusula 8ª, a qual veda a sublocação e que o referido contrato possuía vigência até 23/01/2006, data limite para o exercício da opção, verificações ocorridas na análise do Edital de Licitação nº 10/2009, por fim cabe acrescentar que a empresa BRATEL BRASÍLIA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. teve seu incentivo econômico cancelado, por meio da Portaria nº 60, de 18/03/2009 (fls. 3.268.v/3.270); e*

3. exclusão do item nº 140, solicitado pela empresa MILTON PINTO DE MESQUITA – ME, sem comprovação da situação alegada, nº 2, solicitado pela LOJA MAÇÔNICA ABARIGO DO CEDRO nº 8, cuja alegação não possui cabimento, nº 51, solicitado pela Sra. MARIA ALVES GUIMARÃES, sem fundamentação legal, tendo em vista que o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra havia expirado em 20/02/2005 (PRÓ-DF), nº 100 sem que houvesse a comprovação do cumprimento de todas as cláusulas do termo de Concessão de Direito Real de Uso e nº 52, sendo que o laudo de vistoria informava o encerramento da alienação em 13/10/2009 e o retorno do imóvel ao estoque da TERRACAP, referentes ao Edital de Licitação nº 14/2009 (fls. 3.270.v/3.271.v).*

4.14.4. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 338/340) alegou que a comercialização de imóveis da TERRACAP não é competência da Diretoria Técnica e Fiscalização.

4.14.5. Análise: Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela **Diretoria Colegiada** e não pelo Diretor Técnico.

4.14.6. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações ofertadas** pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

125. Na esteira do entendimento apresentado pela ACE responsável pela Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 411/505, e pelo Diretor da Terceira Divisão de Contas, fls. 506/530, aos olhos deste **Parquet**, os responsáveis não apresentaram argumentos para debelar as **irregularidades** identificadas no Relatório de Auditoria do Controle Interno.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª SECONT/3ª DICONT, fls. 411/505.

(...)

4.15 **Subitem 1.2.5.2** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - **reconhecimento de dívida irregular**, no valor de **R\$ 994.173,43**, decorrente de despesa que **ultrapassou o montante do contrato emergencial** firmado com a empresa **DQV – Publicidade Ltda.**

4.15.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 273) que foi instaurado **processo administrativo** visando apurar a responsabilidade pelo reconhecimento de dívida beneficiando a empresa DQV PUBLICIDADE LTDA.

4.15.2. **Análise:** A alegação apresentada apenas ratifica a ocorrência verificada pelo Controle Interno.

4.15.3. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 340/341) **alegou que a única irregularidade relacionada ao exercício de 2009 foi a Decisão da Diretoria Colegiada reconhecendo a despesa e determinando seu pagamento. O reconhecimento visou evitar o enriquecimento ilícito da Administração Pública.**

4.15.4. Argumentou que o Chefe da ASCOM informou que os preços praticados eram compatíveis com os de mercado e que foi instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade acompanhado pela Auditoria da TERRACAP.

4.15.5. **Análise:** Assiste razão ao justificante sobre a **obrigatoriedade de realizar os pagamentos de despesas realizadas pela TERRACAP**. Apesar das ilegalidades verificadas pelo Controle Interno, as Notas Fiscais que comprovam a despesa no montante de **R\$ 994.173,43 foram acostadas ao Processo nº 111.002.680/2008.**

4.15.6. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **procedência das alegações ofertadas**, com relação ao tópico em questão, pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, podendo ser aproveitada pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS. (Grifos no original e acrescidos).

126. Este Órgão Ministerial entende de bom alvitre ressaltar que o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

pagamento de R\$ 994.173,43 em 2009, **sem suporte contratual**, configura afronta ao disposto no art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

127. Oportuno arrazoar que o reconhecimento de dívida, **em regra**, almeja indenizar o contratado por serviços prestados sem suporte contratual, de modo a evitar o locupletamento sem causa do Poder Público. No caso em debate, o pagamento da parcela não prevista alcançou a monta de **R\$ 994.173,43**.

128. Nessa hipótese, a indenização ao particular **não pode prescindir** da apresentação de **documentação que comprove a efetiva prestação dos serviços e a legitimidade dos valores**, os quais devem ser adequados ao de mercado. Além disso, apenas deve ser **indenizado aquilo que foi efetivamente aproveitado pela Administração**. Nesse sentido, caminham os entendimentos firmados nas rr. Decisões nºs 437/2011 e 553/2014.

129. Ao compulsar os dados apresentados pela Controle Interno, verifica-se a irregularidade do ato praticado pela Diretoria Colegiada que, em 12/2/2009, reconheceu a despesa e determinou o pagamento, sem abatimento da parcela que extrapolou os benefícios auferidos pela administração.

130. Ademais, forçoso aduzir que a prorrogação de contrato emergencial é **prática vedada peremptoriamente** pelo art. 24, IV, **in fine**, da Lei nº 8.666/1993.

131. Sendo assim, o **MPC/DF** entende que são **improcedentes** os argumentos apresentados.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.16 **Subitem 1.4.1.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - inexistência de controles para acompanhamento e registro, para fins gerenciais, do **valor de mercado dos imóveis** (fls. 3295/3296*).

4.16.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 273/275) que a manutenção de uma pauta contendo os valores atualizados de todos os imóveis, para fins gerenciais, apresenta-se impossível, tendo em vista a **expressiva quantidade de imóveis que compõem o patrimônio da TERRACAP**, as peculiaridades do mercado imobiliário e as oscilações que ocorrem na economia do País que impactam diretamente no comportamento dos valores praticados no mercado imobiliário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.16.2. Por fim, alegaram que o procedimento correto é realizar a avaliação técnica no momento em que a operação comercial ocorrer utilizando o método comparativo direto, mediante análise estatística inferencial utilizando dois fatores indispensáveis usados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e a CÂMARA DE VALORES IMOBILIÁRIOS – CVI, obedecendo os critérios específicos estabelecidos pela NBR 14653-2-2011 (Norma Brasileira de Engenharia de Avaliação).

4.16.3. **Análise:** Os justificantes não apresentaram documentos comprobatórios da quantidade, considerada expressiva pelos mesmos, de imóveis em estoque que inviabilizaria a avaliação real do valor da empresa, assim como não detalharam quais são as peculiaridades do mercado que influenciariam o valor de mercado dos imóveis e como as oscilações na economia impactariam na referida avaliação dos imóveis.

4.16.4. Os justificantes deixaram de mencionar quais seriam os dois fatores indispensáveis para se efetuar a avaliação do preço de mercado dos imóveis postos à disposição da população para aquisição.

4.16.5. A norma da ABNT número NBR 14653-2-2011 somente foi editada em 03.02.2011, sendo válida a partir de 03.03.2011. Desta forma, a TERRACAP não poderia utilizar, em 2009, os parâmetros estipulados naquele normativo.

4.16.6. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 342/343) alegou que a irregularidade não pode ser atribuída ao Titular da Diretoria Técnica e de Fiscalização.

4.16.7. **Análise:** Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela Diretoria Colegiada e não pelo Diretor Técnico.

4.16.8. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

(...)

Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 506/530.

(...)

33. O **Subitem 1.4.1.1** (fls. 3.295v/3.296* vol. 14) registra a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

inexistência de controles para acompanhamento e registro, para fins gerenciais, do valor de mercado dos imóveis.

34. Os justificantes alegaram que a manutenção de uma pauta contendo os valores atualizados de todos os imóveis constantes do patrimônio da TERRACAP para fins gerenciais **'evidencia-se como tarefa virtualmente impossível de se cumprir em face, principalmente, de três fatores, a saber', a expressiva quantidade de imóveis**, as peculiaridades do mercado imobiliário com sua sazonalidade e as oscilações que ocorrem na economia do país (fl. 274).

35. As alegações apresentadas pelos justificantes são razoáveis. Ademais, não há exigência legal que obrigue a elaboração desse controle gerencial dos imóveis em estoque a valor de mercado. Se o administrador público somente pode agir segundo a lei, não se lhe pode exigir conduta que não esteja prevista em legislação." (Grifos no original e acrescidos).

132. Aos olhos do **MPC/DF**, a grande quantidade de imóveis que integram o patrimônio da entidade não é argumento suficiente para afastar a falha em exame. Nessa perspectiva, considerando que a desconcentração administrativa possui o desiderato de dotar de maior eficiência a atividade administrativa, não parece crível anuir com a alegação de dificuldade operacional torna dificultoso o exercício da atividade finalística da Terracap.

133. Entretanto, ao compulsar o relato do Controle Interno, verifica-se que a avaliação do valor de mercado dos imóveis é realizada apenas por ocasião da elaboração de editais de licitação para venda dos ativos.

134. Nesse sentido, malgrado o reflexo do achado nas informações gerenciais da entidade, este **MPC/DF** entende que a falha pode **figurar apenas como ressalva no julgamento da gestão em exame**, conforme já sinalizado por este **MPC/DF** no Parecer nº 125/2013 – ML, fls. 175/186, especialmente pela ressonância da falha na verificação do potencial de geração de receitas da entidade.

"Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.17 **Subitem 1.4.2.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – existência de imóveis com algum tipo de ocupação/obstrução sem que tenha sido promovida a respectiva **ação de recuperação de propriedade do imóvel**; imóveis com financiamento em atraso, **sem a propositura de ações judiciais para a recuperação dos imóveis** (fls. 3296/3296.v*).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.17.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 275/276) que os imóveis com algum tipo de ocupação/obstrução mereciam antecipadamente análise de custo-benefício para a empresa e que, em sua maioria, eram **imóveis do PRÓ-DF** que sofreram acompanhamento técnico específico visando identificar as irregularidades e, **caso necessário, eram adotadas as providências para sua reintegração ao patrimônio da empresa.**

4.17.2. Os imóveis, cujo financiamento se encontrava em atraso, passavam por um **período de negociação de parcelamento da dívida acompanhado pela Procuradoria Jurídica da empresa** antes da propositura de ação judicial.

4.17.3. **Análise:** Os justificantes não demonstraram como eram feitas as avaliações e quais as providências adotadas pela empresa, assim como **não comprovaram que a empresa efetuou os parcelamentos das dívidas sem a propositura de ação judicial.**

4.17.4. O Controle Interno verificou que os ocupantes irregulares exerciam o direito de preferência na aquisição de imóveis a comercializar, ao invés de sofrerem ação administrativa ou judicial de retomada do bem, em detrimento dos demais licitantes. O CI verificou, também, a existência de **créditos prescritos sem a devida adoção das medidas necessárias para resguardar os cofres da TERRACAP.**

4.17.5. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 343/344) alegou que as atividades questionadas são relacionadas à Diretoria de Recursos Humanos, Atividades e Finanças e pelo Núcleo de Contratos.

4.17.6. **Análise:** Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela **Diretoria Colegiada** e não pelo Diretor Técnico. 4.17.7. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.”

135. Na esteira do entendimento apresentado pelo Corpo Técnico, este **MPC/DF** entende que os responsáveis pela gestão em exame **não apresentaram argumentos idôneos** para comprovar a adoção de medidas efetivas para resguardar o interesse público,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

em que pese a existência de ocupações irregulares de imóveis e de financiamento em atraso.

136. Portanto, acompanhando o entendimento uníssono do Corpo Instrutivo, este **MPC/DF** opina pelo **não acolhimento** dos argumentos expostos nas razões de justificativa apresentadas em atenção à audiência determinada pela r. Decisão nº 3.812/2016.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 411/505.

(...)

4.18 **Subitem 1.6.2.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - **decisões estratégicas adotadas pela empresa sem análise pelo Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (CONFI)**; estabelecimento pela TERRACAP de convênios, de acentuado valor, **sem o exame do Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (CONFI)**; ausência de manifestação quanto ao **cumprimento das metas da Participação nos Lucros e Resultados – PPR** (fls. 3308/3309*).

4.18.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 276/277) que as decisões são tomadas de forma colegiada pela Diretoria Executiva com estreita observância dos comandos contidos no Estatuto Social, no Regimento Interno e nos instrumentos normativos que regem o comportamento de seus dirigentes.

4.18.2. Os justificantes anotaram que o artigo 25, inciso V, do Estatuto Social dispunha que uma das **atribuições da Diretoria Colegiada** era ‘autorizar, dentro das normas aprovadas pelo Conselho de Administração, contratos de obras ou os que envolvam obrigações para a Empresa’.

4.18.3. Por fim, entendem que não ocorreram falhas de sua parte no desempenho de suas funções por não terem submetido à apreciação e aprovação do CONAD e do CONFI operações que foram implementadas visando cumprir os objetivos da TERRACAP, sendo esta uma prerrogativa da Diretoria.

4.18.4. **Análise: Cabe razão ao justificante quando alega que não há a obrigatoriedade de autorização do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal para se firmar contrato ou convênio.**

4.18.5. O Controle Interno verificou que o cumprimento/avaliação do Planejamento Estratégico (Projeto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Órion) e das **metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados da companhia não teve apreciação por parte do Conselho de Administração**, descumprindo o artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e o artigo 142, inciso VI, da Lei nº 6.404/76.

4.18.6. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 344/347) alegou que o **Conselho de Administração não possuía competência para deliberar, aprovar ou autorizar a assinatura de contratos ou convênios**.

4.18.7. **Análise:** Cabe razão ao justificante quando alega que não há a obrigatoriedade de autorização do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal para se firmar contrato ou convênio.

4.18.8. **Conforme análise efetuada no § 4.18.4, houve descumprimento do artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e do artigo 142, inciso VI, da Lei nº 6.404/76.**

4.18.9. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela procedência parcial das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão, mantendo-se somente a irregularidade verificada na ausência de apreciação do cumprimento/avaliação do Planejamento Estratégico (Projeto Órion) e das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados por parte do Conselho de Administração, descumprindo o artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e o artigo 142, inciso VI, da Lei nº 6.404/76." (Grifos no original e acrescidos).

137. A alegação quanto à inexistência de obrigatoriedade de submeter os contratos ao descortino prévio do Conselho de Administração da Companhia **deve ser acolhida**, levando em conta o disposto no art. 142, VI, da Lei nº 6.404/1976. Segundo a dicção do aludido dispositivo, a exigência de manifestação prévia do aludido colegiado quanto aos ajustes firmados pela entidade **demandava previsão no Estatuto Social**.

138. Lado outro, conforme sublinhou o Corpo Técnico, restou evidente o descumprimento do artigo 21, inciso VIII, do Estatuto Social e do artigo 142, inciso VI, da Lei nº 6.404/1976, ante a ausência de manifestação do órgão deliberativo **acerca das metas de participação nos lucros e resultados**.

139. Quanto à **questão**, vale ressaltar que atos semelhantes aos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

*inquinados, verificados em exercícios anteriores ao ora em exame, foram considerados pela c. Corte de Contas **antieconômicos e incompatíveis com o princípio da legalidade estrita**, estabelecido no art. 37 da CF/1988 e no art. 19 da LO/DF, conforme dicção das r. Decisões nºs 956/1995, 3.397/1999, 4.133/2000 e 410/2003.*

140. De modo exemplificativo, vale transcrever os termos da r. Decisão nº 410/2003, proferida nos autos do Processo nº 1.317/2001:

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 509/2002-PRESI, considerando cumprida a diligência determinada no item II da Decisão nº 1.800/02 e **insubsistentes as justificativas apresentadas pela TERRACAP** (fls. 71/90); II - com fulcro no § 5º do artigo 182 do Regimento Interno/RI desta Casa, **chamar em audiência os responsáveis** nominados no 47º parágrafo da Informação, ante a possibilidade de aplicação das sanções consentidas no artigo 182, II, do RI/TCDF, c/c o artigo 57, II, da Lei Complementar nº 1/94, para que apresentem, no prazo de 30 dias, suas razões de justificativa, em razão da **concessão dos seguintes benefícios ou vantagens**, via Acordo Coletivo de Trabalho (com vigência de 01/11/2001 a 31/10/2003), **sem o devido amparo legal, em afronta ao princípio da legalidade previsto no ‘caput’ do artigo 37 da Carta Magna: participação nos resultados (Cláusula 1ª), gratificação de atividades essenciais no valor de R\$ 400,00 (Cláusula 2ª), parcelamento de férias (Cláusula 7ª), incorporação de emprego em comissão ou função gratificada (Cláusula 14ª), conversão da licença administrativa remunerada em pecúnia (Cláusula 15ª), auxílio-doença (Cláusula 18ª);** III. determinar à Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP que adote providências para ressarcimento ao erário das quantias indevidamente pagas; IV. retornar os autos à 3ª ICE, para providências decorrentes do item precedente.” (Grifos acrescidos e no original).

141. Não obstante, este **MPC/DF** sublinha que, conforme subitem **b** da r. Decisão nº 3.570/2012, a participação nos resultados da empresa pelos empregados da TERRACAP deverá ser alvo de estudos técnicos e jurídicos pelos órgãos competentes do Poder Executivo Distrital, condicionada à observância das prescrições da Lei nº 10.101/2000, em especial às constantes no § 1º, incisos I e II, do art. 2º, da norma indicada.

142. De todo modo, a deliberação em **comento não afasta a irregularidade atinente ao descumprimento dos dispositivos estatutários e legais envolvidos**. Sendo assim, este **MPC/DF** opina pela manutenção do subitem no **rol de irregularidades**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 411/505.

(...)

4.19 **Subitem 1.7.5.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – **carteira de créditos com acentuada inadimplência**; indícios de morosidade na execução dos procedimentos administrativos e judiciais, com indicativo de **prejuízos em decorrência da prescrição do direito de cobrança de créditos vencidos**, inclusive em relação aos créditos relativos à desapropriação da reserva biológica de águas emendadas (fls. 3313/3317*).

4.19.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 278/279) que a carteira de crédito com acentuada inadimplência estava sob gerenciamento da administração demonstrando que a **maioria dos prestamistas em atraso eram do PRÓ-DF** e estavam em **fase de negociações** para parcelamento de débitos e/ou cancelamento dos contratos que não envolviam somente a TERRACAP mas também a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Assim, os procedimentos administrativos seguiam um ritual que poderia ter uma conotação de morosidade. Entretanto, **os procedimentos estavam em andamento contínuo, não ocorrendo prescrição, pois, na maioria, a inadimplência estava concentrada nas concessões de direito real de uso e não da escritura de compra e venda, não gerando qualquer prejuízo.**

4.19.2. Os justificantes alegaram que **negativaram os devedores no SERASA** buscando garantir a não prescrição dos débitos.

4.19.3. Sobre a desapropriação da reserva biológica de **Águas Emendadas**, o assunto encontra-se pendente de solução porque não depende de decisão da TERRACAP, sendo que o devedor é o Distrito Federal, o qual não saldou o compromisso firmado com a companhia.

4.19.4. **Análise:** O Controle Interno transcreveu o Despacho nº 1706/2009 – NUTEN, os Memorandos nº 400/2009 – NUTEN e nº 565/2009 – NUTEN, o Relatório nº 01/2010 – PROJU e o Despacho nº 205/2010 – NUTEN/PROJU avisando à direção da empresa sobre a ocorrência de prescrição no direito de exigir a quitação das parcelas não pagas em decorrência da falta de setor específico para realizar o acompanhamento dos pagamentos oriundos de vendas de terrenos ou imóveis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.19.5. Diante da constatação efetuada pelo Controle Interno, **a justificativa de que havia negociações sendo realizadas encontra-se esvaziada.** Ainda mais, quando o Despacho nº 1706/2009 – NUTEN informou que os **processos autuados, visando acompanhar o não pagamento das parcelas, eram arquivados no NUDOC esperando o resultado das ações judiciais, operando, muitas vezes, a prescrição do direito de cobrança.**

4.19.6. Não há demonstração de que a TERRACAP utilizava os serviços do SERASA e que esta possível prática impediria a prescrição que vinha ocorrendo.

4.19.7. A alegação de que há tratativas no sentido de buscar o ressarcimento dos valores dispendidos na desapropriação de terrenos localizados na Reserva Biológica de Águas Emendadas não encontra respaldo diante do **Parecer nº 1.010/2010 – PROCAD/PGDF, o qual concluiu que a ação de cobrança da dívida encontrava-se prescrita.**

4.19.8. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 348) alegou que **as atividades questionadas são relacionadas à Diretoria de Recursos Humanos, Atividades e Finanças.**

4.19.9. **Análise:** Os fatos/atos questionados pelo Controle Interno se referem a atos de gestão emitidos ou omitidos pela **Diretoria Colegiada** e não pelo Diretor Técnico.

4.19.10. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações ofertadas** pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.” (Grifos no original e acrescidos).

143. A ausência de medidas efetivas para resguardar o patrimônio da entidade constitui falha grave na gestão da TERRACAP, que foi perpetrada durante o exercício em exame, conforme é possível depreender dos achados apresentados pelo Controle Interno.

144. Desse modo, conforme análise realizada pelo ACE responsável pela elaboração da Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505, acolhida pelo Diretor da 3ª Divisão de Contas, o **MPC/DF** sugere que o e. **TCDF** considere **improcedentes** os argumentos engendrados pelos justificantes.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.20 **Subitem 1.9.1.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – celebração do **Convênio NUTRA/PROJU nº 124/2009**, cujo interesse recíproco não restou comprovado; **inexistência de contrapartida**, contrariando o **art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009**; o convênio foi utilizado como **mero instrumento de transferência de recursos para licitações realizadas e/ou contratos firmados anteriormente à assinatura do termo de convênio**, ressaltando que a aprovação do plano de trabalho não foi **embasada em pré-projeto ou projeto básico**, conforme determina a legislação, desprovido dos elementos essenciais exigidos na IN nº 01/2005, da STC, e no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos, sendo que as **obras não estavam definidas no plano de trabalho e inexistiam projetos que dessem sustentação ao convênio**; irregularidades nos aditivos firmados, relacionadas à inclusão de obras não compatíveis com a finalidade da TERRACAP, falta de previsão de recursos adicionais no convênio, que ultrapassaram 25% previsto na lei de licitações, inexistência de projeto básico, detalhamento das obras e de quantidades e custos unitários (fls. 3221.v/3226.v*).

4.20.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 280/281) que a condição para a realização do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/2009 está na previsão estipulada no artigo 4º do Estatuto Social da TERRACAP, qual seja: a realização **'direta ou indiretamente obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, vinculadas às suas finalidades essenciais'**. Acrescentaram que o parágrafo único desse artigo dispunha que a TERRACAP exerceria a função de agência de desenvolvimento do DF na operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao desenvolvimento econômico e social do crescimento do DF, nos termos do Decreto nº 18.061/1997.

4.20.2. Alegaram que as condições estão respaldadas em parecer jurídico contido no Despacho nº 1257/2009 – PROJU, acostado às fls. 31/34 do Processo nº 111.000.397/2009.

4.20.3. Informaram que **a contrapartida da cooperação refletia-se no bem estar da população do DF** e que o citado ajuste contemplou obras já licitadas, sendo que todos os repasses foram realizados para quitação de despesas dentro de sua vigência, obedecendo o artigo 8º, inciso V, da Instrução nº 01/2005 – GDF.

4.20.4. Argumentaram que todos os projetos, orçamentos e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

programas foram devidamente aprovados antes da expedição das competentes ordens de serviço, sendo as obras as previstas na Cláusula 2ª do acordo em tela e a inclusão de novas obras no § 1º da referida cláusula e embasadas no Despacho nº 2805/2009 – PROJU, acostado às folhas 139/142 e 145 do Processo nº 111.000.397/2009.

4.20.5. **Análise:** O Controle Interno verificou que diversas obras, objeto do referido convênio, **não guardam relação com a função principal da empresa**, ou seja, com a administração e venda dos imóveis incorporados aos estoques da TERRACAP.

4.20.6. No que tange às finalidades da Agência de Desenvolvimento, não houve comprovação de que o convênio foi assinado sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF ou que executava projeto ou programa de fomento.

4.20.7. **A aprovação dos projetos, orçamentos e programas ocorreu após a assinatura dos convênios, demonstrando a ausência verificada pelo Controle Interno.**

4.20.8. Consultamos a documentação apresentada em anexo às razões de justificativa e verificamos, além da desorganização, a ausência de cópia do Despacho 1257/2009 – PROJU. Cabe ressaltar que o Controle Interno verificou que o ajuste foi objeto de análise pela área jurídica da empresa, sendo que o **Parecer Jurídico nº 098/2009 – PROJU concluiu pela utilização de contrato ao invés de convênio**. Por sua vez, o Chefe da Procuradoria Jurídica divergiu daquele trabalho concluindo, no Despacho nº 1.457/2009 – PROJU, pelo **cabimento da assinatura de convênio**, com a ressalva de que não haveria óbice na aplicação de contrato, demonstrando dubiedade na interpretação. Considerando que **não há contrapartida no convênio**, somos por ratificar o entendimento do Controle Interno.

4.20.9. **O Controle Interno verificou que não há cláusula de contrapartida gerando obrigações para a NOVACAP, ocorrendo apenas o repasse de recursos, contrariando o artigo 158 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2009.**

4.20.10. O Controle Interno identificou o **descumprimento dos termos da Instrução Normativa nº 01/2005 – STC** na ausência de pré-projeto ou projeto básico na formulação do Programa de Trabalho, ressaltando que o PT não possui os elementos essenciais, objeto amplo não consubstanciado em projeto básico com previsão de repasses mensais, indicando ausência de cronograma físico-financeiro, as obras seriam



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

definidas pela Secretaria de Obras, comprovando a ausência de definição das obras a serem contempladas, e utilização de recursos para suportar obras iniciadas antes da assinatura do convênio. Pontos não abordados pela razão de justificativa.

4.20.11. Apesar da existência das autorizações alegadas, os justificantes deixaram de enfrentar a constatação do Controle Interno, o qual verificou que **os aditivos incluíram obras não compatíveis com a finalidade da TERRACAP** e que estes ultrapassaram o limite de 25% previsto na Lei de Licitações.

4.20.12. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUIS ANTÔNIO ALMEIDA REIS **apresentou as alegações relativas aos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2** de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens serão analisadas a seguir e as que forem específicas serão analisadas nos respectivos subitens.

4.20.13. O advogado do Sr. LUIS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 352) alegou que **a TERRACAP poderia celebrar contratos e convênios com a administração direta e indireta**, conforme autorizado pelo artigo 2º, § 1º, da Lei nº 5.861/729 e pelo artigo 54 do Estatuto Social da TERRACAP.

4.20.14. **Argumentou** (fls. 352/353) que constitui-se como finalidade da TERRACAP a operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal, desde que os projetos e programas sejam de interesse do Distrito Federal.

4.20.15. Opôs (fl. 354) que a contrapartida do **Convênio nº 124/2009 foi a melhora da qualidade de vida da população do DF**, que todos os repasses ocorreram dentro da vigência do convênio, que cada obra deveria ter seu plano de trabalho complementar incorporado ao principal e que as ordens de serviço somente eram expedidas após apresentação dos projetos, orçamentos e programas devidamente aprovados.

4.20.16. **Análise:** Não foi questionado pelo Controle Interno a possibilidade de se firmar contrato ou convênio com a administração direta ou indireta do GDF, mas a **ausência de contrapartidas por parte da recebedora dos recursos e a falta de relacionamento do objeto do convênio com a finalidade da empresa.**

4.20.17. Conforme comentado no § 4.20.6, não há comprovação de que os convênios foram assinados sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF. Portanto, a TERRACAP somente poderia firmar convênios se houvesse relação com sua função principal, a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

de gerir seu patrimônio.

4.20.18. **A melhora da qualidade de vida da população do DF não consta do rol de finalidades da TERRACAP**, tendo em vista que sua missão primordial é gerir o patrimônio da empresa prezando pela eficiência e eficácia de seus atos. No que tange às finalidades da Agência de Desenvolvimento, não houve comprovação de que o convênio foi assinado sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF ou que executava projeto ou programa de fomento.

4.20.19. Não houve questionamento, por parte do Controle Interno, de pagamentos fora da vigência dos Convênios, mas **a constatação de utilização de recursos oriundos destes ajustes para cobrir despesas já licitadas ou em execução por parte do órgão beneficiado.**

4.20.20. Conforme anotado no § 4.20.10, as obras eram definidas pela Secretaria de Obras indicando que **os convênios não possuíam pré-projeto ou projeto básico na formulação do Programa de Trabalho.**

4.20.21. A aprovação dos projetos, orçamentos e programas ocorreu após a assinatura dos convênios, demonstrando a ausência verificada pelo Controle Interno.

4.20.22. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações ofertadas** pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.21 **Subitem 1.9.1.2** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – celebração do **Convênio nº 280/2008 - SO**, cujo **interesse recíproco não restou comprovado**, sendo utilizado como mero instrumento de transferência de recursos; inexistência de contrapartida, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal para 2008; **desvio da finalidade do orçamento de investimento aprovado para a empresa**, com prejuízos a projetos programados no orçamento para 2008 e 2009; **o plano de trabalho foi aprovado, porém sem contemplar elementos essenciais, especificamente o cronograma físico-financeiro, as metas, as fases e etapas; aprovação do convênio sem a devida licença ambiental prévia**, cujos repasses ocorreram sem a licença de instalação determinada pelo TCDF; **não houve emissão de parecer jurídico específico sobre o convênio**, conforme determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; o Instituto de Patrimônio



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Histórico Nacional – IPHAN emitiu parecer contrário ao projeto da torre digital, porém mesmo assim o convênio foi executado; a licitação foi realizada com base nos projetos preliminares da empresa do arquiteto Oscar Niemeyer, que só foram aprovados pela administração do Lago Norte em agosto de 2010; preço da contratação da obra substancialmente superior àquele utilizado como parâmetro para cobrança de honorários dos serviços relacionados aos projetos elaborados pela firma arquitetura urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., que arbitrou seus honorários, delimitando o valor de obra em aproximadamente 27 milhões de reais, contudo o convênio, com valor atualizado, importa em mais de 81 milhões de reais; termo aditivo acresceu objeto não previsto inicialmente no convênio, relativo a acompanhamento e fiscalização das obras, cuja necessidade e efetividade não restaram comprovadas; os aditivos assinados acresceram o valor do convênio em 31,7%, contrariando as disposições do art. 65 da Lei de Licitações.

4.21.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 282/284) que a Torre Digital fazia parte do projeto nacional de implantação do Sistema Brasileiro de **TV Digital e que sua construção se deu em terreno da TERRACAP**, envolvendo um **estacionamento para 800 carros**, um imóvel destinado a um centro cultural e outro destinado a um shopping center, valorizando a área.

4.21.2. Alegaram, ainda, que a cooperação mútua, objeto do Convênio nº 280/2008, com a NOVACAP obrigava a TERRACAP a cumprir todas as condições referentes à edificação da obra em si, sem contrapartidas.

4.21.3. Afirmaram que não houve formalmente parecer do IPHAN que impedisse a obra, nem a aprovação do objeto, e que a aprovação de projetos e os licenciamentos eram responsabilidade da NOVACAP.

4.21.4. Argumentaram que o valor inicial do Convênio era de R\$ 64.064.395,61, onde foram detalhados os custos unitários e os quantitativos, elaborados pela NOVACAP e que o projeto integrou o edital da Concorrência nº 033/2008 – ASCAL/PRES/NOVACAP.

4.21.5. Por fim, alegaram que assinaram apenas os termos aditivos de 25.09.2009 e 27.12.2009 e que a fiscalização ficava a cargo da NOVACAP, impossibilitando aos justificantes aquilatar efetivamente a ocorrência do **acréscimo na ordem de 31,7%.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.21.6. **Análise:** Apesar da alegação de valorização da área, somente poderia ser considerada procedente se os justificantes demonstrassem que o valor aplicado, R\$ 64.064.395,61 (proposta vencedora do certame), foi inferior à valorização esperada.

4.21.7. A TERRACAP não era obrigada a assinar o convênio em tela. Desta forma, **alegar que cláusula do ajuste a obrigava a arcar com a edificação não afasta a irregularidade verificada.**

4.21.8. O Controle Interno verificou que havia parecer do IPHAN, **contrário ao projeto da Torre Digital**, incluído no Processo nº 111.000.637/2008, relativo a contratação, por inexigibilidade de licitação, da firma Arquitetura Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda. Desta forma, alegar a inexistência do mesmo não o desconstitui.

4.21.9. **Os justificantes deixaram de apresentar esclarecimentos que validassem o dispêndio de R\$ 64.064.395,61** quando o projeto elaborado pela firma Arquitetura Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., aprovado somente em agosto de 2010 pela Administração Regional do Lago Norte, delimitando o custo da obra em torno de R\$ 27.000.000,00.

4.21.10. As solicitações de aditivos, ocorridas em 2009, não deveriam ser acatadas sem que houvesse, por parte da TERRACAP, análise de suas necessidades e relevâncias. Por conseguinte, a fiscalização da aplicação dos recursos repassados não poderia ser transferida para a NOVACAP sem qualquer tipo de controle por parte da TERRACAP, até porque, todos os convênios são passíveis de prestação de contas ao órgão repassador.

4.21.11. Por fim, cabe acrescentar que o Controle Interno anotou que o edital da Concorrência nº 33/2008 – ASCAL/PRESI foi analisado por este Tribunal e autorizada sua continuação, mediante Decisão nº 7.313/2008, com a ressalva de que a assinatura do contrato somente poderia ocorrer após a obtenção da licença de instalação descrita no artigo 8º, inciso II, da Resolução CONAMA nº 237/97 (Licença Ambiental). O CI verificou que não houve o cumprimento da determinação emanada por este Tribunal, já que a autorização ocorreu em junho/2009 (fl. 2695/2696*), após a assinatura do contrato, em 2008.

4.21.12. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS apresentou as alegações relativas aos **subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2** de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens foram analisadas no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

subitem 1.9.1.1 e as que forem específicas sobre o Convênio nº 280/2008-SO serão analisadas neste tópico.

4.21.13. O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 354) alegou que o convênio foi firmado em período diverso ao de 2009, assim qualquer eventual irregularidade verificada na sua formalização não deve recair sobre o justificante.

4.21.14. **Argumentou** (fl. 355) que a Torre de TV Digital faz parte do projeto nacional de implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital e que sua construção se deu em terrenos de propriedade da TERRACAP.

4.21.15. Apresentou alegações similares às apresentadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS sobre valorização do terreno (fl. 355).

4.21.16. **Análise:** A execução das obras, objeto do convênio em tela, adentrou o exercício de 2009. Os gestores deixaram de questionar a necessidade do convênio permitindo sua existência, tendo a TERRACAP assinado aditivos no ano em comento. Portanto, alegar que o convênio foi firmado em período diverso não deve prosperar.

4.21.17. A necessidade da execução da obra não é objeto de irregularidade, mas sua **execução com recursos da TERRACAP**. Não há indicação de o **convênio foi firmado sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF** ou que executava projeto ou programa de fomento.

4.21.18. A análise sobre a alegação de valorização foi efetuada no § 4.21.7, onde se concluiu que não houve a demonstração de que o investimento foi inferior à citada valorização.

4.21.19. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela não procedência das alegações ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.22 **Subitem 1.9.1.3** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – o exame dos Convênios nºs 183/07, 278/09 e 13/08 **constatou a inobservância das regras definidas na IN nº 01/05**, da STC, tanto na elaboração quanto na execução e prestação de contas, relativas à inexistência das razões que justifiquem a celebração do convênio, cujo interesse recíproco não restou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

comprovado, deficiência da função gerencial fiscalizadora exercida pela TERRACAP, ausências do relatório de execução físico-financeiro e do demonstrativo da execução da receita e despesa, falta de conciliação dos rendimentos auferidos da aplicação dos recursos liberados, falta de apresentação das cópia do termo aceitação definitiva da obra e dos despachos adjudicatório e de homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade (fls. 3331/3334).*

4.22.1. Razões de Justificativa: O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 284/285) que **os convênios foram firmados com o DER e que as obras viárias representavam a realização dos objetivos da TERRACAP**, na condição de agência de desenvolvimento do DF, conforme discriminado no Decreto nº 18.061/97.

4.22.2. Argumentaram que cabia à TERRACAP somente analisar as medições encaminhadas pelo DER, o qual era responsável pela fiscalização, conforme preceituam as cláusulas dos convênios.

4.22.3. Afirmaram que a prestação de contas foi atuada sob o nº 113.010.024/2009 e que as comprovações da execução físico-financeira e da receita e da despesa estão contidas nas folhas 351/389 e 1155/1160, o comprovante da devolução dos rendimentos foi acostado à folha 223 e cópia dos termos de aceitação definitivo das obras e dos despachos adjudicatórios constam das folhas 1196/1222, 1292/1303 e 1224/1269, todas daquele feito.

4.22.4. Análise: Contrariamente ao alegado, o Controle Interno analisou o **Convênio nº 183/2007**, firmado com a CAESB, o Convênio nº 278/2009, firmado com o DER, e o Convênio nº 13/2008, firmado com a Secretaria de Obras do DF, nos quais houve pagamentos em 2009.

4.22.5. O Decreto nº 18.061/1997 dispunha, em seu artigo 1º, que a 'Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP - exercerá a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal na operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento, especialmente no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal - PADES/DF, instituído pela Lei nº 1.314, de 19 de dezembro de 1996, atuando, no que couber, sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal'. **Não há comprovação de que os convênios foram assinados sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

ou se executava projeto ou programa de fomento.

4.22.6. A **TERRACAP**, segundo se apresenta o convênio, figurava apenas como repassadora de recursos, o que descaracteriza a figura do ajuste. A empresa não possuía competência para abrir mão de sua função de controle para se eximir da responsabilidade pela fiscalização da aplicação dos direitos monetários transferidos ao DER, até porque existiam as prestações de contas.

4.22.7. Apesar da afirmação de que a prestação de contas consta do Processo nº 113.010.024/2009, o qual teve como assunto cadastrado no SICOP 'Abertura de Convênio' e como assunto secundário 'Convênio nº 278/2009 celebrado entre o DER/DF e a TERRACAP' (o processo encontra-se registrado na unidade TERRACAP/ASPRE desde 17/06/2011), o Controle Interno verificou, na análise dos Processos nº 111.002.636/2009 e 111.002.627/2009, o pagamento de notas fiscais emitidas antes da assinatura do Convênio em tela, assim como de nota fiscal emitida após sua validade, e pagamentos parciais de notas fiscais, indicando que, de fato, não havia cronograma físico-financeiro a ser cumprido.

4.22.8. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS apresentou as alegações relativas aos **subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2** de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens foram analisadas no subitem 1.9.1.1 e as que forem específicas sobre os Convênios nºs 183/07, 278/09 e 13/08 serão analisadas neste tópico.

4.22.9. O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 355) alegou que os **Convênios nº 183/07 e 13/08 foram firmados em exercício diverso do sob análise, qual seja, 2009.**

4.22.10. Argumentou (fl. 355) que o objeto do Convênio nº 278/09 está em perfeita consonância com os objetivos da TERRACAP na condição de Agência de Desenvolvimento do DF, conforme discriminado no Decreto no 18.061/97.

4.22.11. Afirmou que a documentação relativa à prestação de contas do Convênio nº 278/09 está no Processo nº 113.010.024/2009.

4.22.12. Alegou (fl. 356) que a fiscalização da obra era competência do DER, por força do convênio.

4.22.13. **Análise:** O Controle Interno identificou problemas na execução e na prestação de contas, não se restringindo somente à assinatura dos convênios.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.22.14. **O justificante não demonstrou que a TERRACAP agiu como Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal** na operacionalização e implementação de programas e projeto de fomento ao firmar convênio com o DER/DF que tinha como objetivo, por exemplo, duplicar e restaurar a via DF-150 (2009NE01817 e 2009NE01818), duplicação e restauração da via DF-140 trecho DF-001/DF-463 (2009NE01820 e 2009NE01827), duplicação da via DF-001 – Balão do Gama (2009NE01821 E 2009NE01824), pavimentação das alças de acesso ao Balão do Periquito (2009NE01830), duplicação e recuperação da BR- 020 no trecho Planaltina/divisa GO (2009NE01835), construção das vias de ligação Samambaia/Ceilândia (2009NE01836) e duplicação da BR-060 (2009NE01852, onde os recursos repassados pela TERRACAP foram utilizados como contrapartida do Convênio DER/DNIT), todas emitidas pelo DER/DF.

4.22.15. O justificante deixou de acostar a documentação comprobatória da correta prestação de contas.

4.22.16. Sobre a delegação da responsabilidade pela fiscalização, efetuamos comentários no § 4.22.6, onde concluiu-se que a TERRACAP não possuía competência para transferir o poder de controle para outro órgão do GDF.

4.22.17. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações ofertadas** pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.23 **Subitem 1.9.1.4** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – celebração do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/09, desobedecendo as formalidades básicas da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 01/2005, **observando-se ausência de: interesse mútuo, contrapartida, plano de trabalho, cronograma de execução, projeto básico, entre outros; inexistência de contrapartida**, contrariando o art. 15 da LDO do Distrito Federal de 2009; não submissão do convênio à sanção do conselho de administração da TERRACAP.

4.23.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 286) que o interesse da TERRACAP, na assinatura do Convênio nº 323/2009 – NUTRA/PROJU, estava na previsão contida no **Decreto nº 18.061/1997** e na



cláusula primeira do referido ajuste e que a **ausência de contrapartida era procedimento rotineiro.**

4.23.2. Argumentaram, ainda, que o plano de trabalho, o cronograma de execução e o projeto básico fazem parte do Processo nº 111.002.655/2009, acostados às folhas 459/463 e 561/564 e que o CONAD, à época, não tinha competência regimental para apreciar a matéria, conforme Despacho nº 651/2011 – PROJU, de folhas 320/336.

4.23.3. **Análise:** Comentamos sobre a previsão contida no Decreto nº 18.061/1997, onde não houve demonstração de que a TERRACAP seguia orientação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF ou executava projetos ou programas de fomento.

4.23.4. O Controle Interno analisou o Processo nº 111.002.655/2009, citado pelos justficantes, verificando as irregularidades identificadas neste tópico.

4.23.5. **Não foi comprovado pelos justficantes a ausência de competência do Conselho de Administração - CONAD, e o Despacho 651/2011 - PROJU foi emitido dois exercícios após a assinatura do convênio em tela.** Cabe acrescentar que o artigo 25, inciso V, do Estatuto Social dispunha que uma das atribuições do Conselho de Administração era 'autorizar, dentro das normas aprovadas pelo Conselho de Administração, contratos de obras ou os que envolvam obrigações para a Empresa'. 4.23.6. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS apresentou as alegações relativas aos **subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2** de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens foram analisadas no subitem 1.9.1.1 e as que forem específicas sobre os NUTRA/PROJU nº 323/09 serão analisadas neste tópico.

4.23.7. O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fls. 356/362) apresentou considerações sobre o executor do convênio e suas competências, justificando que a **TERRACAP não era responsável pelas contratações das obras, mas apenas pela gerência dos repasses de recursos.**

4.23.8. **Análise:** A TERRACAP, ao firmar o convênio, buscou se eximir da responsabilidade pela fiscalização da execução do ajuste. Entretanto, a empresa não possui competência para delegar sua função de controle sobre os recursos repassados. 4.23.9. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações** ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

(...)

Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 506/530.

(...)

7. Ademais, verifica-se que os **subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3 e 1.9.1.4** registram, entre outros, os seguintes fatos, caracterizados pelo Controle Interno como irregularidades:

a) o **Convênio foi utilizado como instrumento de transferência de recursos** (Subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.4);

b) celebração de Convênio cujo **interesse recíproco não restou comprovado** (Subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4);

c) **inexistência de contrapartida**, contrariando o art. 15 da LDO do DF de 2009 (Subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.4);

d) inclusão de **obras não compatíveis com a finalidade da TERRACAP** (Subitem 1.9.1.1);

e) aprovação do convênio **sem a devida licença ambiental prévia** (Subitem 1.9.1.2).

8. No que tange ao fato registrado na alínea 'a', consignamos que a característica do convênio que o distingue do contrato é o **interesse mútuo**. Também, não há vedação para a transferência de recursos mediante esse ajuste, como se depreende das disposições do **Decreto Federal nº 6.170/2007**, o qual considera convênio:

'acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a **transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União** e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação'.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

9. *Relativamente à suposta pecha da alínea 'b', em se tratando de instituições públicas, presume-se que o móvel de qualquer ajuste firmado entre esses entes é o interesse público. Isso é patente nos casos em tela, que cuidaram de **transferências financeiras objetivando a realização de obras de interesse do Distrito Federal.***

10. No que toca à suposta exigência de contrapartida pelo art. 15 da LDO de 2009 (alínea 'c'), observa-se que esse dispositivo se encontra sob o Capítulo III – Das Diretrizes Gerais e Específicas para a Elaboração dos Orçamentos. Ou seja, trata-se de **exigência afeta à elaboração da lei orçamentária anual**, que deverá prover dotações específicas para compor a contrapartida de convênios, contratos de repasse, empréstimos internos e externos e para pagamento de amortizações, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações. Ademais, não se afigura razoável a estipulação de contrapartida financeira entre órgãos do mesmo ente federativo para a consecução de objetivos comuns.

11. *Relativamente à falha da alínea 'd', o Controle Interno considera que a atividade principal da empresa é a administração e venda dos imóveis do Distrito Federal, devendo o produto da venda ser revertido em obras de infraestrutura no DF, vinculadas as suas finalidades essenciais. Assim, reputou indevidas as obras realizadas, por exemplo, em pavimentação de vias públicas, construção de vilas olímpicas, restaurantes comunitários, feiras, viadutos, revitalização do setor comercial sul, dentre outras.*

12. *Portanto, essas obras, apesar de serem do interesse do Governo do Distrito Federal, não estariam vinculadas às atividades imobiliárias da TERRACAP, o que constituiria irregularidade, segundo o Controle Interno. Adstribos aos termos do Art. 2º, Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, a empresa existiria apenas para vender os imóveis do DF ou realizar as obras relacionadas a esses empreendimentos. Entretanto, **entendemos que sem esses convênios inexistiria o relevante interesse coletivo previsto no art. 173 da CF como condição expressa para a existência da empresa pública que explore atividade econômica.***

13. *A partir de 1997, a TERRACAP passou a exercer a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal na operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 18.061/1997.*

14. *Nessa toada, o objeto social da Companhia Imobiliária de Brasília foi ampliado pela Lei Distrital nº 4.586, de 13 de julho de 2011. Assim, seu estatuto passou a determinar que a*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

*TERRACAP tem como objeto executar, mediante remuneração, as atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, por meio da utilização, aquisição, administração, aluguéis, concessão de direito real de uso, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, assim como realizar, direta ou indiretamente obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal. 15. Quanto ao registro da alínea 'e', consta a informação de que o **IBRAM emitiu a Autorização Ambiental nº 079/2009-IBRAM** (fls. 2.693* e 2.695/2.696*, vol. 11).*

*16. Em consequência, esses apontamentos podem ser **excluídos dos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3 e 1.9.1.4, por não constituírem irregularidades.** (...). (Grifos no original e acrescidos).*

*145. Na esteira do entendimento contido na Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, o **MPC/DF** entende que as justificativas apresentadas não devem ser acolhidas pelo e. **TCDF**.*

*146. Ora, os ajustes firmados pela TERRACAP, evidentemente, serviram de supedâneo para descentralização da execução do orçamento da entidade, mormente ante a **ausência de estabelecimento de contrapartida mensurável**¹⁰ e da **desvinculação dos contratos com a atividade finalística da TERRACAP**.*

147. Nesse particular, oportuno dizer que a busca da satisfação do interesse coletivo não pode ser invocada como contrapartida suficiente para denotar o mutualismo necessário para assinatura de convênio, visto que o bem comum é desiderato fundamental e imprescindível de qualquer ação do Poder Público.

*148. Vale destacar, ainda, que o Diretor da 3ª Divisão de Contas, ao sugerir a aplicação do Decreto nº 6.170/2007, partiu de premissa com a qual não coaduna este Órgão Ministerial, considerando que o dispositivo mencionado é atinente à transferência de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social. Nesse contexto, oportuno rememorar que a TERRACAP, enquanto estatal independente, consoante entendimento vigente deste e. **TCDF**, integra o **orçamento de investimentos das empresas estatais**.*

*149. Aos olhos do **MPC/DF**, os justificantes não lograram afastar em suas razões de justificativa as irregularidades atinentes às*

¹⁰ “Art. 2º O convênio será proposto pelo interessado ao titular do órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal responsável pelo programa, mediante a apresentação de Plano de Trabalho nos moldes do Anexo I, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
(...)”

§ 2º A contrapartida dos entes públicos, ou das entidades de direito privado, poderá ser atendida através de recursos financeiros ou do fornecimento de bens ou serviços economicamente mensuráveis, devendo ser estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira dos beneficiários e ter como limites os percentuais estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

falhas no planejamento e na execução dos convênios, especialmente a inobservância dos requisitos estabelecidos nos arts. 38 e 116 da Lei nº 8.666/1993.

150. Dessa forma, em consonância com o entendimento sufragado na Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505, opina pela **improcedência** dos argumentos trazidos à baila pelos justificantes.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.24 **Subitem 1.9.2.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – **a fiscalização do Convênio NUTRA/PROJU nº 124/09 foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios**, não apontando irregularidades graves relativas a obras licitadas e/ou contratadas sem recursos orçamentários anteriormente a celebração do convênio; nos processos de **prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto**, pareceres técnicos da Terracap sobre o **atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas**, bem como quaisquer medidas corretivas determinadas pela concedente em relação à execução do convênio (fls. 3337.v/3343*).

4.24.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 287/288) que os recursos disponibilizados por meio do convênio **foram restritos ao pagamento de obras executadas dentro de suas vigências**, embora algumas tenham sido **licitadas/contratadas antes da assinatura do convênio** e que a IN 01/2005 proíbe apenas o pagamento de despesas realizadas em data anterior ou posterior à vigência do convênio.

4.24.2. Argumentaram, ainda, que ‘todas as prestações de contas parciais desse convênio estão regular com os relatórios técnicos e financeiros nos processos citados e a prestação de contas final do convenio, com relatório conclusivo do cumprimento do objeto, atingimento das metas e a aprovação em DIRET que só será apresentada após o encerramento do convênio que ainda está vigente.’

4.24.3. **Análise:** O Controle Interno verificou que **não constou o demonstrativo de execução física e financeira**, contrariando disposição da IN nº 01/05, e não a constatação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

de pagamentos de prestação de serviços executados em período diverso da vigência do convênio.

4.24.4. O CI verificou que **as prestações de contas parciais não estão completas**, sentindo a ausência dos relatórios de cumprimento do objeto e pareceres técnicos da TERRACAP sobre o atingimento de metas. O CI constatou que os repasses da TERRACAP eram feitos por fatura apresentada de acordo com a medição, **sem vinculação com o plano de trabalho**, que foi aprovado sem os devidos projetos básicos. Desta forma, **não cabe apenas alegar que a documentação fora acostada ao processo de prestação de contas**.

4.24.5. **Razões de Justificativa e análise:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS **apresentou as alegações relativas aos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2** de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens foram analisadas no subitem 1.9.1.1 e as específicas sobre o Convênio NUTRA/PROJU nº 124/09 foram analisadas no subitem 1.9.1.1, alegações descritas nos § 4.20.5 e análises realizadas nos §§ 4.20.16 ao 4.20.22, e foram consideradas improcedentes.

4.24.6. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações ofertadas** pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.25 **Subitem 1.9.2.2** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – a fiscalização do Convênio nº 280/2008 - **SO foi incipiente e não comprovada por meio de documentação e relatórios**; nos processos de prestações de contas não constam relatórios de cumprimento do objeto, pareceres técnicos da Terracap sobre o atingimento das metas ou ainda pareceres técnicos e financeiros de aprovação ou reprovação da prestação de contas (fls. 3343/3343.v*).

4.25.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 288/289) que **a fiscalização era competência da NOVACAP**, por força do convênio, e que as prestações de contas estão regulares, conforme relatórios técnicos e financeiros acostados ao Processo nº 111.000.890/2009.

4.25.2. Argumentaram que ainda existem pendências de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

*pagamentos, por determinação deste Tribunal e que o primeiro repasse ocorreu em 30.04.2009 e foi acompanhado no **Processo nº 111.000.890/2009**.*

4.25.3. Análise: Sobre a delegação da responsabilidade pela fiscalização, efetuamos comentários no § 4.22.6, onde concluiu-se que a **TERRACAP não possuía competência para transferir o poder de controle para outro órgão do GDF.**

4.25.4. O Controle Interno verificou que, nas prestações de contas, não constam relatório de cumprimento do objeto e pareceres técnicos da TERRACAP sobre o atingimento de metas, ressaltou que o plano de trabalho não delimitou as metas a serem atingidas. Desta forma, simplesmente alegar a existência desta documentação não afasta a irregularidade.

4.25.5. Sobre a prestação de contas final, os justificantes deixaram de comentar o número do processo, autuado no TCDF, que acompanhou o convênio em tela.

4.25.6. Razões de Justificativa e análise: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS apresentou as alegações relativas **aos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1 e 1.9.2.2** de forma consolidada (fls. 350/362). Desta forma, as alegações que são comuns aos subitens foram analisadas no subitem 1.9.1.1 e as que forem específicas sobre os NUTRA/PROJU nº 280/2008 - SO foram analisadas no subitem 1.9.1.2, alegações descritas nos §§ 4.21.14 e 4.21.15 e análises realizadas nos §§ 4.21.16 ao 4.21.19, e foram consideradas improcedentes

4.25.7. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, **somos pela não procedência das alegações** ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.” (Grifos no original e acrescidos).

151. O **MPC/DF**, na esteira do entendimento apresentado na Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE e no Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONTE, entende que os justificantes não apresentaram argumentos com o condão de infirmar as falhas graves atinentes à fiscalização e à prestação de contas dos convênios mencionados nos subitens em exame.

152. A propósito, no que concerne ao Convênio nº 280/2008 – SO, as falhas indicadas foram corroboradas pelo exaustivo exame



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

realizado por este e. **TCDF** no Processo nº 7.294/2012¹¹. Nesse particular, vale trazer à colação o resumo dos achados contidos no Relatório Final de Auditoria exarado no aludido feito:

“A presente auditoria de regularidade foi realizada no âmbito da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, com o objetivo de verificar a regularidade dos atos administrativos da empresa, relativos à construção do Estádio Nacional de Brasília e da Torre de TV Digital, bem como à execução de despesas com manutenção de serviços administrativos gerais da Companhia em 2011 e 2012. Foram aplicadas as seguintes técnicas de auditoria: exames de documentos originais (processos de contratação e de pagamentos); testes de conformidade; correlação de informações; entrevistas com agentes da empresa, entre outras. Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da TERRACAP resultaram nos seguintes achados: Construção do Estádio Nacional de Brasília - **Achado nº 1** – Não ocorreu adequado acompanhamento da execução das obras objeto do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/2009 por parte do executor designado pela TERRACAP; **Achado nº 2** – As prestações de contas parciais não foram avaliadas nas unidades técnicas responsáveis da TERRACAP, com emissão de parecer técnico e financeiro, bem como não foram enviadas aos Órgãos Colegiados competentes para exame; Construção da Torre de TV Digital - **Achado nº 3** – Não ocorreu o pleno acompanhamento da execução das obras, objeto do Convênio nº 280/2008- SO, por parte do executor designado pela TERRACAP; **Achado nº 4** – Os repasses dos recursos financeiros feitos à Secretaria de Obras não obedeceram a critérios pré- estabelecidos (Programa de Trabalho) nem se vincularam às prestações de contas parciais; **Achado nº 5** – As prestações de contas parciais enviadas pela Secretaria de Obras à TERRACAP não estão em conformidade com as normas que regulamentam a matéria; **Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Companhia Imobiliária de Brasília: Achado nº 6** – Gestão antieconômica do contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança firmado com a empresa 5 Estrelas Sistema de Segurança Ltda.” (Grifos no original e acrescidos).

153. Acerca dos achados sublinhados, imperioso destacar a determinação contida no **item II** da r. Decisão nº 5.015/2014, proferida na Sessão Ordinária nº 4.725/2014:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do

¹¹ “Auditoria de Regularidade com o objetivo de verificar a regularidade dos atos administrativos da TERRACAP relativos à construção do Estádio Nacional de Brasília e da Torre de TV Digital, bem como à execução de despesas com manutenção de serviços administrativos gerais da Companhia de 2009 a 2012. (Fiscalização nº 1.1001.12)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) do Relatório de Auditoria de fls. 263/315; b) dos documentos acostados às fls. 101/255; II. **determinar à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP que, doravante, adote providências com vistas à efetiva apresentação e análise das prestações de contas parciais dos convênios por ela firmados, em cumprimento ao disposto nos arts. 17 e 18 da Resolução nº 179/1991 CONAD/TERRACAP e arts. 19, § 2º, 26 a 33 da Instrução Normativa nº 01/2005-CGDF (Achados nº 2 e 5);** III. determinar, ainda à TERRACAP que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe o resultado das providências adotadas para ressarcimento dos valores pagos indevidamente à empresa 5 Estrelas Sistema de Segurança Ltda., no âmbito do Contrato nº 288/2009; IV. autorizar: a) a audiência dos responsáveis indicados nas Tabelas 02, 04, 06, 10 e 13 do Relatório de Auditoria de fls. 263/315, com fundamento no art. 182, § 5º, da Resolução nº 38/1990 para que apresentem razões de justificativas pelas irregularidades apontados, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Orgânica do TCDF (Achados nºs 1 a 5); b) o retorno dos autos à SEAUD para adoção das providências de estilo.” (Grifos acrescidos).

154. Convém mencionar que a aludida deliberação foi mantida pela r. Decisão nº 4.912/2017, após exame de Pedido de Reexame apresentado pela Terracap.

155. Por conseguinte, não devem prosperar as razões de justificativa apresentadas em face das irregularidades indicadas nos **subitens 1.9.2.1 e 1.9.2.2** do Relatório do Controle Interno.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.26 **Subitem 1.10.6.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - registros na **situação 997 – alienação encerrada com dívida**, referente a **valores não pagos da taxa de ocupação dos imóveis cedidos pelo PRÓ-DF, no valor de R\$ 20.051.877,51; inexistência de nova alienação para 206 imóveis com contratos encerrados**, os quais permanecem ocupados, obstruídos ou cercados pelo beneficiário, que continuam na posse dos imóveis; do exame dos imóveis, cujos contratos foram rescindidos, registrados na situação 997, constatou 196 imóveis vagos, sendo que, desse total, 129 não tiveram nova destinação no programa e quatro imóveis foram objeto de nova contratação com o mesmo beneficiário; **a análise dos registros da modalidade 59 - venda direta PROIN/PRODECON com juros 12% a.a, demonstrou que as dívidas de 1191 do total de 1953 imóveis não foram cobradas integralmente, tendo em vista a prescrição pelo**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

decurso do prazo legal de cobrança, representando 61% dos imóveis registrados na modalidade, evidenciando a ineficiência na propositura de ações judiciais para cobrança das dívidas e prejuízos aos cofres da empresa; **as ações de retomada dos imóveis se mostram ineficientes ou até inexistentes**; o direito de preferência ao ocupante do imóvel, previsto nas licitações da Terracap, possibilita a aceitação de contratos particulares de promessa de compra e venda, inclusive no que tange a imóveis cedidos pelo PRO-DF, objeto de venda do imóvel a terceiro pelo beneficiário do programa (fls. 3351/3354*).

4.26.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 290/291) que **o gerenciamento técnico, administrativo e operacional do Programa PRÓ-DF II é de competência da SEDES**, permanecendo o imóvel à disposição do referido programa ainda que tenha sido objeto de distrato, desde que não tenham sido feitas benfeitorias, por expressa determinação do artigo 6º da Lei nº 3.266/03.

4.26.2. Argumentaram que os 'imóveis ocupados com construções em alvenaria e que tiveram alienações encerradas, lançados na rubrica situação 997, foram objeto de Decisões da Diretoria Colegiada da TERRACAP com determinação de que fossem levados a licitação pública', que os imóveis que foram objeto de contratação com os mesmos beneficiários, tiveram amparo na Lei nº 4.269/2008 e que os imóveis que foram objeto de encerramento de alienações e que não foram indicados para novos beneficiários, se enquadram no texto do artigo 6º da Lei nº 3.266/03, sendo atribuição da SEDES a sua indicação.

4.26.3. Informaram que o direito de preferência constava dos contratos PRÓ-DF, sendo vedado à concessionária a locação, doação e/ou empréstimo, no todo ou em parte, bem como a cessão a qualquer título do imóvel.

4.26.4. Alegaram, ainda, que **o procedimento judicial é moroso, levando a TERRACAP a optar pela alienação de imóveis ocupados** e que a venda a terceiro não autoriza o exercício do direito de preferência, tendo em vista que as resoluções atuais não permitem a aceitação de qualquer documento para justificar a posse e exercer o direito de preferência e que o pretense proprietário deve participar da licitação e comprovar que sua posse deriva de instrumento público firmado por ente estatal.

4.26.5. **Análise:** O Controle Interno verificou que constavam registrados no sistema da TERRACAP de nome Gestão de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

Alienação de Imóveis – GAI, na situação 997 – Alienação Encerrada com Dívida, o valor de R\$ 20.051.877,51 referente a 428 imóveis. Não houve verificação de irregularidade sobre a competência de indicação da utilização dos referidos imóveis.

4.26.6. O CI identificou que, dentre os imóveis cadastrados na situação 997, 206 imóveis não constavam nova alienação e permaneciam ocupados, obstruídos ou cercados pelo beneficiário, evidenciando que estes continuavam na posse dos mesmos, apesar do encerramento do contrato. **A alegação de que os imóveis continuavam à disposição do referido programa não isenta a empresa de promover a desocupação do imóvel, que continua sob a responsabilidade da TERRACAP.**

4.26.7. O CI verificou que os imóveis, registrados sob os números 240935, 472753, 505251 e 481652, tiveram nova contratação com o mesmo beneficiário. **Não houve, por parte dos justificantes, a comprovação de que estes imóveis participavam do Programa de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal – PROIN-DF ou do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRODECON-DF ou do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – PADES-DF ou do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ- DF, o que justificaria a nova contratação.**

4.26.8. Sobre a competência para efetuar indicações de utilização de imóveis, a Lei nº 3.266/2003, em seu artigo 19, dispunha que competia ao Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo – COPEP – PRÓ-DF II deliberar sobre a execução das políticas e prioridades para o desenvolvimento econômico do DF, conforme diretrizes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF – CDE-DF, sendo que as Câmaras Setoriais deliberariam, em primeira instância, sobre projetos de viabilidade técnica e econômico-financeira de empreendimentos.

4.26.9. O CI verificou que **1191 imóveis, dos 1953, registrados como venda direta se encontravam inscritos no sistema GAI na situação 100 – quitado por decurso de prazo, indicando a prescrição de débitos por parte dos beneficiários, alcançando o montante de R\$ 28.499.002,10, evidenciando a ineficiência na propositura de ações judiciais para cobrança das dívidas.**

Considerando que o artigo 20, § 1º, do Decreto nº 23210/2002 dispunha que o descumprimento de qualquer cláusula contratual implicaria no imediato cancelamento de todos os incentivos e benefícios concedidos, incluído o direito de



preferência, a TERRACAP não deveria ter permitido, aos beneficiários que não quitaram todas as parcelas nas datas de competência, o uso da opção de compra.

4.26.10. Os justificantes **apenas ratificaram a existência da ocorrência identificada pelo Controle Interno**, indicando apenas que a normatização atual impede a repetição da irregularidade identificada.

4.26.11. **Razões de Justificativa:** O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 363/365) alegou que, nos termos do Regimento Interno da TERRACAP, todas as atividades relacionadas às irregularidades são diretamente subordinadas à Diretoria de Recursos Humanos, Administração e Finanças e/ou Núcleo de Contratos.

4.26.12. **Análise:** Considerando que o justificante compunha a **Diretoria da TERRACAP**, a irregularidade verificada é de responsabilidade do mesmo.

4.26.13. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações ofertadas** pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

4.27 **Subitem 1.10.9.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – **ganhos pouco relevantes dos investimentos realizados pela Terracap (0,18%); perda significativa em vista do retorno do investimento ter sido muito inferior ao da inflação**, bem como em comparação com o retorno do investimento com outras opções no mercado financeiro (custo de oportunidade) (fls. 3355.v/3356.v*).

4.27.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 292) que o investimento em desenvolvimento urbano e obras viárias deriva de um planejamento governamental e a variação dos ganhos se verifica a médio e longo prazos, diferentemente do que se dá na iniciativa privada, por força, mesmo de sua natureza pública.

4.27.2. **Análise:** Os justificantes não detalharam quais seriam os ganhos a serem verificados a médio e a longo prazo e qual a diferença entre a iniciativa privada e a administração pública que seja relevante para o caso, ao contrário do Controle Interno, que verificou **taxas de retorno da ordem de 0,1% e**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

0,18% ao ano, muito inferior à inflação calculada no período.

4.27.3. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 366) alegou que a atividade imobiliária, descrita no artigo 2º da Lei nº 5.861/72, no artigo 4º do Estatuto Social da TERRACAP e no artigo 4º da Lei nº 18.061/97, compreende toda e qualquer atividade relacionada ao melhor uso e aproveitamento de imóveis, seja com o desmembramento de terrenos, loteamentos, incorporação de imóveis, construção, reformas, locação de imóveis próprios ou de terceiros ou, ainda, a alienação, sempre atento aos interesses do Distrito Federal. E, que constituía finalidade e da TERRACAP a operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal, desde que os projetos e programas fossem de interesse do Distrito Federal.

4.27.4. Análise: O Controle Interno verificou que não havia interesse direto da TERRACAP nas obras realizadas. Cabe acrescentar que não há comprovação de que a empresa agiu como agência de desenvolvimento sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal ou que executava projetos ou programas de fomento.

4.27.5. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **não procedência das alegações** ofertadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão.

156. Conforme sopesou o Corpo Técnico, os justificantes não comprovaram a adoção de medidas efetivas resguardar o patrimônio da entidade. Sendo assim, é patente a incompatibilidade dos atos verificados com os postulados da **supremacia e indisponibilidade do interesse público**.

157. Com efeito, em consonância com o entendimento apresentado pela Secretaria de Contas, o **MPC/DF** entende que o subitem deve figurar como **irregularidade** no julgamento das contas anuais em exame.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 411/505.

(...)

4.28 Subitem 1.12.1.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC – **pagamento aos empregados de benefícios decorrentes da distribuição de lucros e**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

participação nos resultados, apesar da ineficiência na aplicação das metas nºs 1, 2 e 7, constantes no PPR-exercício de 2009 e ainda a inobservância das determinações contidas no inciso IV da Decisão nº 3.424/2010 do TCDF (fl. 3359.v).

4.28.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fl. 292) que o **Programa de Participação nos Resultados – PPR/Exercício 2009 segue as legislações pertinentes e também o disposto no acordo coletivo de trabalho vigente na data de aprovação do regulamento, ou seja, na 13ª edição do programa que estabeleceu as metas para o exercício de 2009.**

4.28.2. Os justificantes consideram que o programa consistia a melhor estratégia de gestão de pessoas e que era uma das práticas que mais favoreciam o alcance das metas. Argumentaram que os programas funcionavam em ciclos que envolviam planejamento, execução, controle e avaliação dos resultados. Ressaltaram que a Decisão nº 3.424/2010 foi posterior ao exercício de 2009.

4.28.3. **Análise:** Apesar da alegação de que houve o cumprimento da legislação pertinente, o Controle Interno, no **item 1.3.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, verificou que o acordo coletivo não foi apreciado pelo CPRH/DF, conforme prescrito no artigo 1º do Decreto nº 23.946/2003.**

4.28.4. O Controle Interno constatou, no **item 1.6.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, que o cumprimento das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados da TERRACAP em 2009 não foi avaliado pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.**

4.28.5. Sobre o cumprimento das metas, o Controle Interno verificou, no item 1.3.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, que:

- **a Meta 1** – Manter a Lucratividade da Empresa (Margem Operacional) é baseada na margem operacional da TERRACAP, ou seja, a diferença entre as receitas e as despesas operacionais que representam apenas indicativos de registros contábeis escriturados com base nas atividades desempenhadas pela empresa;
- **a Meta 2** – Reduzir a Inadimplência da TERRACAP



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

não foi alcançado, considerando que a carteira de créditos da empresa apresentava um elevado índice de inadimplência, 17,66%, em comparação com outras instituições financeiras, como as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, 5,80%, ou do Sistema Financeiro de Habitação, 7,58%, e que 65,89% dos créditos em atraso possuem prazos superiores a 12 meses;

- a Meta 7 – Construção de Banco de Idéias não houve a demonstração de que foram efetivamente implementadas 700 idéias apresentadas pelos empregados.

4.28.6. Os justificantes não demonstraram que o PPR/Exercício 2009 era a melhor estratégia de gestão de pessoas e que os ciclos foram cumpridos comprovando a eficácia do referido programa.

4.28.7. Sobre a aplicabilidade da Decisão nº 3.474/2010, o Tribunal deliberou por considerar incompatível com as características próprias da TERRACAP (empresa pública dependente) a percepção, por seus empregados, de benefícios decorrentes de distribuição de lucros e participação nos resultados, dando ciência desse entendimento à jurisdicionada. Desta forma, somente após a data de publicação, 26/07/2010, o entendimento se aplica.

4.28.8. Entretanto, este Tribunal, por meio da Decisão nº 4.122/2009, publicada no DODF em 16/07/2009, deliberou por considerar irregular a concessão dos benefícios e vantagens sem anuência do CPRH e da Assembleia Geral de Acionistas. Desta forma, o pagamento de participação nos resultados é irregular.

4.28.9. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 367) alegou que o PPR/Exercício 2009, na condição de programa de participação nos resultados da TERRACAP, **segue estritamente as legislações pertinentes e também o disposto no acordo coletivo do trabalho** vigente na data de aprovação do regulamento, não havendo que se falar, portanto, em qualquer violação legal e que as diretrizes e metas do programa foram pactuadas em estrito alinhamento com o planejamento estratégico da empresa, seus objetivos e projetos prioritários.

4.28.10. Análise: Sobre a legalidade, o Controle Interno, no **item 1.3.2.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC**, verificou que **o acordo coletivo não foi apreciado pelo CPRH/DF**, conforme prescrito no artigo 1º do Decreto nº 23.946/2003.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

4.28.11. Sobre as diretrizes e metas, o Controle Interno constatou, no **item 1.6.2.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC, que o cumprimento das metas que culminaram no pagamento de participação nos lucros e resultados aos empregados da TERRACAP em 2009 **não foi avaliado pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.**

4.28.12. **Conclusão:** Da análise das razões de justificativas apresentadas, somos pela **procedência parcial das alegações ofertadas** pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, com relação ao tópico em questão, **subtraindo, no descritivo do subitem, o termo relativo à Decisão nº 3.424/2010.** (Grifos no original e acrescidos).

158. Conforme já abordado neste Opinitivo, atos semelhantes aos inquinados, verificados em exercícios anteriores ao ora em exame, foram considerados pela c. Corte de Contas **antieconômicos e incompatíveis com o princípio da legalidade estrita**, estabelecido no art. 37 da CF/1988 e no art. 19 da LO/DF, conforme dicção das r. Decisões nºs 956/1995, 3.397/1999, 4.133/2000 e 410/2003.

159. De modo exemplificativo, vale transcrever os termos da r. Decisão nº 410/2003, proferida nos autos do Processo nº 1.317/2001:

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 509/2002-PRESI, considerando cumprida a diligência determinada no item II da Decisão nº 1.800/02 e **insubsistentes as justificativas apresentadas pela TERRACAP** (fls. 71/90); II - com fulcro no § 5º do artigo 182 do Regimento Interno/RI desta Casa, **chamar em audiência os responsáveis** nominados no 47º parágrafo da Informação, ante a possibilidade de aplicação das sanções consentidas no artigo 182, II, do RI/TCDF, c/c o artigo 57, II, da Lei Complementar nº 1/94, para que apresentem, no prazo de 30 dias, suas razões de justificativa, em razão da concessão dos seguintes benefícios ou vantagens, via Acordo Coletivo de Trabalho (com vigência de 01/11/2001 a 31/10/2003), sem o devido amparo legal, em afronta ao princípio da legalidade previsto no ‘caput’ do artigo 37 da Carta Magna: **participação nos resultados (Cláusula 1ª)**, gratificação de atividades essenciais no valor de R\$ 400,00 (Cláusula 2ª), parcelamento de férias (Cláusula 7ª), incorporação de emprego em comissão ou função gratificada (Cláusula 14ª), conversão da licença administrativa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

remunerada em pecúnia (Cláusula 15ª), auxílio-doença (Cláusula 18ª); III. determinar à Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP que adote providências para ressarcimento ao erário das quantias indevidamente pagas; IV. retornar os autos à 3ª ICE, para providências decorrentes do item precedente.” (Grifos acrescidos e no original).

160. A arguição no sentido de que o achado objetivou o cumprimento de Acordo Coletivo de Trabalho **não é suficiente**, no modo de ver deste Órgão Ministerial, para afastar a **irregularidade** identificada. Além disso, a concessão do benefício, conforme salientou o Corpo Instrutivo, não observou os ditames legais e a jurisprudência desta e. **Corte de Contas**.

161. O escopo do exame empreendido no âmbito deste e. **TCDF** não se circunscreve à identificação de existência de previsão convencional capaz de gerar obrigação para o Poder Público. **In casu**, questiona-se a **conformidade** do estabelecimento de vantagem pecuniária aos empregados, tendo em conta os **princípios da legalidade estrita e da supremacia e indisponibilidade do interesse público**.

162. Com efeito, além do pagamento de vantagens incompatíveis com o interesse coletivo, o achado em comento indica descumprimento reiterado de deliberações deste e. **TCDF**.

163. Destarte, aos olhos do **MPC/DF**, deve o e. **TCDF** considerar insubsistentes os argumentos trazidos à baila pelos justificantes.

“Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONT.

(...)

4.29 Subitem 1.12.3.1 do Relatório de Auditoria nº 7/2012-DIROH/CONIE/CONT/STC - o formato de geração de receitas da TERRACAP é prejudicial ao ente federativo do Distrito Federal, podendo impactar na sua autonomia, tendo em vista a participação da União sobre o resultado líquido das vendas de terrenos vinculados ao Distrito Federal, sendo que a remuneração da Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; os imóveis incorporados aos estoques da empresa, para efetivação de alienação e outras modalidades, não vêm se submetendo a autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a forma de contabilização das receitas gera cobrança de tributos federais, o que não ocorreria caso as alienações fossem feitas pela secretaria de estado competente, pessoa jurídica de direito público interno; inexistência de estudo ou proposição quanto ao reconhecimento da possível imunidade tributária da Terracap; a forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF se processa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: _____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, que **boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa** (fls. 3362/3376*).

4.29.1. **Razões de Justificativa:** O Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, o Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, o Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e a Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS alegaram (fls. 293/294) que o patrimônio da TERRACAP foi integralizado pelo Distrito Federal e pela União, gerando direitos e responsabilidades na medida de sua proporção do capital social.

4.29.2. Alegaram, ainda, que a venda de imóveis não depende de autorização da Câmara Legislativa, uma vez que sua lei de criação já traz a alienação de imóveis e desenvolvimento de atividades imobiliárias de interesse do DF sua principal função.

4.29.3. Por fim, argumentaram que a TERRACAP sofreu diversas alterações legislativas que a elevaram ao patamar de Agência de Desenvolvimento, fato que justifica a sua atuação como ente promotor de desenvolvimento econômico, permitindo a aplicação de recursos financeiros em convênios e contratos voltados ao desenvolvimento econômico do DF.

4.29.4. Análise: A situação acionária da TERRACAP somente poderia ser modificada por meio da Assembleia Geral de Acionistas após avaliação real da situação patrimonial dos imóveis de propriedade da empresa. Desta forma, não se pode imputar aos justificantes a possível irregularidade anotada pelo Controle Interno sobre a composição acionária.

4.29.5. Sobre a autorização legislativa, efetuamos consulta no Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF – SINJ e identificamos as normas a seguir relacionadas, dentre outras:

- a Lei nº 3877/2006 dispunha que a TERRACAP tornaria disponível para o DF as unidades parceladas ou as glebas destinadas a habitações de interesse social;
- a Lei nº 954/1995 dispunha que fica a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP autorizada a alienar, nos termos da presente Lei, terras públicas no território do Distrito Federal situadas nas zonas urbanas, de expansão urbana e rurais, que estejam ocupadas por parcelamentos passíveis de regularização;
- a Lei nº 1.115/1996 dispunha que a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP realizará licitação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

qualificada para venda ou para concessão de direito real de uso dos imóveis destinados ao desenvolvimento das atividades institucionais das entidades religiosas, filantrópicas e culturais, da qual participarão exclusivamente as entidades cadastradas (PRODESOC/DF); - a Lei nº 1.314/1996 dispunha que a Companhia imobiliária de Brasília

- TERRACAP, de conformidade com o que dispuser esta Lei e as normas dela decorrentes, e mediante deliberação expressa do CDE/DF, firmaria com o beneficiário financiamento aludido no § 1º do art. 1º instrumento de concessão de direito real de uso dos imóveis urbanos ou rurais, estritamente imprescindíveis ao empreendimento econômico industrial beneficiado (PADES/DF);

- a Lei nº 289/1992 dispunha que os incentivos definidos por esta lei seriam concedidos pelos órgãos que administram os bens ou recursos (PRODECON/DF);

- a Lei nº 1.627/1997 dispunha que os lotes relacionados seriam destinados aos policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e servidores do DETRAN do Distrito Federal, autorizando a TERRACAP a doar ao GDF os lotes relacionados; - a Lei nº 2.179/1998 instituiu o Programa Habitacional da Classe Média, a ser implementado por meio de processos seletivos com vistas à concessão de direito real de uso com opção de compra, determinando que a TERRACAP que disponibilizasse os imóveis residenciais objeto do programa;

- a Lei nº 4.269/2008 instituiu o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II dispunha que os empreendimentos que possuísem seus Contratos de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra vencidos, poderiam firmar novo instrumento contratual com a TERRACAP;

- a Lei nº 1.656/1997 autoriza a TERRACAP a alienar ou permitir a ocupação pelo instrumento da concessão de direito real de uso ou da concessão de uso os terrenos localizados no Setor Noroeste;

4.29.6. Da constatação acima, verificamos que a TERRACAP possuía autorização legislativa para comercializar os imóveis objeto de programas habitacionais, sociais ou econômicos. Contrariamente ao alegado pelos justificantes, a TERRACAP necessitava de autorização da Câmara Legislativa, a qual já possuía à época. Desta forma, a ocorrência identificada na



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

ausência de submissão à Câmara Legislativa deverá ser excluída do rol das irregularidades.

4.29.7. Com relação aos convênios firmados, o Controle Interno verificou diversas irregularidades, objeto dos subitens 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4 e 1.9.2.1, onde, após análise das razões de justificativas apresentadas, concluímos pela não procedência.

4.29.8. Razões de Justificativa: O advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS (fl. 368) alegou que, apesar do DF suportar eventual redução de seus benefícios, a União também faz parte da integralização do capital social e que a lei de criação da TERRACAP autorizou a alienação de imóveis e o desenvolvimento de atividades imobiliárias de interesse do DF.

4.29.9. Análise: As alegações apresentadas pelo advogado do Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS são similares às apresentadas pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA e pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS. Desta forma, somos pela procedência parcial das alegações apresentadas.

4.29.10. Conclusão: Da análise das razões de justificativas apresentadas, **somos pela procedência parcial das alegações ofertadas**, com relação ao tópico em questão, pelo Sr. ANTÔNIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO, pelo Sr. DALMO ALEXANDRE COSTA, pelo Sr. MARCUS VINÍCIUS SOUZA VIANA, pela Sra. ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e pelo Sr. LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS, **mantendo a irregularidade verificada:** no formato de geração de receitas da TERRACAP, sendo que a remuneração da Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; na forma de contabilização das receitas gerando cobrança de tributos federais; e na forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF, sendo processada por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, **que boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa.**

(...)

Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONT

(...)

36. No **Subitem 1.12.3.1** (fls. 3.362/3.367v* vol. 14) o Controle Interno relatou o seguinte:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

(...) o **formato de geração de receitas da TERRACAP é prejudicial ao ente federativo do Distrito Federal**, podendo impactar na sua autonomia, tendo em vista a participação da união sobre o resultado líquido das vendas de terrenos vinculados ao distrito federal, sendo que a remuneração da Companhia considera a apropriação do resultado líquido do exercício e não apenas a corretagem nas alienações realizadas; os imóveis incorporados aos estoques da empresa, para efetivação de alienação e outras modalidades, não vêm se submetendo a autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a forma de contabilização das receitas gera cobrança de tributos federais, o que não ocorreria caso as alienações fossem feitas pela secretaria de estado competente, pessoa jurídica de direito público interno; inexistência de estudo ou proposição quanto ao reconhecimento da possível imunidade tributária da Terracap; **a forma de repasse do produto da venda das terras públicas ao GDF se processa por meio de despesas com convênios para realizar obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal, que boa parte das vezes não estão relacionadas às finalidades essenciais da empresa;**

37. No que tange a essas assertivas, cabe comentar que o formato de geração de receitas da TERRACAP, o seu objeto social e suas atividades **originam-se de sua constituição**, vale dizer, da vontade do Legislador, posto que se encontram disciplinados em leis. Em consequência, é impertinente considerar irregularidade fatos que derivam de leis e não da vontade do administrador, podendo ser afastados os apontamentos arrolados nesse subitem.” (Grifos no original e acrescidos).

164. Em conformidade com o exposto no Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONTE, aos olhos desta Quarta Procuradoria, **o subitem 1.12.3.1 não deve macular a gestão em exame**. Ora, conforme sopesou o Diretor da 3ª Divisão de Contas, a aplicação da legislação que rege a matéria não pode redundar na responsabilização dos responsáveis pela gestão em exame.

165. Ademais, o **MPC/DF** entende que a desvinculação dos convênios com as finalidades da entidade já foi sobejamente avaliada em outros achados do Controle Interno, sendo despicienda e inadequada nova abordagem do tema no presente subitem.

166. Em tempo, após o exame dos argumentos apresentados em relação aos subitens indicados na r. Decisão nº 3.812/2016, o **MPC/DF** entende que, como membros da Diretoria Colegiada, competia aos responsáveis o exercício da Administração da Companhia. A função em comento engloba a **definição das**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

competências das Unidades Orgânicas e das atribuições das chefias (artigo 25, I e IV, do Estatuto Social¹²), tendo, portanto, o **poder-dever de fiscalização**.

“Art. 25 - À **Diretoria Colegiada, compete**, além de outras atribuições permitidas neste Estatuto:

I - administrar a TERRACAP, tomando as providências adequadas à fiel execução das deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração regulamentando-as com expedição de normas e instruções gerais e/ou específicas;

(...)

IV - definir as competências das Unidades Orgânicas e as atribuições das chefias;” (Grifos acrescidos).

167. Dessa forma, é indene de dúvidas a existência de liame entre as falhas identificadas na gestão e a atuação dos justificantes.

Conclusão

168. Em síntese, no entendimento Ministerial, deve o e. **TCDF** proferir decisão definitiva pela **irregularidade** das contas dos gestores responsáveis pelas contas anuais em exame.

169. Conforme entendimento apresentado neste Opinativo, levando em conta a **procedência parcial** dos argumentos apresentados pelos justificantes em relação aos achados objeto da audiência em exame, determinada pela r. Decisão nº 3.812/2016, os itens **1, 2 e 3** do Parecer do Conselho Fiscal e os **subitens 1.2.2.1, 1.2.2.2, 1.2.2.3, 1.2.2.7, 1.2.2.8, 1.2.2.9, 1.2.3.1, 1.2.5.2, 1.4.2.1, 1.6.2.1, 1.7.5.1, 1.9.1.1, 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.2.1, 1.9.2.2, 1.10.6.1, 1.10.9.1 e 1.12.1.1** do Relatório de Auditoria nº 7/2012 – DIROH/CONIE/CONT/STC, fls. 3.202/3.379 do Processo nº 111.000.155/2010 – apenso, devem culminar no **julgamento irregular** das contas dos Srs. Antônio Raimundo; Gomes Filho, Elme Terezinha Ribeiro Tanus, Dalmo Alexandre Costa, Luís Antônio Almeida Reis e Marcus Vinícius Souza Viana, a teor do art. 17, III, **b**, da LC nº 1/1994. Nessa esteira, deve o e. **TCDF** aplicar multa aos responsáveis, nos termos do art. 20 da LOTCDF.

170. Ademais, o **MPC/DF** converge com o Corpo Instrutivo no tocante ao **julgamento regular** das contas do Sr. Anselmo Rodrigues Leite e dos membros do Conselho de Administração da entidade. Não é despidendo ressaltar que este **MPC/DF**, por meio do Parecer nº 125/2013, fls. 175/186, opinou pela convocação em audiência dos membros do colegiado indicado, todavia a proposta não foi acolhida pelo e. **Plenário**, conforme é possível depreender



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

da r. Decisão nº 3.812/2016.

171. No que concerne à adoção das medidas previstas no art. 19 da LC nº 1/1994 em relação às falhas identificadas na gestão, este **MPC/DF**, no que pertine aos subitens objeto da oitiva dos responsáveis, coaduna com a proposta do Corpo Técnico, com o acréscimo dos **itens 4 e 5** do Relatório do Conselho Fiscal e do **subitem 1.4.1.1** do Relatório de Auditoria do Controle Interno.

172. Ademais, conforme já pugnado no Parecer nº 125/2013-ML, fls. 175/186, este **MPC/DF** entende que os **subitens 1.2.5.1, 1.2.8.1, 1.4.1.1 e 1.5.2.1 e 1.8.8.1** do Relatório do Controle Interno são **falhas de natureza formal** que poderia ensejar ressalva ao julgamento da gestão ora em exame. Sendo assim, a adoção de medidas saneadoras deve levar em conta as falhas indicadas nos **itens 4 e 5** do Relatório do Conselho Fiscal e os **subitens 1.1.1.1, 1.2.1.1, 1.2.2.4, 1.2.2.6, 1.2.5.1, 1.2.7.1, 1.2.8.1, 1.2.9.1, 1.4.1.1, 1.4.3.1, 1.4.4.1, 1.5.1.1, 1.5.2.1, 1.8.8.1, 1.10.2.1, 1.10.3.1, 1.10.8.1, 1.11.1.1, 1.11.2.1 e 1.12.2.1** do Relatório do Controle Interno.

173. Ante o exposto, este **Órgão Ministerial acompanha parcialmente as sugestões** contidas na Informação nº 70/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 411/505, e no Despacho nº 9/2017 – SECONT/3ª DICONT, fls. 506/530, conforme ajuste proposto em relação incidência das falhas identificadas no julgamento da gestão tratada na PCA em exame.”

SUSTENTAÇÃO ORAL

12. Na Sessão de 20.2.2018, a representante legal do Sr. Luis Antônio Almeida Reis solicitou a possibilidade de sustentar oralmente as alegações de defesa do seu cliente. O pedido foi deferido e designada a Sessão Ordinária de 13.3.2018 para a sua realização (Despacho Singular nº 95/2018-GCPM, fl. 740).

13. A representante legal do responsável foi devidamente notificada em 22.2.2018 (fl. 741).

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8/S1

Fls.: ____

Proc.: 7.927/10

Rubrica

VOTO

Suprida a fase de sustentação oral, VOTO no sentido de que o Tribunal determine o retorno dos autos ao meu Gabinete, como de praxe, para prolação do VOTO **stricto sensu**.

Sala das Sessões, 13 de março de 2018.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Relator

Distribuição de cópias antecipadas.

DIGITALIZADO